

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Yuri Batista da Silva

**O BANRISUL ENTRE PROJETOS:
OS GOVERNOS DE ILDO MENEGHETTI E DE LEONEL BRIZOLA (1955-
1963)**

Santa Maria, RS
2024

Yuri Batista da Silva

O BANRISUL ENTRE PROJETOS:
OS GOVERNOS DE ILDO MENEGHETTI E DE LEONEL BRIZOLA (1955-1963)

Dissertação apresenta ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS
2024

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Batista da Silva, Yuri
O BANRISUL ENTRE PROJETOS: OS GOVERNOS DE ILDO
MENEGETTI E DE LEONEL BRIZOLA (1955-1963) / Yuri
Batista da Silva.- 2024.
108 p.; 30 cm

Orientador: Diorge Konrad
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2024

1. BANRISUL 2. Meneghetti 3. Brizola 4. bancos
estaduais I. Konrad, Diorge II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, YURI BATISTA DA SILVA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Yuri Batista da Silva

**O BANRISUL ENTRE PROJETOS:
OS GOVERNOS DE ILDO MENEGHETTI E DE LEONEL BRIZOLA (1955-1963)**

Dissertação apresenta ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em 16 de fevereiro de 2024.

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Bruna Lima, Dra. (UFFS)

Charles Sidarta Machado Domingos, Dr. (IFSUL)

Santa Maria, RS
2024

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho, os esforços de diversas pessoas foram fundamentais, e expresso minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram nesta jornada. Especialmente, gostaria de estender meus agradecimentos a:

- Meu orientador, Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad, pelo valioso aconselhamento ao longo dos últimos dois anos, pela compreensão diante de cada desafio e pela confiança depositada ao me aceitar como seu orientando.

- Meus pais, Nilvo Roberto Teles da Silva e Rosa Lealdina Batista da Silva, pelo carinho constante e suporte fornecidos ao longo de toda a minha trajetória acadêmica, sempre acreditando na importância da educação.

- Os profissionais responsáveis pelos arquivos físicos, como o Museu Banrisul, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, bem como pelos arquivos digitais da Fundação Biblioteca Nacional, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e do Diário Oficial do Rio Grande do Sul. Seus esforços e dedicação foram essenciais para a construção deste trabalho.

- Colegas e amigos que contribuíram de diferentes formas ao longo da minha trajetória acadêmica.

Em suma, expresso minha gratidão a todos que fizeram ou fazem parte da minha vida, cada um à sua maneira, contribuindo para minha formação humana e profissional como indivíduo e cidadão.

RESUMO

O BANRISUL ENTRE PROJETOS: OS GOVERNOS DE ILDO MENEGHETTI E DE LEONEL BRIZOLA (1955-1963)

AUTOR: Yuri Batista da Silva
ORIENTADOR: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

O presente estudo teve como objetivo compreender diversos aspectos e transformações ocorridas no BANRISUL durante dois distintos governos estaduais: o primeiro, liderado por Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD), entre 1955 e 1959; o segundo, por Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre 1959 e 1963. A análise contemplou vários elementos relacionados à prática bancária, buscando articulá-los. Na introdução, foram destacados pontos relevantes sobre a história do Banco e o contexto econômico do Rio Grande do Sul. No segundo capítulo, foram examinadas as campanhas eleitorais das coligações vencedoras nos pleitos de 1954 e 1958, com ênfase nas propostas e discursos relacionados ao Banrisul. O terceiro capítulo buscou aprofundar a compreensão em torno do perfil dos acionistas, diretores e conselheiros do Banco durante o período delimitado. O quarto capítulo abordou algumas das principais atividades ligadas ao Banrisul e seu desenvolvimento durante o recorte temporal. Por fim, nas considerações finais, foram apresentadas as principais conclusões alcançadas por este trabalho. Através de uma perspectiva comparada, essas etapas permitiram identificar mudanças e continuidades relacionadas ao Banrisul e como estas se relacionavam com os governos estabelecidos e o contexto mais amplo.

Palavras-chave: BANRISUL; Meneghetti; Brizola; bancos estaduais.

ABSTRACT

BANRISUL BETWEEN PROJECTS: THE GOVERNMENTS OF ILDO MENEGHETTI AND LEONEL BRIZOLA (1955-1963)

AUTHOR: Yuri Batista da Silva
ADVISOR: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

The present study aimed to comprehend various aspects and transformations that occurred in BANRISUL during two distinct state governments: the first, led by Ildo Meneghetti of the Partido Social Democrático (PSD), between 1955 and 1959; the second, by Leonel Brizola of the Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), between 1959 and 1963. The analysis encompassed various elements related to banking practices, seeking to articulate them. In the introduction, relevant points about the bank's history and the economic context of Rio Grande do Sul were highlighted. In the second chapter, the electoral campaigns of the winning coalitions in the 1954 and 1958 elections were examined, with an emphasis on proposals and speeches related to Banrisul. The third chapter aimed to deepen the understanding of the profile of shareholders, directors, and advisors of the bank during the specified period. The fourth chapter addressed some of the main activities linked to Banrisul and its development during the defined temporal scope. Finally, in the concluding remarks, the main conclusions reached by this study were presented. Through a comparative perspective, these stages allowed the identification of changes and continuities related to Banrisul and how they were related to the established governments and the broader context.

Keywords: BANRISUL; Meneghetti; Brizola; state banks.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O BANRISUL ENTRE PROJETOS: A FRENTE DEMOCRÁTICA EM 1954 E A COLIGAÇÃO POPULISTA EM 1958.....	17
2.1 O CONTEXTO A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO E OS NOVOS PARTIDOS POLÍTICOS	18
2.2 A CAMPANHA ELEITORAL DE 1954: AS PROPOSTAS DA FRENTE DEMOCRÁTICA NOS JORNAIS <i>CORREIO DO POVO</i> E <i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</i>	23
2.3 A CAMPANHA ELEITORAL DE 1958: AS PROPOSTAS DA COLIGAÇÃO POPULISTA NOS JORNAIS <i>CORREIO DO POVO</i> E <i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</i>	36
3 OCUPANDO CARGOS: DIRETORIA E CONSELHOS DURANTE OS GOVERNO MENEGHETTI E BRIZOLA (1955-1963)	44
3.1 HISTÓRICO.....	44
3.2 OS ACIONISTAS.....	50
3.3 DIRETORIA E CONSELHOS NO GOVERNO MENEGHETTI (1955-1959)	60
3.4 DIRETORIA E CONSELHOS NO GOVERNO BRIZOLA (1959-1963).....	71
4 O BANRISUL E SUA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS RIO-GRANDENSES	79
4.1 REDE BANCÁRIA	79
4.2 O CAPITAL	82
4.3 DEPÓSITOS E APLICAÇÕES.....	87
4.4 O BANRISUL E AS ATIVIDADES RURAIS	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação apresenta um estudo comparativo entre os governos de Ildo Meneghetti, pelo Partido Social Democrático (PSD), entre 25 de março de 1955 e 24 de março de 1959, e de Leonel Brizola, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre 25 de março de 1959 e 24 de março de 1963, com ênfase na atuação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., o BANRISUL. Este trabalho foi realizado no âmbito do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade”, e contou com o financiamento CAPES/Demanda Social entre os meses de março de 2022 e setembro de 2023.

Ao longo da história, a produção econômica do Rio Grande do Sul passou por algumas mudanças substanciais. Desde a ocupação da região, no século XVIII, e durante todo o século XIX, a criação de gado foi a atividade predominante, realizada principalmente ao sul da linha formada pelos rios Jacuí e Ibicuí. A criação de gado fornecia a matéria-prima para as charqueadas, localizadas principalmente nas proximidades de Pelotas e de Rio Grande, onde, beneficiadas, originavam os principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul: charque, couro e sebo (PESAVENTO, 1986).

A atividade pecuária-charqueadora rio-grandense, contudo, enfrentou duros problemas com seus competidores platinos. Estes haviam adotado uma série de melhorias em seus processos produtivos a partir da segunda metade do século XIX e, como atividade central do país, contavam com melhores investimentos e políticas protecionistas por parte dos governos locais. Como resultado, lhes era permitido chegar ao mercado brasileiro com preços menores do que os produtos rio-grandenses (PESAVENTO, 2014).

Paralelamente a isso, os produtos agrícolas e de origem colonial ganharam cada vez mais destaque entre as atividades econômicas rio-grandenses. Isso refletiu no crescimento dos produtos com essa origem na participação do comércio com outras regiões brasileiras e na exportação: em 1861, charque e couro representavam 74,9% do valor dos outros oriundos do Rio Grande do Sul – à época, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – enquanto produtos como arroz, banha, farinha de mandioca, feijão, fumo e vinho representavam apenas 5,4% do valor; já em 1927, charque e couros passaram a representar 24,5% do valor, enquanto os demais produtos listados foram responsáveis por 43,9% do valor comercializado/exportado (ALMEIDA, 1992, p.553).

Esse, portanto, era o contexto quando foi realizado o Congresso dos Criadores, em Porto Alegre, em maio de 1927: de um lado, a produção pecuária-charqueadora enfrentava duros problemas com seus competidores platinos; por outro lado, as atividades produtivas do Rio Grande do Sul mencionadas vinham se diversificando, provocando grandes reconfigurações sócio-políticas no Estado.

No Congresso, estiveram presentes grandes políticos do período, como Borges de Medeiros, Presidente do Rio Grande do Sul, e Joaquin Luis Osório, ex-Deputado Federal e criador, ambos pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR). As pautas debatidas foram diversas, como a criação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, o código rural, a fiscalização de gado na fronteira e a introdução do gado zebu; no entanto, a pauta tida por muitos como a mais importante foi a do crédito rural, velha demanda dos criadores rio-grandenses, interessados em linhas de crédito de longo prazo e juros mais baixos, condições mais adequadas às atividades econômicas desempenhadas (A FEDERAÇÃO, n. 118, 1927, p. 2 e 3). Na mesa de abertura do Congresso, o Deputado Joaquin Luis Osório sintetizou o problema apresentado:

A instituição do credito rural hypothecario urge. O nosso aparelhamento de credito puramente comercial, não pode servir nem para lavoura, nem para pecuária, que exigem dinheiros a taxas modicas e a prazos largos. A Argentina e Uruguay, julgo, offerecem o typo modelo do banco que precisamos. [...] Quantas vantagens não decorreriam desse regime de credito para o Rio Grande do Sul? As consequências beneficás não tardariam. Fariam a libertação da propriedade territorial das actuaes hypothecas a curto prazo com o seu cortejo de renovação e commissões onerosos juros elevados e de vendas forçadas para pagamento das dividas: dariam estimulo aos proprietários ruraes, fornecendo-lhes o capital sufficiente para melhor aparelhamento dos campos. (A FEDERAÇÃO, n. 118, 1927, p. 2).

Em 1927, o Rio Grande do Sul possuía diversos estabelecimentos bancários sediados no Estado: o Banco da Província, o Banco Nacional do Comércio, o Banco Pelotense, o Banco Porto-Alegrense, o Banco de Crédito Territorial Sul-Brasileiro, o Banco Popular do Rio Grande do Sul e o Banco Pfeiffer, além de outras instituições nacionais e internacionais (LAGEMANN, 1985). No entanto, esses bancos eram o que o Deputado acima chamou de puramente comerciais e, portanto, incompatíveis com a natureza das atividades agropastoris.

Os congressistas, portanto, aprovaram como conclusão de suas discussões a necessidade de o Poder Público criar um banco que ofertasse o tipo de crédito demandado e que essa instituição tivesse como princípio o desenvolvimento da produção rural rio-grandense. Acreditavam os congressistas que, sendo o Poder Público o banqueiro, a proposta seria viável

graças à despreocupação imediata com a lucratividade¹. Em dezembro de 1927, Getúlio Vargas, que assumiria a Presidência do Estado em janeiro seguinte, já demonstrou seu apoio a reivindicação dos congressistas (*A FEDERAÇÃO*, n. 299, 1927, p. 1).

Em abril de 1928, um novo Congresso foi realizado. Desta vez, Getúlio Vargas se fez presente e assinalou oficialmente seu compromisso com a causa dos criadores (SILVEIRA, 2004, P. 25). O assunto contava com o apoio tanto dos republicanos quanto da oposição libertadora, o que facilitou ao governo obter a autorização, junto à Assembleia Legislativa, para a obtenção de um empréstimo no valor de 42 milhões de dólares, com juros de 6% e prazo de 40 anos para o pagamento, responsável, dentre outras coisas, pela criação de um banco (AXT, 2002, p. 124).

Em 22 de junho de 1928, por meio do Decreto nº 4.079, foi então criado o Banco do Rio Grande do Sul, na época sob a sigla BRGS e com a alcunha de Crédito Rural e Hipotecário. Seu capital de 50.000 contos de réis foi dividido em 100.000 ações, com valor nominal de 500\$000 (quinhentos mil-réis), das quais o Estado do Rio Grande do Sul era portador de 80.600 ações em 31 de dezembro de 1928 (EXERCÍCIO de 1928, p. 52, 1929). Enquanto as demais ações foram subscritas, especialmente, por particulares².

O Banco entrou em funcionamento operando duas carteiras distintas e independentes entre si: a carteira hipotecária e a carteira econômica. A primeira era responsável pela concessão de empréstimos de longo prazo a partir do capital inicial do Banco e de futuros recursos obtidos por meio da emissão de letras hipotecárias no exterior, além da compra e venda dessas letras (BATISTA SILVA, 2023). No discurso de inauguração do Banco, que ocorreu em 12 de setembro de 1928, o Diretor-presidente, Firmino Pain Filho, justificou sua criação afirmando que

em tempos normais, poderão elas [produção agrícola e pastoril] viver e prosperar sem ele [crédito rural], como até aqui tem sucedido; mas, quando sobrevêm crises periódicas ou acidentais, a ausência do crédito real é então o facto mais grave, porque só ele pode servir de sustentáculo á atividade rural. (*A FEDERAÇÃO*, 1928, ed. 211, p. 2).

¹ Gedeon Desessard Leite, um dos congressistas presentes, apresentou um dos projetos propostos para a criação de um banco que atendesse aos anseios dos produtores. Sua proposta consistia na subscrição de ações, o que foi reprovado pelo restante dos congressistas, alegando que um banco, aos moldes exigidos, deveria “zelar, por excellencia, os interesses dos clientes, não podendo, portanto, cuidar de preocupar-se com lucros para accionistas.” (*A FEDERAÇÃO*, n. 122, 1927, p.3). Ver mais em: BATISTA DA SILVA, 2021; 2023.

² Como se observa, a forma como o Banco foi constituído não correspondia fielmente às propostas aprovadas pelos congressistas de 1927.

A carteira econômica assemelhava-se mais aos bancos comerciais, tendo como funções principais captar depósitos e realizar operações de menor prazo. No Estatuto do Banco do Rio Grande do Sul, o Artigo 6º definia as funções realizadas pela carteira econômica da seguinte maneira:

1) – aceitar hypothecas em segurança de empréstimos a curto prazo, com ou sem amortização; 2) – aceitar penhor agrícola ou pecuario (arts. 781 e 784 do Cod. Civil) e outras garantias idoneas, em favor de empréstimos aos agricultores e criadores; 3) – abrir-lhes créditos em conta corrente; 4) – descontar-lhes saques, notas promissórias e duplicatas; 5) – descontar warrants representativos de produtos agrícolas ou pecuarios; 6) – fazer empréstimos ao Estado e municipalidades do Estado; 7) – aceitar caução de letras hypothecarias para empréstimos a particulares; 8) – negociar empréstimos internos ou externos e emitir abrigações ao portador, por conta própria ou de terceiros, podendo dar em garantia suas letras hypothecarias; 9) – receber em deposito títulos e valores de qualquer natureza; 10) – subscrever e custear quaisquer empresas agrícolas ou pastoris que venha adquirir; 13) – incubir-se da cobrança de dividendos, juros e quaisquer outras rendas, bem como de títulos pertencentes a terceiros; 14) – emitir ordens de pagamento e expedir cartas de crédito; 15) – construir ou contractar a construção, de estradas de ferro, portos, estradas de rodagem, edifícios públicos e particulares; 16) – adquirir terras incultas ou não, dividil-as, demarcal-as e colonizal-as; 17) – promover e auxiliar a organização de empresas rurales ou de syndicatos que visem melhorar a situação da agricultura e pastorícia; 18) – facilitar a importação de mechinismos e utensílios agrícolas, sementes, plantas, reproductores e quaesquer objectos que possam interessar á agricultura e pecuária; 19) – praticar quaesquer outras operações compatíveis com a natureza e os interesses do instituto, inclusive: a) contractar com o Governo do Estado e administrações municipaes, sobre tudo quanto disser respeito ao seu objecto e fim; b) adquirir os immoveis necessários á sua installação, bem como aquellos que lhe sejam hypothecados ou apenhados, si assim convier a melhor liquidação das dividas. § único – Os bens adquiridos pelo Banco de accordo com os devedores ou que lhes forem [ilegível] deverão ser vendidos do melhor modo, a juízo da Directoria. (A FEDERAÇÃO, n. 183, 1928, p. 7).

Ainda que não tenha sido expressa qualquer proibição quanto a auxílios a outras atividades econômicas, percebe-se, através do exposto, que a grande preocupação era com o auxílio à agricultura e à pecuária. Ao falar sobre a carteira, Firmino Pain Filho justificou que sua criação teve como objetivo “dar mais elasticidade à sua atuação [do Banco], criando nova fonte de renda para assim fazer face às suas múltiplas despesas e, assim, diante do volume de negócios, reduzir gradativamente os juros a serem cobrados de seus mutuários” (A FEDERAÇÃO, 1928, ed. 211, p. 2).

Nos exercícios de 1928 e 1929, o Bannisul realizou 284 empréstimos hipotecários com prazo médio superior a dezesseis anos, além de vultosa soma de empréstimos em conta corrente que superavam em mais de 100% o valor dos títulos descontados, sendo as atividades pecuárias-chargeadoras o principal destino para os recursos (EXERCÍCIO de 1929, 1930). Os bons resultados apresentados nos balanços transmitiam a sensação da realização de um bom trabalho

por parte do Governo Vargas, que instrumentalizava isso através de discursos e representações (BATISTA DA SILVA, 2023).

No entanto, no relatório do Exercício de 1929 já era sinalizado um problema que, até aquele momento, parecia contornável: a crise mundial do capitalismo que implodiu em finais de outubro de 1929 impediu a emissão de letras hipotecárias no exterior, mais precisamente, em Nova York, junto as empresas *Harris, Forbes & Cia.* e *J. Henry Schroeder Banking Corporation* (EXERCÍCIO de 1929, p. 5, 1930). A diretoria tinha a estimativa de que entre os meses de março e maio de 1930 seria possível emitir as novas letras, fonte de novos recursos para o financiamento da carteira hipotecária que até àquela altura já havia movimentado mais de quatro quintos do capital integralizado. Infelizmente, os meses de março e maio de 1930 não foram melhores que os anteriores e o Banco se viu estagnado, sem acesso a novos recursos, o que permitiu realizar somente cinco empréstimos hipotecários (EXERCÍCIO de 1930, p. 5, 1931).

A década de 1930 iniciou difícil para os negócios do Banco e, para piorar, a falência do Banco Popular, em abril de 1930, e a liquidação de um dos maiores bancos do estado, o Banco Pelotense, em janeiro de 1931, geraram um clima de grande desconfiança para com o sistema financeiro regional³.

Buscando solucionar parte desses problemas, a Diretoria do Banco alterou sua política de financiamentos ao longo da década e passou a efetuar cada vez mais aplicações creditícias de menor prazo destinadas a outras atividades econômicas, seja na forma de empréstimos em conta corrente ou, especialmente, por meio do desconto de títulos, que já era o principal tipo de aplicação em 1939⁴ (EXERCÍCIO de 1939, p. 39, 1940). Nesse mesmo ano, pela primeira vez, as aplicações foram apresentadas por atividade econômica, o que demonstrou que a agricultura e a pecuária não chegaram à 15% das aplicações, enquanto a indústria e o comércio representaram 32,20% e 34,03%, respectivamente (*Ibid.*, p. 26). Ainda que a indústria e o comércio rio-grandense girassem em torno dos produtos agropecuários, é nítido que o produtor das matérias-primas havia perdido espaço no Banco já na década de 1930.

A produção rio-grandense era comercializada especialmente com outras regiões do Brasil. Embora com oscilações significativas ao longo do tempo, os produtos destinados ao

³ Dentre outros motivos, Eugênio Lagemann aponta que no caso dos dois bancos, a retirada de volumosas quantias de depósitos foram fatores que os levaram a crises irreversíveis (LAGEMANN, 1985).

⁴ Apesar disso, se forem somadas as cifras referentes as diversas modalidades de empréstimos realizados nesse ano, percebe-se que o desconto de títulos ainda não era o principal tipo de aplicação realizada.

mercado nacional representavam quase 60% comercialização no final da década 1910 e esteve muito próximo dos 90% durante as décadas de 1950 e 1960, superando esse valor em alguns momentos (ALMEIDA, 1991, p. 363). Embora elementos endógenos como a formação social e o Estado tenham exercido grande influência na forma e na intensidade, a comercialização com outras regiões do país e a exportação de produtos foram fatores determinantes para o desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 1991, HERRLEY, 2000).

A industrialização no Estado se concentrou principalmente no beneficiamento de matérias-primas locais, que permitiram o desenvolvimento das indústrias de alimentação, bebidas, fumo, minerais não-metálicos, tecidos de lã, calçados, madeira e mobiliário, vestuário, etc. A expansão do mercado regional dava bases para o desenvolvimento dessa indústria que via seu mercado preservado da concorrência interna brasileira até, pelo menos, meados dos anos 1950 (HERRLEY, 2000, p. 8). A partir desse momento, o processo de integração do mercado nacional ganhou mais força, o que favorecia as indústrias maiores, localizadas especialmente na região Sudeste, sobretudo, em São Paulo.

O Rio Grande do Sul apresentou um crescimento bastante expressivo de sua indústria durante o século XX, no entanto esse crescimento foi bastante inferior ao de outras regiões. Em 1907, o Rio Grande do Sul era responsável por 13,5% da produção industrial brasileira, próximo, portanto, dos 16% produzidos em São Paulo. Em 1919, São Paulo já era responsável por 32% da indústria nacional, participação que saltaria para mais de 50% ao longo das décadas de 1950 e 1960. Por outro lado, o Rio Grande do Sul se tornou responsável por menos de 10% da produção industrial nacional em 1939, mantendo uma tendência de queda na participação nacional até o final dos anos de 1960 (CANO, 1981).

As atividades econômicas rio-grandenses apresentaram, no geral, grande crescimento durante a primeira metade do século XX, no entanto, a partir da segunda metade da década de 1950 o cenário passou a ser diagnosticado como de crise após grande queda no ritmo de crescimento. Accurso *et al* (1965 apud MULLER, 1998) afirmam que a pecuária e a agricultura, em 1960, apresentaram taxas de crescimento 20% e 7% menores, respectivamente, quando comparadas ao ano de 1956. Segundo os autores, isso seria também um dos motivos para a diminuição do crescimento industrial, puxado especialmente pelas indústrias tradicionais:

uma vez que a demanda para o setor tradicional estava em expansão, como mostra o crescimento de seus ramos componentes no Brasil, ainda que a uma taxa inferior à dos ramos 'dinâmicos', pode-se concluir que uma das causas básicas para seu baixo crescimento no Estado deve ser buscada na insuficiente e inadequada oferta de

matérias-primas da agricultura, pecuária e silvicultura. (ACCURSO *et al*, 1965, p. 88, grifo do autor, apud MULLER, 1998, p. 173).

A essas causas, os autores ainda acrescentaram outros elementos:

Assim, a inelasticidade de oferta das matérias-primas agrícolas e a incapacidade dos empresários em inovar tecnologicamente e administrativamente, e dessa forma obter recursos financeiros adicionais, são as principais causas mediatas do estancamento das indústrias tradicionais gaúchas, embora outros fatores adicionais venham atuar cumulativamente, como custo de transportes para os principais centros consumidores e energia. (*Ibid.*).

A interpretação dos autores sobre a crise da produção rio-grandense a partir da segunda metade da década de 1950 foi contestada por outros trabalhos. Para os autores do livro *25 Anos de Economia Gaúcha*, volume 4, de 1976,

caracterizar uma situação desfavorável do Estado como sendo de crise decorrente da *incapacidade empresarial*, como seguidamente é apregoado, reflete tão somente a adoção de um enfoque micro para uma questão fundamentalmente macroeconômica. Na realidade, os problemas com que se deparou a indústria de transformação gaúcha no início da década de sessenta são fruto de uma inadequação do parque industrial do Estado a um novo perfil de demanda do País. (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1976b, p. 32, grifo do autor).

A discussão acima aponta para versões interpretativas distintas dos problemas enfrentados pelas atividades econômicas rio-grandenses a partir da segunda metade da década de 1950 (Tabela 1), ou seja, período que compreende o recorte temporal deste trabalho. Isso tem impacto direto em diversos aspectos relevantes ao trabalho, como se verá no decorrer de suas páginas.

Tabela 1: Taxas anuais de crescimento no Rio Grande do Sul (1948-1973)

Períodos	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1948-51	3,1	10,5	5,3	5,3
1952-55	7,0	5,9	7,4	7,0
1956-59	-0,1	7,6	4,2	3,3
1960-63	2,3	5,1	7,4	5,3
1964-67	3,2	1,0	3,0	2,7
1968-71	10,4	11,3	10,5	10,6
1972-73	4,1	8,7	3,8	4,8

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1976a, p. 36

Como se pode observar, a agricultura chega a apresentar retração durante o quadriênio 1956-59, enquanto a indústria apresenta crescimento superior ao quadriênio anterior e o setor de serviços um crescimento inferior. No quadriênio seguinte, a indústria apresenta um

crescimento inferior e os outros dois setores apresentam crescimento superior. No quadriênio 1964-67 a indústria e os serviços apresentam grande queda no crescimento, enquanto a agricultura um pequeno crescimento. A situação só se reverterá a partir de 1968, quando todos os setores apresentaram crescimento superior aos 10% anuais.

A partir desse contexto, o objetivo será compreender a atuação do Banrisul durante dois governos distintos, através de métodos comparativos e ressalvadas as particularidades de cada um dos momentos. Conforme aponta Jürgen Kocka (2014), a “comparação em história significa discutir dois ou mais fenômenos históricos sistematicamente com respeito a suas similaridades e diferenças de modo a alcançar certos objetivos intelectuais” (KOCKA, 2014, p. 279). Dentre as potencialidades desse método, é particularmente relevante aquela que o autor chamou de heurística, que “permite identificar questões e problemas que se pode perder, negligenciar, ou até mesmo não conceber” sem a devida comparação (*Ibid.* p. 280).

Como um Banco de economia mista, o BANRISUL passa, inevitavelmente por questões e particularidades inerentes ao campo político, definido por Pierre Bourdieu como “um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social” (BOURDIEU, 2011, p. 195). Sua relativa autonomia sugere a existência de margem para atuação dos indivíduos ali inseridos, ainda que encontrem limitações dos mais diferentes tipos, seja naquelas expressas pela legislação vigente, ou então aquelas oriundas de acordos tácitos e disputas de poder e interesses, nem sempre de fácil visualização para o público geral.

Com isso, pretendeu-se neste trabalho relacionar diversos aspectos relevantes relativos a atuação BANRISUL, o que, feito para governos distintos, possibilitou desnaturalizar a história do Banco, frequentemente apresentado apenas como uma Instituição voltada a defesa do progresso econômico e social rio-grandense.

Em quase cem anos de história, o BANRISUL foi objeto de estudo de muitos trabalhos. No levantamento bibliográfico realizado, de um lado, destacam-se pesquisas que abordam o desenvolvimento histórico do Banrisul, abarcando seu crescimento institucional e suas principais funções, seus projetos e suas realizações mais marcantes, sempre ressaltando o compromisso com a economia sul-rio-grandense de forma ampla e o desenvolvimento econômico-social do estado. Dadas as características desses trabalhos, enquadro-os como biográficos-institucionais, quais sejam: Informativo Banrisul (1978), sem autor ou coordenador registrado, de Carlos Müller (1998), de Núbia Silveira (2004), de Sérgio da Costa Franco

(2008), de Ivan Vieira (2008) e Banrisul: 90 anos de uma grande história (2018), assinado pela Assessoria de Imprensa do Banrisul, todos trabalhos financiados pelo próprio Banrisul.

Por outro lado, algumas investigações dedicaram-se à análise do sistema financeiro gaúcho de forma mais ampla, comparando diversas instituições de crédito existentes, em momentos distintos, a exemplo de Eugênio Lagemann (1985; 2008), Darcy Garcia (1990) e Gentil Corazza (2002). Por analisarem o panorama geral do sistema financeiro sul-riograndense, privilegiaram os resultados mais concretos das instituições, como o volume de capital e reservas, os depósitos, as aplicações e o patrimônio líquido, e deixaram de lado elementos voltados ao processo de tomada de decisões dessas instituições e seus possíveis conflitos.

É necessário ir mais afundo no problema para compreender os interesses e conflitos que perpassaram e que, certamente, ainda perpassam a história do BANRISUL. Para tal, o trabalho foi dividido entre esta introdução e outros três capítulos. No segundo capítulo, entendendo que a campanha eleitoral se configura como parte importante do futuro governo, o objetivo foi analisar as narrativas e os projetos apresentados pelos candidatos eleitos nos pleitos para o Governo do Rio Grande do Sul em 1954 e 1958, com ênfase nos compromissos ali firmados e na forma como apresentavam o Banrisul dentro disso. Essa etapa foi importante para compreender diversos elementos presentes no restante do trabalho e utilizou como fonte principal os jornais de grande circulação no período, como o *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo*.

No terceiro capítulo, o objetivo foi compreender o preenchimento de cargos de direção e conselhos durante os dois governos, buscando traçar o perfil dos indivíduos ali presentes e os conflitos envolvendo o governo e os acionistas particulares do BANRISUL. Para isso, foram utilizados os Relatórios da Diretoria do Banco e diferentes documentos referentes à centenas de firmas gaúchas do período, obtidos, principalmente, através das páginas do *Diário Oficial do Rio Grande do Sul*.

Já no quarto capítulo, o objetivo foi apresentar e debater as principais mudanças ocorridas no BANRISUL durante o recorte do trabalho, envolvendo os aumentos de capital e as principais aplicações e investimentos. As principais fontes para este capítulo foram os Relatórios da Diretoria do Banco de diversos anos.

Por fim, nas considerações finais são retomados alguns dos principais pontos do trabalho e apresentadas algumas possíveis conclusões a partir da articulação geral entre os demais capítulos.

2 O BANRISUL ENTRE PROJETOS: A FRENTE DEMOCRÁTICA EM 1954 E A COLIGAÇÃO POPULISTA EM 1958

De acordo com René Rémond (2003, p. 49), a campanha eleitoral configura-se como parte integrante da eleição, sendo o seu primeiro ato. Segundo o autor, não se trata apenas da “manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos”, mas do momento da “entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”, que, ainda segundo o historiador, “modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças”.

Ao reconhecer a influência dos discursos na constituição das práticas, o autor rompe com essa velha dicotomia, a fim de dar lugar a uma concepção que entende os próprios discursos como práticas. Daí decorre a importância de estudar as campanhas eleitorais não apenas com o objetivo de comparar promessas com atitudes ao longo de determinado governo, mas para compreender que ao firmar certos compromissos, romper com eles terá suas implicações.

Por esse viés, com ênfase no BANRISUL, o presente trabalho buscou compreender as propostas apresentadas pela Frente Democrática (FD) e a Coligação Populista (CP), durante as Campanha Eleitorais de 1954 e 1958, respectivamente, entendendo-as como portadoras de potenciais responsabilidades sobre as ações durante os governos eleitos: de Ildo Meneghetti em 1954 e de Leonel Brizola em 1958, candidatos pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), respectivamente.

Para isso, as principais fontes utilizadas foram os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, os dois jornais de maior circulação no Rio Grande do Sul durante a década de 1950, e, em menor escala, foram utilizados outros jornais. A partir desses jornais, o intuito principal foi compreender, justamente, aquilo que a FD e a CP apresentaram ao público eleitor, por meio das publicações pagas, os famosos “A Pedido” – ou então “Ineditorial” –, assim chamados esses espaços nos jornais.

Francisco Rüdiger (2003) aponta para existência de duas grandes tendências do jornalismo⁵ rio-grandense: a primeira, identificada como jornalismo político-partidário,

⁵ É importante destacar a distinção feita por Francisco Rüdiger entre jornalismo e imprensa. O autor afirma que, no Rio Grande do Sul, houve vários tipos de imprensa, como política, literária, religiosa, operária, humorística e noticiosa, mas que nem todas permitiram a formação do respectivo jornalismo. Por sua vez, jornalismo, para o autor, é “uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode estruturar-se de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão” (2003, p. 11).

vinculava-se diretamente à defesa dos interesses político-doutrinários dos grupos que mantinham os periódicos, e dos quais, o jornal *A Federação*, principal órgão do Partido Republicano Rio-Grandense, foi o grande representante; já a segunda fase é marcada pela pretensão imparcial, isto é, os periódicos se apresentavam como agentes objetivos da verdade, independentes dos interesses partidários (RÜDIGER, 2008, p. 76). Os dois principais jornais utilizados nesta parte do trabalho se enquadram nessa segunda tendência.

O *Correio do Povo*, fundado em 1895, por Caldas Junior, expressou suas ideias no primeiro editorial: “Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção” (*CORREIO DO POVO*, 1/10/1895 apud RÜDIGER, 2003, p. 77). De forma semelhante, o *Diário de Notícias*, fundado em 1925, por ex-redatores do *Correio do Povo*, apresentou-se, em sua primeira edição, como “liberto de todo vínculo partidário, para percorrer a sua estrada à margem da política e acima dos partidos” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 01/03/1925 apud OLIVEIRA, 2008, p. 19). Embora o discurso da imparcialidade não encontre amparo na realidade histórica, o que fica evidente em diversos momentos, quando as preferências políticas na linha editorial dos jornais ganhavam maior destaque⁶, se apresentavam como imparciais e, em linhas gerais, admitiam em suas páginas materiais de campanha pagos por partidos políticos distintos. A partir disso foi possível realizar este trabalho, no entanto, antes de aprofundar na questão das campanhas em si, se faz necessário contextualizar a formação político-partidária no Rio Grande do Sul após 1945.

2.1 O CONTEXTO A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO E OS NOVOS PARTIDOS POLÍTICOS

Encaminhando o fim do Estado Novo e a abertura política no Brasil, em março de 1945, Getúlio Vargas nomeou uma comissão responsável pela organização da Lei Eleitoral no País. Em 28 de maio do mesmo ano, foi aprovado o Decreto N° 7.568, também conhecido como Lei Agamenon – em referência a Agamenon Magalhães, titular da pasta da Justiça, responsável pela aprovação do Decreto de regulação do alistamento eleitoral e das eleições no Brasil todo.

⁶ Em diversos momentos, especialmente aqueles de maior relevo para a política rio-grandense ou que repercutissem a nível nacional, os jornais manifestaram, ainda que de formas mais veladas, suas preferências. Sobre a temática, consultar Lisandre Oliveira (2008), Camila de Almeida Silva (2016), dentre outros.

Entre as características mais marcantes do novo Código Eleitoral, destacavam-se o Artigo 38º, o qual expressava o sufrágio universal⁷, bem como o voto obrigatório, direto e secreto; o Artigo 39º, que só permitia candidatos que estivessem filiados em partidos ou alianças de partidos; e o Artigo 109º, que definia como partido a associação com pelo menos dez mil eleitores, distribuídos em cinco ou mais circunscrições eleitorais, ou seja, em cinco ou mais estados da Federação. Ao estipular a obrigatoriedade de distribuição dos partidos, em cinco ou mais estados, o Artigo 109º dava aos partidos políticos brasileiros uma dimensão nacional, diferentemente do que ocorreu no País até 1937, quando estes mantiveram um caráter regionalizado, institucionalmente restritos aos seus estados de origem, com a exceção do Partido Comunista do Brasil (PCB) e da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Apesar da Lei Agamenon ter sido aprovada no final de maio de 1945, as articulações políticas em torno da criação dos novos partidos já estavam acontecendo há meses. Segundo Oliveira,

Nesse cenário surgiram pequenos partidos de estruturação efêmera, sendo que alguns foram produtos de dissidências de grupos existentes, outros de tendência esquerdizantes. Alguns representaram até mesmo uma posição ideológica difícil de ser identificada. (2008, p. 35).

Diferentemente desses, em 1945, surgiram, também, aqueles que seriam os principais partidos do período democrático de 1945 até 1964, sendo o caso da União Democrática Nacional (UDN), fundada em 7 de abril, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 15 de maio, e do Partido Social Democrático (PSD), fundado em 17 de julho.

O primeiro dos três surgiu como associação de partidos regionais e correntes de opinião opositoras ao Estado Novo e a Getúlio Vargas, sendo o antigetulismo sua característica essencial (BENEVIDES, s.d.). Enquanto isso, os dois outros partidos foram fortemente marcados pela presença de Getúlio Vargas em sua formação: o PSD foi um partido fundado com apoio de Vargas, reunindo a burocracia estadonovista nos estados, isto é, políticos nas esferas estaduais e municipais de todo o País. Segundo Maria do Carmo Campello Souza, tratava-se de um partido criado de “dentro para fora do estado, através da convocação feita pelos interventores às bases municipais nos estados” (1983, p. 109 apud OLIVEIRA, 2008, p. 37). No Rio Grande do Sul, iniciou-se a movimentação, para criação desse Partido, em fevereiro de 1945, contando com a participação de figuras como Cylon Rosa e Walter Jobim –

⁷ Salvo as exceções, expressas no Artigo 4º, do mesmo Decreto.

respectivamente secretários do Interior e de Obras Públicas do Interventor Ernesto Dornelles. Os dois foram os próximos governadores do Rio Grande do Sul, após o fim do Estado Novo.

Já as bases sociais que deram origem ao PTB, segundo Roberto Bitencourt da Silva, eram, essencialmente, formadas por integrantes do Ministério do Trabalho de Vargas e por trabalhadores organizados em sindicatos, tendo suas lideranças ocupado papel de relevo na formação do Partido, cujo trabalhismo getulista – variante do trabalhismo – marcou o alvorecer do mesmo (2011, p. 182). No Rio Grande do Sul, Jose Vecchio e Silvio Sanson eram exemplos desses sindicalistas: inicialmente integrantes do PSD no estado, abandonando a agremiação, ainda em setembro de 1945, a fim de fundar o diretório rio-grandense do PTB. Em meados de outubro, procuraram Alberto Pasqualini – teórico e doutrinador trabalhista – e outros membros da União Social Brasileira (USB) para ingressar no novo partido, o que ocorreu apenas no ano seguinte (ANGELI, 2020, p. 74).

PTB e PSD tendiam a representar segmentos sociais diferentes, desde suas formações: como o PSD era mais ligado a burocracia estadonovista, com apoio de lideranças e classes dominantes regionais, isto dava ao Partido um perfil mais conservador, enquanto o PTB construiu-se como um partido de massas, voltado à classe trabalhadora e inspirado no partido trabalhista inglês (GOMES, 2007, p. 57 apud BOMBARDELLI, 2016, p. 48).

Apesar disso, entre 1945 e 1946, a figura de Getúlio Vargas foi objeto de disputas entre os diretórios estaduais dos dois partidos no Rio Grande do Sul. Ambos reivindicavam ser a continuidade do projeto varguista e buscaram o apoio de Vargas que foi, inicialmente, facultado à candidatura de Walter Jobim (PSD) ao governo do Rio Grande do Sul, mas que, no final, em novembro de 1946, acabou sendo concedido à candidatura de Alberto Pasqualini (PTB) (OLIVEIRA, 2008, p. 165-173).

Segundo Oliveira (*Ibid.* p. 162), desde a fundação do PSD, no Rio Grande do Sul, até o início da década de 1950, houve um contínuo processo de desgetulização do Partido, marcado por três grandes eventos: ainda em 1945, foi criada a Ala Trabalhista do PSD e, em setembro, alguns membros se desligaram oficialmente para fundar o PTB no estado, sendo o caso dos sindicalistas já mencionados Jose Vecchio e Silvio Sanson; em 1946, nomes de relevo na política rio-grandense, como José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Silva, também saíram do PSD e migraram para o PTB e; por último, a partir de 1949, ocorreu formação do PSD Autonomista (PSDA), ala interna do partido rio-grandense, liderada por João Neves da Fontoura e caracterizada pelo apoio a Getúlio Vargas.

O PSDA atuava como oposição interna ao grupo identificado pela autora como ortodoxo/dutrista. A cisão interna entre getulistas e dutristas, autonomistas e ortodoxos, impediu o diretório rio-grandense do PSD de indicar nomes em eleições, chegando ao ponto de Ernesto Dornelles, após convite de Getúlio Vargas, migrar do PSDA para concorrer ao Governo Estadual, em 1950, pelo PTB, saindo vitorioso pela coligação formada entre o PTB, o PSDA⁸ e o Partido Social Progressista (PSP) (*Ibid.*, p. 210).

A existência do PSDA no interior do PSD é exemplo desse tipo de prática que ocorria em outros partidos e em outros pleitos durante o período democrático, demonstrando a complexidade do processo político e partidário. Apesar da existência desse grupo em seu interior, o processo de desgetulização, ocorrido no PSD, de que fala Lisandre Oliveira, foi responsável pela adoção de um posicionamento hostil em relação ao PTB e de aproximação com partidos como a UDN e o Partido Libertador (PL).

Enquanto a nível nacional PSD e PTB firmaram acordos, como por exemplo ao lançarem Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) como presidente e vice, respectivamente, nas eleições presidenciais de 1955, no contexto regional do Rio Grande do Sul, PTB e PSD constituíram os principais polos políticos nas eleições estaduais ao longo de todo o período democrático. Esse posicionamento do diretório rio-grandense do PSD gerou muitos atritos com o diretório nacional do Partido, como por exemplo nas próprias eleições de 1955: nesse pleito, o diretório rio-grandense do PSD facultou seu apoio a Juarez Távora, candidato à presidência pela UDN.

O PTB também possuía suas clivagens e divergências internas. Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) enfatiza a existência de facções e tendências do PTB que hora eram conflitantes entre si, hora se articulavam, e das quais a autora destaca três principais: *getulista pragmático*, burocratas vinculados a estrutura do Estado por meio do Ministério do Trabalho, hegemônicos até a morte de Vargas; *doutrinários trabalhistas*, intelectuais e profissionais liberais trabalhistas críticos do excesso de personalismo e dos acordos eleitoreiros, cujo principal nome foi Alberto Pasqualini; e os *pragmáticos reformistas* que, após a morte de Vargas, buscaram um consenso entre as anteriores. Por outro lado, Maria Celina D'Araújo (1996) enfatiza os conflitos internos do PTB não por tendências, mas pela disputa personalista. O PTB é visto pela autora como um partido carismático, pautado pela personalidade e pelas

⁸ Importante frisar que, como aponta Lisandre Oliveira, o PSDA controlava vinte e cinco dos noventa e dois diretórios municipais do PSD, no Rio Grande do Sul (2008, p. 209). Apesar da ala ortodoxa possuir mais de 2/3 dos diretórios, o PSDA constituía uma força política importante no cenário rio-grandense, especialmente quando se constata que os demais partidos existentes não eram politicamente tão expressivos.

ideias de Vargas. Nessa perspectiva, João Goulart teria sido o escolhido para herdar o carisma de Vargas, embora o suicídio tenha sido um momento de reavivamento das disputas dentro do partido.

Já Miguel Bodea (1992), ao estudar a formação do PTB rio-grandense especificamente, afirma que o PTB no Rio Grande do Sul formou-se a partir da convergência de três correntes com distinções visíveis: a *sindicalista*, em que se destacam os nomes de José Vecchio e Silvio Sanson; a *doutrinária*, representada por Alberto Pasqualini e os demais membros da UBS, e; a *pragmático-getulista*, composta por políticos profissionais originários do PSD, como José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha. O autor ainda destaca a participação da Ala Acadêmica no Partido, na qual participaram indivíduos como Leonel Brizola, Sereno Chaise, Fernando Ferrari e Wilson Vargas da Silveira. A Ala Acadêmica teria recebido a influência das três correntes acima descritas, cujo resultado foi uma espécie de simbiose política, manifestada a partir de 1954, quando esses políticos mais jovens ganharam maior relevância no Partido, após a morte de Getúlio Vargas e o afastamento de Alberto Pasqualini da política (1992, p. 44-45).

No diretório rio-grandense do PTB foram diversas as disputas internas: algumas representaram o apoio de membros do Partido a outras agremiações, como o apoio de José Vecchio à Ildo Menegheti para a prefeitura de Porto Alegre, em 1951⁹; outras resultaram na saída de influentes políticos do PTB rio-grandense, como José Diogo Brochado da Rocha, José Loureiro da Silva e Fernando Ferrari. Apesar disso, a tendência foi a de manter um vínculo mais alinhado do Diretório Regional em relação ao Diretório Nacional, primeiro, por meio da influência de Vargas e, depois, com a ascensão de novas lideranças, como Leonel Brizola e João Goulart, a partir de 1954. Para Maura Bombardelli, “dentre os herdeiros de Vargas, Goulart foi “ungido” como sucessor [e] Leonel Brizola se tornou seu principal interlocutor na seção gaúcha.” (2016, p. 88).

Os diretórios regionais do PTB e do PSD surgiram sob grande influência varguista e mantiveram divergências internas em seus quadros, elemento comum à prática política. Por

⁹ Em 1951, foi criado Diretório Metropolitano do PTB, sob presidência de Leonel Brizola, a fim de substituir as lideranças municipais do PTB na cidade e que estavam em torno do Diretório Municipal de Porto Alegre, sob liderança de José Vecchio. Esse movimento tumultuou o processo de indicação dos candidatos do Partido ao pleito e culminou com a criação de uma dissidência, chamada Partido Trabalhista Brasileiro - Movimento Independente, sob a liderança de José Vecchio. Após tratativas sem acordo, os trabalhistas independentes lançaram seus candidatos à Câmara dos Vereadores de Porto Alegre pelo Partido Republicano (PR) e apoiaram a candidatura de Ildo Meneghetti (PSD) para prefeitura, o qual disputava contra Leonel Brizola (FERNANDES, 2013, p. 99-102). Esse episódio elucida a diminuição da influência dos sindicalistas no PTB, segundo Miguel Bodea (1992)

outro lado, distanciavam-se quanto ao tipo de relação que tenderam a manter com organização nacional dos partidos. Esse não foi o único ponto de divergência entre os dois diretórios no estado, haja vista que eles também tenderam a apresentar propostas de governo e de desenvolvimento com diferenças bastante sensíveis.

2.2 A CAMPANHA ELEITORAL DE 1954: AS PROPOSTAS DA FRENTE DEMOCRÁTICA NOS JORNAIS *CORREIO DO POVO* E *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*

Derrotados nas eleições estaduais de 1950, os integrantes da corrente mais ortodoxa e majoritária do PSD articularam-se para as disputas municipais, em 1951. A Capital, Porto Alegre, após vinte anos sem eleições diretas para o Executivo, era uma das principais prefeituras a serem conquistadas e, para isso, em outubro, foi lançado o nome de Ildo Meneghetti (PSD) para a prefeitura, candidatura que contou com o apoio do PL e da UDN, no Município, sendo a primeira vez que a aliança tri-partidária PSD-PL-UDN apareceu.

Ildo Meneghetti, filho de imigrantes italianos, nasceu em Porto Alegre, em 1895. Em 1912, aproximou-se do Sport Clube Internacional, com o intuito de jogar futebol pelo clube colorado, fundado em 1909. Frustrado por uma luxação no braço, Meneghetti abandonou o esporte, mas nunca mais afastou-se do Clube, sendo eleito seu presidente em 1929, em 1930, em 1933 e em 1938. Além da relação com o futebol, em 1916 Meneghetti formou-se na Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1917 começou a trabalhar na construção férrea e, em 1927, fundou, como sócio proprietário, a construtora F. Dahme e Companhia

Sua entrada na política se deu após o convite de Cilon Rosa (PSD) para que concorresse como vereador à Câmara Municipal de Porto Alegre, em 1947, saindo eleito com 1.095 votos, 1,82% do total dos votos, 60.135 (Câmara de Vereadores de Porto Alegre, s.d.). Segundo as palavras do próprio Meneghetti, a trajetória no Internacional foi o que tornou possível sua primeira vitória na política, ao credenciar-se, junto a torcida colorada, e receber o apoio de ex-diretores do Clube que clamavam o voto colorado em seu favor (AFONSO, 1984, p. 10 e 27).

O cargo de vereador foi só o início de sua carreira como agente público. Em 1948, foi nomeado Prefeito¹⁰ de Porto Alegre, pelo então governador Walter Jobim (PSD), cargo que

¹⁰ Por força da Lei 121, várias cidades consideradas bases militares – e dentre elas Porto Alegre – deveriam ter seus prefeitos indicados e não eleitos. Porto Alegre, assim como Rio Grande, Santa Maria, Gravataí e Canoas só

ocupou até 31 de janeiro de 1951, quando foi substituído pelo médico Eliseu Paglioli, nome indicado pelo novo governador Ernesto Dornelles (PTB), no dia de sua posse. A partir de outubro de 1951, Meneghetti concorreu à Prefeitura de Porto Alegre, quando obteve, nas eleições de dezembro do mesmo ano, a vitória, contando com 41.939 votos contra os 40.877 votos de seu concorrente, Leonel Brizola (PTB). Porto Alegre, considerada um dos redutos trabalhistas no Rio Grande do Sul, acabou elegendo a coligação PSD-PL-UDN, composta por partidos que, como se verá melhor mais adiante, possuíam propostas liberal-conservadoras.

É no contexto de um Governo petebista, com Ernesto Dornelles, e uma vitória eleitoral significativa, em 1951, que, em 1954, o nome de Ildo Meneghetti, ainda atuando como Prefeito de Porto Alegre, foi lançado como candidato ao Governo Estadual. A vitoriosa coligação de 1951 manteve-se, recebendo o nome de Frente Democrática, a qual contava com o nome de Meneghetti para Governador, enquanto os demais partidos lançaram Armando Pereira da Câmara (PL) e Daniel Krieger (UDN) para a disputa do Senado. Estes nomes enfrentaram, principalmente, os candidatos lançados pelo PTB: o então senador Alberto Pasqualini, para governador, e Rui Vitorino Ramos e João Goulart, para senadores. Apesar do impactante suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto deste ano, o PTB rio-grandense não foi capaz de instrumentalizar sua morte, sendo derrotado, tanto para o Governo Estadual quanto para as duas Cadeiras do Senado, o que, segundo Miguel Bodea, derivou de um erro das lideranças petebistas quanto a morte de Vargas, ao subestimarem a força da reação popular e o impacto que isso gerou sobre as classes médias e setores mais moderados do eleitorado (1992, p. 123).

Em 6 de julho de 1954, oficialmente, iniciou a Campanha Eleitoral de Ildo Meneghetti, em cerimônia realizada no Cinema Baltimore, em Porto Alegre. Em 08 de julho, o jornal *Diário de Notícias* noticiou a cerimônia de abertura, quando a mesa foi presidida pelo Deputado Federal Adroaldo Mesquita da Costa (PSD). Além dele, compunham a mesa o próprio Ildo Meneghetti, os candidatos da chapa ao Senado, Armando Pereira da Câmara (PL) e Daniel Krieger (UDN), o Presidente da Assembleia Legislativa, Alcides Flores Soares Junior (UDN), o Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Manoel Osório da Rosa (PL), os presidentes dos diretórios estaduais dos três partidos que compunham a FD, Valter Perachhi Barcelos (PSD), Vitor Graeff (UDN) e Décio Martins Costa (PL), dentre outros nomes (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 103, p. 2).

foram excluídas dessa listagem em 1951, quando puderam retomar o processo eleitoral como mecanismo de escolha dos prefeitos (AFONSO, 1984, p. 35).

No dia seguinte, Ildo Meneghetti, Armando Câmara, Daniel Krieger e demais integrantes da comitiva desembarcaram em Alegrete, para o início da campanha pelo interior do estado, cujo objetivo era percorrer noventa e quatro municípios e dezenas de distritos rio-grandenses, em setenta dias (*CORREIO DO POVO*, ed. 223, p. 2). Segundo Marcos Asturiam,

A estratégia de campanha da candidatura Meneghetti foi pensada no sentido de aproximar os eleitores de suas propostas por meio do contato direto. Os comícios eram uma demonstração de força dos partidos e candidatos, assim como forneciam produtos – discursos, imagens, plataformas, entrevistas, etc. – que tinha por finalidade à mobilização eleitoral por meio de publicações na imprensa. (2019, p. 182).

Os jornais analisados, no que diz respeito a suas matérias próprias, sempre informaram por quais localidades a comitiva havia passado e quais seriam os próximos passos do itinerário, no entanto, sem dar muitos detalhes, no geral. Quanto às publicações pagas pela FD nesses jornais, os assuntos foram variados, mas foram mais frequentes aqueles que teciam críticas aos petebistas, especialmente ao Governo de Ernesto Dornelles e à Jango e críticas o apoio dado pelo PCB ao PTB, o que se buscou instrumentalizar fortemente. Em segundo, o que mais apareceu foram publicações exaltando a campanha que estava em curso, com o objetivo de elevar a confiança no projeto proposto. Por fim, pouco apareceu nos jornais as propostas de um futuro Governo de Meneghetti, tal qual foi feito por Leonel Brizola, em 1958, objeto de estudos da próxima seção.

As críticas ao Governo de Ernesto Dornelles concentraram-se, em grande medida, na questão dos transportes, primeiro com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), depois com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS).

Em uma das poucas publicações que a FD explicitou as propostas de governo, tem-se uma lista de seis “Pontos essenciais afirmados pelo candidato da Frente Democrática no seu roteiro cívico pelo Estado”, com trechos retirados de seus discursos nas municipalidades¹¹. Por ora, apenas será apresentado o sexto ponto, no qual Meneghetti diz que, “em relação às rodovias, pretendo, como governante, restaurar o DAER em sua tradição de órgão dedicado, sem preocupações eleitoreiras, ao aperfeiçoamento das nossas estradas” (*CORREIO DO POVO*, ed. 245, p. 12).

¹¹ Esses seis pontos aparecem tanto no *Correio do Povo* como no *Diário de Notícias*, nas edições de 27 de julho; já na edição de 12 de agosto, no *Correio do Povo* e no *Diário de Notícias* foram publicados mais cinco pontos essenciais da proposta de Meneghetti. Essas duas listas, publicadas na imprensa, são parte do que se tem de melhor quanto a documentação referente as propostas de governo deste candidato, algo que será abordado ao longo deste capítulo.

Essa fala gerou uma resposta, na forma de publicação paga, no *Diário de Notícias*, por um chamado “grupo de rodoviários” que buscou defender a gestão do DAER, durante o Governo de Ernesto Dornelles, apontando o grande crescimento da malha rodoviária rio-grandense, no período de 1951-1954 (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1954, ed. 119, p. 13). A contrarresposta da FD veio seis dias depois e buscou defender o posicionamento de Meneghetti, afirmando que os dados apresentados pelo grupo de ferroviários não batiam com outras fontes do DAER e que, mesmo que fossem verdadeiras, o aumento correspondente do gasto por quilômetro de construção/manutenção de estrada dobrou durante o Governo Dornelles, o que seria um reflexo de um processo mais geral de deterioração da economia brasileira sob os governos petebistas:

E não desejando ainda supor que tal acréscimo seja falso, com interesse de desviar verbas para atender objetivos eleitoreiros – resta a mais provável das causas: encarecimento geral das utilidades e da mão-de-obra, cujas consequências o brasileiro está sofrendo agudamente em todos os setores de atividades, desde o advento do governo trabalhista. (*CORREIO DO POVO*, ed. 249, p. 21; *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1954, ed. 124, p. 12).

Quanto a VFRGS, primeiro na Assembleia Legislativa, a acusação de que o Governo Dornelles favoreceu a empresa Irmãos Iochpe AS, dando a esta a exclusividade no uso de dez vagões plataforma (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1954, ed. 122, p. 2). Depois, a acusação foi de que, sob esse governo, a VFRGS se encontrava em estado de abandono. Com uma publicação paga, de página inteira, intitulada “Cemitério de Máquinas e Vagões!”, a FD buscou, através de diversas fotografias de vagões e máquinas parados, em Santa Maria, demonstrar como era um governo petebista no âmbito dos transportes, na intenção de convencer o eleitor quanto aos potenciais perigos de um futuro Governo de Pasqualini:

São milhões e milhões de cruzeiros em equipamentos abandonados e que bem retratam o esbanjamento e o desmazelo da administração do PTB.
[...] Ontem era o escândalo do asfalto do DAER, escorrendo na lama, esquecido de qualquer aplicação útil, numa hora em que todas as estradas estão na pior situação de trânsito. Hoje é o cemitério de máquinas e dos vagões da Viação Férrea, sepultados na ferrugem, sem providência alguma de recuperação.
Este é um retrato da falência completa do governo PTB! (*CORREIO DO POVO*, ed. 299, p. 12).

Outra acusação foi a de que o Governo Dornelles havia adquirido máquinas agrícolas no valor de um milhão e quinhentos mil dólares da empresa Figueras S. A. sem abertura do devido processo de concorrência pública. Essa foi uma discussão iniciada na Assembleia Legislativa que, sem esperar qualquer resposta, deu origem a publicações pagas nos jornais (*CORREIO DO POVO*, ed. 254, p. 7; *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1954, ed. 127, p. 9).

Preocupações eleitoreiras, má utilização dos recursos públicos, e até mesmo favoritismo e corrupção, foram a tônica dos ataques e da forma de representar o Governo Dornelles. As representações, segundo Roger Chartier (2002, p. 17) são “as figuras graças às quais o presente pode ganhar sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. Continuando, o autor explica que

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (*Ibid.*).

Dessa forma, pensando nos objetivos da FD, pode-se afirmar, com segurança, que mais do que ataques a figura de Ernesto Dornelles – alguém que estava de saída do Governo Rio-Grandense –, essa forma de apresentá-lo, buscava construir e/ou alimentar uma certa representação do que constituía um governo petebista de forma geral, o que, na prática, era a forma de combater, junto ao eleitorado, a ameaça de um futuro Governo de Pasqualini, bem como de um governo repleto de senadores e deputados petebistas.

Essa forma de representar o outro também indica a maneira como Meneghetti e a FD buscavam se auto representar, em ao menos dois pontos centrais: a gestão técnica/racionalizada do Estado e a moralidade pública, não à toa o *slogan* de campanha era “Honestidade e Trabalho”. A moralidade era um ponto constante nos discursos, sintetizada na segunda lista publicada, com cinco “*Pontos essenciais afirmados pelo candidato da Frente Democrática*”, na qual, o quarto ponto afirmava o seguinte:

Sem alarde e nem ruídos, quero imprimir à administração o cunho de impessoalidade e de respeito, de ordem e disciplina, de zelo e de compostura, que tem sido o apanágio do governo rio-grandense. **Quero, invariavelmente, obedecer às leis e aos princípios da mais rigorosa moralidade no trato da coisa pública**, criando um ambiente de confiança assim entre governantes e governados, como entre os servidores e os detentores do governo. Este não pode ser a obra da vontade de um só homem, nem deve ser um corpo desarticulado e antagônico de administrações que se desconhecem e desajudam, mas o sólido e harmonioso conjunto que integra o órgão central de direção, trabalhando em estreita colaboração, decidindo em comum as linhas da ação comum. O respeito às leis representa, para o pessoal, a suprema garantia de seus direitos e da sua indispensável independência moral. Devidamente remunerados, **garantido contra perseguições odiosas e mesquinhas em ambiente isento de faccionismo e preocupações eleitorais**, os servidores públicos terão, em contrapartida dos direitos e vantagens, o desvelado cumprimento do dever como imperativo de sua dignidade e como imposição das leis. (*CORREIO DO POVO*, ed. 259, p. 10; *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1954, ed. 133, p. 11; *JORNAL DO DIA*, ed. 2259, p. 7, grifo do autor).

Com os mesmos objetivos, após o suicídio de Vargas, foram comuns as críticas da FD contra João Goulart, especialmente no caso em que ele teria autorizado a concessão de um empréstimo do Banco do Brasil, no valor de quatro milhões de cruzeiros, a Gregório Fortunato, a fim de que fosse efetuada a compra de duas propriedades rurais de Manuel Vargas, filho de Getúlio Vargas (*CORREIO DO POVO*, ed. 291, p. 19; ed. 292, p. 12; ed. 297, p. 12). Esse caso repercutiu após ser realizada uma operação policial de busca e apreensão, na casa de Gregório Fortunato, principal suspeito do famoso atentado da Rua Tonelero, com o objetivo de assassinar o jornalista Carlos Lacerda, um dos maiores e mais relevantes opositores de Vargas, em 5 de agosto de 1954. Além da obtenção desse empréstimo, a investigação demonstrou que Fortunato, até então chefe da guarda pessoal do Presidente Vargas, possuía um conjunto de bens estimados em 65 milhões de cruzeiros, fortuna incompatível com seu salário de 15.000 cruzeiros.

Após o episódio, Gregório se tornou uma espécie de símbolo da corrupção e sua imagem foi utilizada pela oposição para atacar políticos que possuíam e/ou possuíam algum vínculo com ele. As publicações pagas da FD passaram, com letras garrafais, a trazer títulos como “O Povo Gaúcho Repta os Srs. Manoel Vargas e Jango Goulart: Expliquem Suas Contas Com Gregório!” (*CORREIO DO POVO*, ed. 291, p. 19), “O Palacio do Catete Estava Imerso num Mar de Lama. Os Srs. Manoel Vargas e João Goulart Precisam Explicar os 4 Milhões!” (*CORREIO DO POVO*, ed. 292, p. 12) ou ainda “O Sr. Alberto Pasqualini Precisa Declarar-se Clara e Francamente Contra os “Gregorios” Antes de 3 de Outubro!” (*CORREIO DO POVO*, ed. 297, p. 12).

Como pontuado no início deste capítulo, Lisandre Oliveira (2008) conceitua o grupo majoritário dos ortodoxos, dentro do PSD rio-grandense, como caracterizados pela oposição a Getúlio Vargas¹²; no entanto, Vargas estava morto, politicamente não preocupava mais, e os principais rivais, aqueles cujas energias precisavam ser direcionadas contra, eram outros. Diante disso, a FD buscou, também, instrumentalizar a morte de Getúlio Vargas, se aproveitando da popularidade do ex-Presidente e da comoção que sua inesperada morte causou. Para isso, a FD adotou a narrativa de que Vargas havia se suicidado devido ao nível de corrupção que se instalou ao seu entorno, no Palácio do Catete (*CORREIO DO POVO*, ed. 291, p. 19; ed. 292, p. 12). Essa narrativa foi empregada com o objetivo de convencer o eleitor varguista de que, daquele momento em diante, ele não deveria permanecer fiel aos políticos do PTB. Sobre isso, a FD dizia o seguinte: “Gregório retirou essa quantia fabulosa do Banco do

¹² Enquanto isso ainda persiste dentro do Partido, o PSDA, grupo que, no pleito de 1954, facultou seu apoio a Alberto Pasqualini (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1954, ed. 102, p. 2).

Brasil com o aval do sr. João Goulart, que agora quer se valer da memória honrada de Getúlio para obter a senatoria pelo nosso Rio Grande” (*CORREIO DO POVO*, ed. 291, p. 19).

Outro ponto importante foi em relação ao apoio que militantes do PCB – na ilegalidade, naquele momento – deram ao PTB, algo que acabou sendo amplamente instrumentalizado pela FD, com diversas publicações pagas. Em uma dessas publicações, reproduzia-se, na íntegra, um editorial do jornal comunista porto-alegrense *Tribuna Gaúcha*, defendendo a formação de uma “Frente Única de Patriotas” contra o imperialismo e o governo de Café Filho, que substituiu Vargas no Governo; a publicação da FD ainda dizia:

Este é um fac-símile tirado da primeira página de uma das últimas edições do jornal comunista de Pôrto Alegre, “A Tribuna”, onde se pode constatar a comunhão de pontos de vista entre vermelhos e trabalhistas.
[...] O jornal comunista local divulga a aliança do P.T.B. com o comunismo indígena, união já selada em São Paulo pelo Deputado Trabalhista Ivete Vargas (*CORREIO DO POVO*, ed. 286, p. 7).

No entanto, o PTB esforçou-se, de forma enérgica para negar tal aliança. A publicação paga, no *Jornal do Dia*, em edição de 24 de setembro, elucida bem isso:

A Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro, Secção do Rio Grande do Sul, dirige-se ao eleitorado riograndense para alertá-lo contra as explorações em torno de um suposto acordo entre o PTB e o Partido Comunista. A notícia vem sendo veiculada com insistência pela Frente Democrática, interessada em estabelecer a confusão, e ainda pelos próprios comunistas, desejosos de se aproveitarem da popularidade do movimento trabalhista e da emoção despertada pelo trágico desaparecimento do glorioso Presidente Getúlio Vargas, para atingirem seus objetivos inconfessáveis.
Os trabalhistas riograndenses repelem decididamente e com energia a simples ideia de um acordo com o Partido Comunista, ao qual combaterão sem trégua e em qualquer circunstância (*JORNAL DO DIA*, ed. 2292, p. 8).

É importante mostrar que, somando-se aos ataques da FD, outros grupos de apoiadores também fizeram algumas publicações, defendendo seus pontos. Foi o caso na edição 2294, do *Jornal do Dia*, publicada em 26 de setembro, quando grupos católicos – apenas um deles identificado como Movimento Universitário Pró-Armando Câmara – ocuparam a sétima página inteira, com publicações reforçando as aproximações entre trabalhistas e comunistas e contra-argumentando falas petebistas.

O discurso anticomunista apareceu com força na reta final da campanha, mais precisamente na última quinzena de setembro, até as vésperas das eleições, que ocorreram em 03 de outubro. Curiosamente, em agosto, a FD havia se utilizado de uma estratégia discursiva diferente, quanto ao espectro político que os partidos em jogo se inseriam. Após a morte de Vargas, o discurso petebista buscou associar os inimigos de Vargas com aqueles que seriam os

inimigos da Nação e para responder essa narrativa, especialmente após falas de Manoel Vargas, a FD disse o seguinte:

Todos os partidos nacionais – PTB, PSD, UDN, PL – sustentam soluções e programas essencialmente semelhantes. Somente os socialistas e os comunistas apresentam fórmulas extremadas para a questão social, opostas às de tôdas as doutrinas que, embora combatendo as iniquidades e brutalidades do capitalismo, defendem a propriedade privada limitada por sua função social (*CORREIO DO POVO*, ed. 283, p. 9, grifo do autor).

Neste texto, publicado nos primeiros dias de setembro, a FD buscava minimizar as diferenças programáticas existentes com o PTB, a fim de diminuir o peso das acusações que sofria, como, por exemplo, ser “inimiga da Nação” ou responsável pela morte do “Pai dos Pobres”. A situação, no momento, pedia que esse tipo de postura fosse adotada, sendo um contexto de grande comoção com a morte do popular ex-Presidente, sobretudo porque jornais de Porto Alegre e a sede dos partidos que compunham a FD haviam sido depredadas, enquanto que, em pouco mais de um mês, ainda se teria eleições. Destaca-se, também, a distinção entre PTB, PSD, UDN e PL, de um lado, e “socialistas e comunistas”, do outro, algo bastante diverso do que será feito em poucas semanas. Essa mudança de postura, respondendo da melhor forma possível, diante de cada momento, evidencia o caráter dinâmico do processo das campanhas eleitorais, como foi apontando por Rémond (2003, p. 49) e a construção de representações vinculadas aos interesses de seus criadores, como indicado por Chartier (2002, p. 17).

No que diz respeito ao Programa do Governo Meneghetti em si e suas propostas, como já mencionado, apareceram poucas vezes nos jornais, sendo que publicações com esse objetivo foram mais comuns na primeira metade da campanha. Nos comícios, pelo interior, seu Programa foi sempre informado junto com os crescentes ataques aos rivais. Porém, a única fonte que se pode encontrar, a respeito desses discursos, foram, justamente, os próprios jornais que vez ou outra mencionavam o que havia sido discursado em alguma localidade. Dessa forma, serão utilizadas, agora, duas publicações principais, feitas nos principais jornais, que trouxeram um total de onze “pontos essenciais”. Estes foram firmados em campanha e selecionados pela própria FD para serem publicados – dos quais já foram mencionados dois.

Como já mencionado, a moralidade pública e a gestão técnica do Estado são dois elementos centrais, ora se apresentando de maneira interlaçada, ora de maneira mais evidente e independente. O primeiro desses elementos acompanha toda a campanha e fica nítido, especialmente em assuntos nos quais o PTB é mencionado, mas também no já mencionado sexto ponto da primeira publicação (sobre o DAER) e no quarto ponto da segunda publicação.

Já o segundo é evidente no trato dado a Ildo Meneghetti que, na maior parte das vezes, é mencionado como engenheiro e não como ex-Deputado Estadual e/ou Prefeito de Porto Alegre em duas ocasiões, ou seja, sua carreira política é diminuída perante sua formação técnico-profissional.

Isso faz parte de um contexto social crescente, desde a década de 1930, no Brasil, em que o conhecimento e a gestão técnica da coisa pública seriam a solução para problemas como o “profissionalismo político”, uma das explicações que eram dadas para a corrupção, para os interesses personalistas e para a ineficiência que, por sua vez, respondiam o baixo desenvolvimento nacional. A valorização do técnico aparece no quinto ponto da primeira publicação, dizendo o seguinte:

Penso que a **Secretaria da Agricultura, com a magnífica operosidade dos seus técnicos, precisa ter os seus quadros reforçados para a vastidão das incumbências que lhe pesam.** É que a assistência eficiente ao agricultor terá efetividade maior se forem sendo criados, progressivamente, órgãos regionais e municipais que levem ao centro da produção, de forma imediata e direta, as múltiplas medidas de fomento. **Tais órgãos, desburocratizados na maior medida, serão verdadeiro centro de cooperação agropastoril e industrial,** onde os interessados encontrarão conselheiros e instrutores técnicos que lhe indiquem as correções que suas terras desejam [...] **Trata-se, em suma, de promover a descentralização dos serviços daquela secretaria,** levando-os ao campo e aproximando-os dos que a eles precisam recorrer. (*CORREIO DO POVO*, ed. 245, p. 12, grifos do autor).

Esse ponto é importante, pois ainda elucida outros dois elementos muito presentes na proposta da FD: em primeiro lugar, nota-se que, além do serviço técnico, é de grande importância, dentro do projeto, a descentralização e a desburocratização e; em segundo, a menção à Secretaria da Agricultura – única secretaria mencionada nessas duas publicações, o que evidencia a grande preocupação com a produção agropastoril e a indústria de transformação desses produtos.

A descentralização e a desburocratização estão entre as principais soluções apresentadas pela FD a fim de solucionar os males que pairavam sobre a administração pública brasileira. Junto com a descentralização dos serviços da Secretaria de Agricultura, a transferência do imposto territorial para os municípios era uma das propostas, sendo o terceiro ponto da primeira publicação e justificado pelo fato de que

Para o Estado, além de pouco significativo, no total das receitas, [o imposto territorial] mostra-se de aplicação difícil, dada a extrema variedade das condições econômicas, mesológicas e agrostológicas que se verifica entre as diversas zonas e municípios. (*Ibid.*).

Mais significativo, ainda dentro do conjunto de propostas, foram as críticas voltadas para a burocratização, que revelavam a compreensão de Estado apresentada pela FD. O segundo ponto da primeira publicação demonstra bem isso:

Estimula-se, através de apelos o aproveitamento nacional de todas as porções de terra adaptáveis ao cultivo. **Criam-se, numa multiplicação espantosa, órgãos de fomento, estímulo, controle e fiscalização. Para isso, formam-se num abrir e fechar de olhos verdadeiras entidades burocráticas, quase sempre ricas em aparato e vazias em ação.** Pedisse eu nesse momento o depoimento de boa parcela da assistência presente a essa cerimônia cívica e, certamente, chegaríamos a triste conclusão de que o homem do campo, o agricultor, é, na maioria das vezes, vítima da mais grosseira e criminosa das mistificações. (*Ibid.*, grifo do autor).

A FD apresentava um Estado que seria grande demais e que, mesmo assim, segundo seu discurso, não solucionaria os problemas do campo. Dessa forma, ela justificava sua solução liberal em um contexto de contínuo crescimento da ideologia nacional-desenvolvimentista. Outros pontos apresentavam esse elemento de forma bastante clara, como é o caso do quinto ponto da segunda publicação:

Quem examina com serenidade a situação atual do nosso Estado, forçosamente concluirá que muitos problemas foram ou sendo má equacionados, que muitas soluções não se compadecem das necessidades públicas e que, em vários setores, o governo se omitiu pelo temor ou por cálculo. A situação do Rio Grande, entretanto, poderia ser bem outra, tão opulenta é a sua economia, tão férteis suas terras, tão laborioso o seu povo. A iniciativa privada tem feito verdadeiros prodígios para cobrir sua parte, contribuindo para opulentar a riqueza pública, mas **é mister que o poder público, a seu turno, cumpra sua missão, sem interferências descabidas, sem exageros de estatismo, mas amparando e estimulando a produção, facilitando o desenvolvimento econômico e não o entrvando e dificultando.** Neste sentido orientarei a administração do Estado se vier a merecer as preferências dos meus concidadãos. (*CORREIO DO POVO*, ed. 269, p. 12, grifo do autor).

Nesse sentido, também, tem-se o quarto ponto da primeira publicação, dizendo que “o Estado democrático” somente se concebia “como instrumento de realização das finalidades humanas” (*CORREIO DO POVO*, ed. 245, p. 12). Em conjunto, os três pontos supracitados evidenciavam a representação forjada por Meneghetti e pela FD de qual seria a situação do Estado Brasileiro, quais seriam seus problemas e o papel que esse Estado deveria ter: um Estado que seria grande demais, oneroso demais e pouco eficiente naquilo que se propunha a fazer; em seu lugar, deveria ser construído um Estado menos burocrático e menos centralizado: mas mais do que isso, um Estado, cuja principal função deveria ser o estímulo da produção privada, defesa comum no discurso liberal-conservador.

A produção, por sua vez, era hegemonicamente a agrária, no projeto apresentado, o que tornava bastante evidente, como no discurso pronunciado em Itaqui, onde Meneghetti afirmou o seguinte:

Prefiro ser discreto e honesto no falar ao povo, do que enganá-lo com visões irrealizáveis, procurando, na mentira e na mistificação, armas fáceis de engodo eleitoral. Somente a valorização do homem do interior poderá dar consistência a ideia de um Estado rico e poderoso na sua expressão econômica e social. Todos os meus esforços serão portanto neste sentido: tornar os municípios fortes e pujantes, para que também o seja o Rio Grande do Sul [...] Para este sentimento se volta toda a minha plataforma, desde as bases financeiras e econômicas de governo, até a assistência social, educação e saúde, que serão prestadas ao homem do interior. (*CORREIO DO POVO*, ed. 231, p. 16).

Os próximos três pontos, firmados por Meneghetti, demonstram quais eram suas propostas práticas para a "valorização do homem do interior". O segundo ponto da segunda publicação prometia o incentivo do Estado na formação de cooperativas que, de produção ou consumo, deveriam dar maior organicidade a todo o processo agrário, desde a produção até a comercialização e o consumo:

A respeito do mecanismo mercantil, que ora realiza a intermediação e circulação das riquezas, força é reconhecer a conveniência de sua simplificação e maior eficiência, com a saudável redução de operações e interferências inúteis e onerosas. O incremento do cooperativismo, quer de produção, quer de consumo, como o estímulo à formação de redes comerciais centralizadas, representam fórmulas já experimentadas por outros povos com proveito para a economia coletiva e para o barateamento das utilidades. Ao Estado, porém, deve caber sobretudo a função de estímulo e incentivo à constituição destas organizações, tanto cooperativas como as que, na Europa e na América do Norte, deram origem aos estabelecimentos e armazéns em cadeia, nos quais, a concentração e integração dos capitais, operados com a rapidez do seu giro, permitem poupança e evitam desperdícios e lucros iníquos. (*CORREIO DO POVO*, ed. 269, p. 12).

Já o terceiro ponto, da mesma publicação, dizia o seguinte:

Penso que além da intensificação na **compra direta de máquinas e implementos pelo Estado para revenda sem lucro e a prazos razoáveis**, é de todo conveniente promover e **estimular a organização de equipes mecanizadas que, nas regiões de pequenas e médias propriedades, realizem sob o regime de empreitada, os principais serviços agrícolas**. Creio ainda, a respeito, que **empresas privadas ou de economia mista, porém, sob a direção privada**, devem ser fomentadas para a mais eficiente realização de tão importante mister. (*CORREIO DO POVO*, ed. 269, p. 12, grifos do autor).

Percebe-se como eram diversas as propostas para o fomento da produção agrícola no Estado e é justamente nesse sentido que se encaixavam as propostas que giravam em torno do BANRISUL. O primeiro ponto da segunda publicação foi assim descrito:

O Banco do Rio Grande do Sul deve voltar-se para as finalidades que inspiraram sua constituição. Com recursos fartos, que só os fundos federais lhes podem propiciar, ou com mais modestos, angariados no próprio Estado, tudo leva a fazer com que **nosso Banco, embora sem abandono de outras operações, retorne a cuidar do crédito agropastoril.** (*CORREIO DO POVO*, ed. 269, p. 12, grifos do autor).

O trecho acima, deixa clara a compreensão de que o BANRISUL, desde sua fundação, em 1928, havia sofrido mudanças estruturais importantes no seu funcionamento e que isso refletia nos tipos de aplicações que realizava. A proposta, então, era de que o Banco voltasse a realizar o tipo operação que inspirou sua criação.

Não obstante reorientar a atuação do BANRISUL, trechos de outros discursos demonstram que as soluções para oferta de crédito rural iam para além disso na proposta de Meneghetti e da FD. É o caso do discurso proferido em Carazinho, em 13 de agosto de 1954, quando Meneghetti falou a respeito do crédito agrícola:

Uma vez eleito esforçar-me-ei no sentido de colocar o prestígio do Rio Grande a serviço da **transformação do crédito agrícola, libertando-o de suas características de favor oficial e tornando-o acessível a todos quantos possam utilizá-lo com probabilidade de êxito.** (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 137, p. 2 e 4, grifo do autor).

Alguns dias depois, o mesmo discurso de Carazinho foi novamente publicado pelo jornal *Diário de Notícias*, de forma mais completa. Ao dizer que a aquisição de máquinas agrícolas pelos agricultores não deveria ser encarada como um favor, mas sim como um direito, Meneghetti prossegue dizendo que

Esse princípio se aplica, igualmente, ao crédito rural. A inflação desenfreada desestimulou e praticamente liquidou a poupança voluntária. Poucos se animam ainda a depositar, a longo prazo, um dinheiro que continuamente se desvaloriza. A vasta rede de bancos particulares se vê, assim, desprovida de recursos adequados para os empréstimos agrícolas. Só resta, portanto, o emprego dos recursos oficiais.

Não falarei aqui no desvio de consideráveis parcelas desses recursos para financiamentos que clamam aos céus.

Insisto, porém, em que o monopólio do crédito agrícola em mãos de um único estabelecimento oficial não pode de maneira alguma, atender às necessidades da agricultura.

É necessário que os bancos particulares, as cooperativas de crédito, as caixas rurais, **cuja rede de agências e escritórios penetra profundamente em nosso interior**, seja chamada a participar da tarefa de assistir o agricultor para que este não fique na dependência de um único órgão. Para tanto, devem esses bancos, essas cooperativas e essas caixas ter a segurança de que os empréstimos, por eles feitos aos agricultores, dentro das boas normas do crédito agrícola, serão redescontados, **sem favoritismo** e em condições capazes de estimular essa forma de [ilegível]. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 141, p. 2 e 4, grifos do autor).

Com isso, percebe-se que, além de retomar as operações que inspiraram a criação do BANRISUL, o Governo Meneghetti prometeu solucionar o problema do crédito rural através

dos bancos privados. O crédito rural junto às instituições privadas já havia sido cogitado e tentado no Rio Grande do Sul em pelo menos dois momentos antes da fundação do BANRISUL: primeiro, na elaboração do projeto do Banco de Crédito Real, do Visconde de Figueiredo, iniciativa não consumada e que previa que o Estado rio-grandense ofereceria a garantia de remuneração e amortização das letras hipotecárias; já a segunda tentativa foi através da isenção de impostos para os bancos privados que criassem carteiras de crédito agrícola, como ocorreu com o Banco da Província, em 1909, iniciativa que perdurou pouco tempo (LAGEMANN, 1985, p. 59).

Outro elemento que é importante destacar foi a maneira como o BANRISUL se encaixava no conjunto de propostas e representações forjadas por Meneghetti e a FD. Nos discursos supramencionados, a satisfatória oferta de crédito agrícola esbarrava no problema da desvalorização da moeda brasileira, o que, apesar de não mencionado, pode-se concluir facilmente que ocorria, devido a forma como Vargas e o PTB geriam a economia brasileira; da mesma forma, sendo criticado a maneira como o BANRISUL estava aplicando seus recursos, ora em “financiamentos que clamam aos céus”, ou seja, financiamentos sem as devidas garantias, ora com favoritismos, ora fazendo com que os operações do Banco fossem consideradas como favores, todos elementos que faziam parte da administração deste Banco sob os governos do PTB. Além disso, a parceria com o sistema financeiro privado também era mais um indicativo da valorização da economia privada que, nesse caso, foi justificada pela extensão de suas redes bancárias pelo interior do Estado.

A partir do estudo dos discursos e representações, forjadas durante a Campanha Eleitoral de 1954, foi possível concluir que Ildo Meneghetti e a FD propuseram a redução burocrática do Estado e sua descentralização, o que foi justificado pelo excesso de corrupção, ineficiência e influência de interesses particulares na maneira como o Estado vinha sendo conduzido; por sua vez, o Estado ganhava um papel de auxiliador da produção, especialmente a produção rural, que era vista como a verdadeira fonte de riqueza e propulsora do desenvolvimento. Uma nova orientação do BANRISUL se inseria na proposta como uma das maneiras que o Estado deveria interferir para impulsionar a produção rural rio-grandense, além de ter sido usado como exemplo das más gestões petebistas. Com isso, foi possível compreender melhor como se justificava a necessidade de um projeto rural e de cunho liberal, em meio a um contexto sociopolítico marcado por projetos em que o Estado desempenhava grande papel no desenvolvimento de tipo industrial.

2.3 A CAMPANHA ELEITORAL DE 1958: AS PROPOSTAS DA COLIGAÇÃO POPULISTA NOS JORNAIS *CORREIO DO POVO* E *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*

Bloco populista, frente populista, aliança populista, coligação populista ou apenas coligação PTB-PRP-PSP, essas foram algumas das designações atribuídas pela mídia, políticos e eleitores a uma das coligações em disputa no Pleito Estadual de 1958 no Rio Grande do Sul. Diferentemente da estratégia adotada em 1954, quando o PTB não consolidou nenhuma aliança política para o pleito em que Alberto Pasqualini foi derrotado por Ildo Meneghetti, nas eleições de 1958, os trabalhistas se coligaram a outros dois partidos: o Partido da Representação Popular (PRP), que reunia grandes nomes do integralismo brasileiro dos anos 1930, como o próprio líder Plínio Salgado, e o Partido Social Progressista (PSP), de pouca expressão no Rio Grande do Sul. Juntos, esses partidos lançaram a candidatura de Leonel Brizola (PTB) e Guido Mondin (PRP) para governador e senador, respectivamente, naquilo que se optou chamar, neste trabalho, de Coligação Populista¹³.

Mercedes Cánepa (2005, p. 228) e Samir Miranda (2006, p. 78) destacam a heterogeneidade da coligação PTB-PRP-PSP, apresentada e legitimada, ao longo da Campanha, como suprapartidária, na qual, do ponto de vista da hierarquia de valores desses partidos, o aspecto social se sobreporia como mais importante do que as distinções políticas.

Esse tipo de aliança foi importante para construir a vitória de Brizola. A influência do PRP em zonas de colonização alemã e italiana, onde predominavam as pequenas e médias propriedades, é destacado como um dos elementos mais vantajosos ao PTB (BODEA, 1992, p. 19; ALVES, 2020, p. 88-128). Samir Miranda destaca também que do PRP “mostra-se significativo o suporte oferecido por seus representantes ligados à indústria e ao comércio”; já o PSP, apesar de sua pouca expressão no Rio Grande do Sul, “garantiria à coligação a mobilização política das massas urbanas” (2006, p. 78).

Maria Assunta Zanzfelig (1980 apud HARRES, 2017) ressalta que o sistema de alianças, realizado pelo PTB, combinava clientelismo e redistributivismo, sendo empregado para

¹³ Importante esclarecer que adoção desses termos se deu, primeiro, por não haver um nome oficial – como a concorrente FD – e, em segundo, por ser um dos nomes empregados na época. Embora apresentado de forma pejorativa pela oposição, o conceito também aparecia nos materiais da própria coligação que assim se identificava em muitos casos (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1958, ed. 62, p. 14; ed. 91, p.14). A escolha dos termos, portanto, não foi feita a partir de uma análise sobre o conceito de populismo, amplamente debatido pela historiografia. Para uma compreensão mais profunda sobre o conceito, ver *O populismo e sua história: debate e crítica* (2001), livro organizado por Jorge Ferreira e que conta com textos de alguns dos principais nomes sobre o tema.

costurar o apoio necessário à aplicação de seu projeto, o que se tornou um problema com o passar do tempo. Para a autora, o apoio facultado aos movimentos populares e sindicais, ao longo do Governo Brizola e o existente, embora tênue, redistributivismo aplicado foram responsáveis pela não consolidação de compromissos firmados com outros setores sociais com os quais se aliaram em 1958, culminando no rompimento de certas alianças (*Ibid.*).

De toda forma, em 1958, essas alianças foram suficientes para obter a vitória contra os candidatos da FD: Walter Peracchi Barcellos (PSD) para o governo e Carlos Brito Velho (PL) para o Senado. Além da integraram novamente a coligação PSD-UDN-PL, contavam também com o apoio do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Para Héliqio Trindade, a composição das coligações, para esse pleito, representava a polarização entre aquilo que se denominava como populista e o conservador-liberalismo; uma polarização entre o PTB e o anti-PTB (TRINDADE, 1981 apud MIRANDA, 2006, p. 79).

Em relação aos projetos políticos e de desenvolvimento presentes naquele contexto, Vania Moreira afirma que, na segunda metade da década de 1950, o desenvolvimento possuía um sentido muito claro à maioria da população: a industrialização, vista quase como sinônimo do conceito anterior (2003, p. 167). A autora prossegue afirmando que a disseminação dessas ideias, na sociedade brasileira, foi um processo que ganhou cada vez mais força, a partir da crise mundial de 1929, episódio em que

ficou relativamente claro para setores políticos e intelectuais importantes do cenário brasileiro o quanto era frágil a nação, justamente por ter-se sustentado em um processo de desenvolvimento dependente do mercado externo, isto é, no modelo agrário-exportador. (*Ibid.*).

No entanto, apesar da relativa clareza quanto ao que se pretendia, existiam grandes diferenças na forma de alcançá-lo. Moniz Bandeira destaca que as discussões giravam entre modelos de desenvolvimento associado ao capital internacional e modelos de desenvolvimento econômico industrial independente. Ao segundo tipo, em grande parte, somaram-se as reivindicações da classe trabalhadora, enquanto o entrelaçamento disso fazia surgir um PTB situado à esquerda, favorável à mudanças “que os assalariados, a pequena burguesia e outros segmentos nacionais da sociedade brasileira reclamavam”, cujo “intérprete mais autêntico” foi Leonel Brizola (BANDEIRA, 1979, p. 37).

No Rio Grande do Sul, a questão do desenvolvimento se adequava ao contexto e aos problemas estaduais, mas estava relacionada ao que havia de mais geral nas discussões em nível nacional. Mercedes Cánepa registra que

Basicamente são propostas duas estratégias alternativas para a industrialização no Estado, ambas visando a dinamização do mercado interno. A primeira, nucleada em torno do PSD, enfatiza a criação de unidades produtoras vinculadas ao aproveitamento de matérias-primas locais, para apenas, num segundo momento, como resultado de um desdobramento natural, ir se criando condições para a implantação de empresas produtoras de bens de capital e de insumos. A segunda alternativa, defendida pelo PTB, seria a de criar um polo dinâmico de produção de bens de capital e insumos industriais no mais curto espaço de tempo. Do ponto de vista da burguesia industrial e das demais frações de classe dominante, tornar-se-ia importante estabelecer, por exemplo, que setores apoiariam ou poderiam apoiar o quê naquele momento. (2005, p. 81-82).

Conforme visto anteriormente, esse posicionamento do PSD é vislumbrado na campanha da FD de 1954, articulando o BANRISUL a isso com a promessa de retorná-lo ao amparo da produção rural. Resta agora compreender como o BANRISUL aparece na proposta do PTB e da Coligação Populista de forma mais ampla.

Dada a projeção nacional que Leonel Brizola assumiu, especialmente devido ao episódio da Rede da Legalidade em 1961, seu Governo, no Rio Grande do Sul, foi objeto de muitos estudos e a campanha eleitoral um dos momentos mais privilegiados pela literatura. Diante disso, o esforço deste subcapítulo se dará na síntese dos principais elementos que são apontados pela bibliografia em relação a esse processo eleitoral, enquanto o exame das fontes enfatizará aspectos mais diretamente ligados aos objetivos do trabalho, isto é, as propostas do candidato eleito e de sua coligação quanto ao BANRISUL¹⁴.

A Campanha Eleitoral da Coligação Populista se iniciou oficialmente em 16 de março de 1958. Diferentemente do pleito anterior, em 1958 foi o PTB que começou primeiro, e o tempo de Campanha desse pleito foi maior. Além disso, Armando Azevedo (1960) ressalta que o pleito de 1958 foi marcado por um fenômeno que ele chama de plutocratização, no qual vultuosos montantes financeiros foram aportados pelas campanhas para financiar um excessivo uso de propaganda em rádios e jornais, através de faixas, cartazes e alto-falantes ou no roteiro de viagem pelo interior protagonizado pelas comitativas.

Comparado ao pleito anterior, através dos jornais, é possível evidenciar um volumoso aumento dos “A Pedidos” ou “Ineditoriais” contratados, sendo comum a publicação de vários em uma mesma edição de jornal. Quanto aos assuntos abordados nessas publicações, Cánepa ressalta que, antes da publicação do Programa de Governo do PTB, os discursos de Campanha se concentraram em alguns aspectos:

¹⁴ Para análises mais aprofundadas sobre a Campanha Eleitoral de 1958, no Rio Grande do Sul, e o posterior governo de Brizola, dentre tantos outros trabalhos, é recomendada a leitura de AZEVEDO (1960), BODEA (1992), CÁNEPA (2005), MIRANDA (2006), SILVA (2015) e ALVES (2020).

1) Defesa da legitimidade da aliança PTB-PRP; 2) rejeição do apoio comunista; 3) crítica a falta de planejamento nas ações do Executivo estadual e à pouca capacidade de empreendimentos do mesmo; 4) apoio ao governo J.K., atribuindo ao Executivo estadual, especialmente à sua falta de capacidade de articulação com o governo federal, a crise e estagnação pela qual passa a economia gaúcha; 5) elogio ao “planejamento” como técnica de governo; 6) apelo “populista” clássico do PTB às classes menos favorecidas e aos sindicatos de trabalhadores, ao lado da busca de apoio dos “empresários progressistas” que apostam no desenvolvimento que se realiza no país. (2005, p. 226).

Esses e outros pontos foram retomados e aprofundados no Programa de Governo, lançado em 22 de agosto de 1958, através da Radio Farroupilha, em apresentação que durou mais de duas horas e trinta minutos. Em 24 de agosto, o Programa começou a ser publicado no *Diário de Notícias*, *Correio do Povo* e outros jornais, sob a forma de “A Pedidos”, se estendendo por vários dias, até alcançar sua totalidade, sempre sob o título de “Programa de Governo do Eng^o. Leonel Brizola”.

Semelhante à Campanha de Ildo Meneghetti em 1954, a profissão de engenheiro foi constantemente evocada, reforçando o discurso de técnico/qualificado¹⁵. Ao apresentar a *Orientação Administrativa*, título de uma das partes de seu Programa de Governo, Brizola defendia que “o Estado Moderno, com o volume crescente de tarefas e funções ligadas ao seu esforço operacional”, exigia, cada vez mais, “uma administração pública científica, como mecanismo adequado para executar os planos estabelecidos pelos órgãos do governo” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 150, p. 3).

Para o alcance dessa administração pública científica, seriam necessárias mudanças estruturais no Executivo Rio-Grandense, segundo o candidato. Mudanças que levassem a um “planejamento centralizado, execução descentralizada, unidade de comando, organização e controle” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 151, p. 3). Conforme foi apontado na seção anterior, Meneghetti propôs uma maior autonomia às secretarias; Brizola, por outro lado, ao apresentar as *Funções do Governador*, propunha centralizar as decisões políticas, extinguindo o sistema Secretariado Coletivamente Responsável. Segundo seu Programa, esse sistema foi “uma das causas do fracasso administrativo do atual governo”, no qual não havia “unidade de coordenação e comando”, a fim de que o Poder Executivo fosse, efetivamente, “exercido pelo Chefe do Poder, o Governador” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 149, p. 3).

¹⁵ É perceptível que isso foi algo bem mais acentuado na propaganda da Coligação Populista, aparecendo também na apresentação do candidato ao senado, quase sempre referido como Economista Guido Mondin, em detrimento de suas outras atividades políticas e artísticas.

Não havendo a unidade necessária no Governo Meneghetti, o resultado teria sido uma luta entre todas as secretarias e departamentos que, desarticulados e sem visão do conjunto, disputavam constantemente crédito, recursos e verbas orçamentárias (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 151, p. 3). No lugar disso, deveria ser posta em prática uma política na qual “os planos” deveriam ser “do Governo [e] os Secretários de Estado”, enquanto todos “os órgãos da máquina administrativa” deveriam “trabalhar para sua realização prática, de acordo com as tarefas recebidas, no campo financeiro, no econômico ou no técnico-executivo” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 151, p. 3).

A intervenção do Estado era apresentada como indispensável para o *Desenvolvimento Econômico*, enquanto o sistema capitalista era diagnosticado como ultrapassado. Apesar de reconhecer que o capitalismo cooperou na formação da riqueza, esse sistema era apontado como repleto de desajustes. No discurso do candidato, isso tornava obsoletas muitas das ideologias presentes, em clara referência ao liberalismo e aos modelos de desenvolvimento liberais. A isso, somava-se a forte crítica ao que chamava de conservadorismo, acusado de saudosista; um saudosismo que refletiria, na verdade, às mazelas daquele tempo (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 148, p. 2).

Brizola defendia que o desenvolvimento econômico não era “um processo espontâneo”, que se apresentava “graciosamente aos povos e às comunidades”, sendo, ao contrário, “um processo dependente da vontade do homem” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 155, p. 5). Transportes e armazenagem, energia, comunicações, produção, turismo, pesquisa e experimentação eram os principais pontos a serem trabalhados a fim de garantir o desenvolvimento, elementos que se interligavam “como partes de um conjunto” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 155, p. 5, *JORNAL DO DIA*, ed. 3487, p. 6). Aos transportes, energia e comunicação, somava-se o crédito naquilo que o candidato considerava como os pontos de estrangulamento e que demandavam urgente solução para desobstruir o desenvolvimento do Rio Grande do Sul (*JORNAL DO DIA*, ed. 3487, p. 6).

Ao longo de todo o Programa, o crédito aparecia como uma das formas de dar assistência à produção e ao desenvolvimento:

Considero que os problemas do crédito representam um dos pontos de asfixia do nosso processo econômico. Produção agropecuária, indústria e comércio, todos sofrem os efeitos da insuficiência de recursos disponíveis. Nesse sentido, o Governo do Estado não poupará esforços, colaborando com o melhor do seu empenho ao lados dos produtores e suas entidades cooperativas, reunindo sua iniciativa a da nossa prestigiosa rede bancária, para carrear mais possibilidades de crédito para o Rio Grande, inclusive reivindicando os necessários reajustes das bases de financiamento

para produção agropecuária e para as indústrias ligadas as atividades fundamentais da nossa economia. (*CORREIO DO POVO*, 9/9/1958, p. 5).

Como se percebe, a proposta não era muito mais detalhada, apenas sendo apontado a necessidade de se contornar o problema da escassez de crédito. Logo, ao BANRISUL não era atribuído um plano de ações concretas. Certamente, durante a Campanha, propostas em relação ao BANRISUL foram apresentadas e outras fontes devem revelar isso. No entanto, o fato de não aparecerem nos inúmeros “A Pedidos” consultados é indício de que não havia uma proposta específica para o BANRISUL, tal qual no Plano de Governo de Ildo Meneghetti, em 1954.

Quando falava da *Política Financeira*, Brizola defendia a reorganização financeira do Estado, como requisito para novos investimentos:

Ordem nas finanças é, também, condição para a existência do crédito público, que, por sua vez, constitui um fator de que depende a realização de muitos empreendimentos essenciais para o Rio Grande. **Entendo que devemos utilizar intensamente as nossas possibilidades de crédito.** Estaremos repartindo com as gerações vindouras muitos investimentos que não seria justo recaíssem apenas sobre a atual geração. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 152, p. 3, grifo do autor).

Do trecho acima, é possível apenas afirmar que os investimentos se originariam do endividamento do estado, sem dar maiores detalhes. Na sequência do trecho, o aumento de impostos foi rechaçado, afirmando que a capacidade do contribuinte estava esgotada. Mais do que isso, em sua campanha Brizola julgava ser necessário diminuir ou até mesmo extinguir os impostos sobre as terras cultivadas, objeto de grande interesse a todos os produtores rurais.

Apesar de Brizola e o PTB serem geralmente atribuídos a uma política industrializante – às vezes de maneira exagerada, ao dicotomizar indústria/urbana e produção rural –, a análise de seu Programa deixa extremamente clara a ideia de que isso não seria feito em oposição ao desenvolvimento rural. Essa dicotomia não aparecia em seu Plano de Governo. Eletrificação e mecanização do campo, além do crédito, dos transportes e da infraestrutura, foram sempre indicados como objetivos de seu governo e que deveriam acelerar o desenvolvimento rural e, conseqüentemente, o que se chamava de desenvolvimento econômico. Pecuária e agricultura eram apontadas como elementos centrais nesse processo.

No Programa, havia um discurso implícito de que, no interior das elites econômicas, existiam elementos interessados, única e exclusivamente, no ganho pessoal e na manutenção da sociedade atual, com todas as suas mazelas. Esses estavam em contraposição àqueles que, sensíveis aos problemas sociais de seu tempo, desejavam trabalhar em prol de um desenvolvimento mais benéfico a todas as camadas sociais. Sobre isso, Brizola afirmou:

Não medimos esforços para nos colocar no papel que corresponde às verdadeiras elites, sensíveis às realidades do presente e voltados para a investigação das verdadeiras causas dos desassossegos e das angústias atuais. Com isso, procuramos colaborar na disciplina dos acontecimentos, de forma a remover os males que afligem o nosso tempo e a alcançar, tão breve quanto possível, novas condições de convívio coletivo que ensejem, a todos e a cada indivíduo o desejado equilíbrio pessoal e social. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 148, p. 14).

Em outros momentos, como na apresentação de suas propostas, em 22 de setembro, na sede da Federação das Associações Comerciais, Brizola destacou que, em seu governo, seriam convidados diversos agentes ligados às atividades econômicas rio-grandenses, de setores diversos, para debater os problemas rio-grandenses:

[É] necessária uma revisão da política de desenvolvimento. Iremos convidar as classes econômicas para o estudo, fixação e colaboração nesse plano, que considero de sumo interesse para o Estado. É preciso realizar o ajustamento administrativo do Estado visando aquela política. E entre outras medidas, vamos providenciar na organização do Conselho de Desenvolvimento Econômico ou Conselho de Economia, onde serão chamados a colaborar pessoas dos setores que possam ajudar o governo a realizar sua obra planejada e planejada, visando aos altos interesses do Rio Grande. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 173, p. 10).

Na mesma ocasião, Brizola ainda falou sobre a nova secretaria que pretendia criar, a Secretaria da Economia,

elemento de permanente ligação entre o governo e as classes produtoras, tratando especificamente dos problemas da comercialização, como o caso das safras. E para esse cargo iremos convidar um homem ligado à produção e ao comércio, tirado do seio das classes conservadoras. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 173, p. 10).

O apoio à Brizola, por parte de setores ligados às atividades econômicas, também era instrumentalizado durante a Campanha. Diversos foram os “A Pedidos”, feitos com frases de Egon Renner, membro da influente família de industrialistas Renner – filho de Antônio Jacob Renner, o A. J. Renner – e candidato a deputado estadual pelo PRP¹⁶. Com frases curtas e letras destacadas, o principal aspecto tratado nessas publicações foi a defesa que Egon fez de Brizola como Prefeito de Porto alegre, inclusive no assunto das reformas tributárias – assunto de

¹⁶ Entre abril e maio, Egon Renner pulicou o texto “Problemas do Rio Grande”, dividido em dez partes. Dentre os principais aspectos, os transportes e o crédito eram apontados como caros e insuficientes, a energia elétrica como fundamental para o desenvolvimento para atrair novos investimentos, enquanto o equilíbrio fiscal era visto como primordial para o controle inflacionário. Em relação à agricultura, fazia citações indiretas a Wolfram Metzler – candidato pelo PRP ao Governo Rio-Grandense, em 1954, e falecido em 1957 –, dá mesma forma que Brizola, em seu Programa. Tudo isso era seguido por críticas ao Governo Estadual, especialmente no que dizia respeito ao DAER e a CEEE, e ao Governo Federal, pela forma como combatia a inflação, através da retração do crédito. Com alguns pontos de divergência, o diagnóstico e os possíveis interesses de Egon Renner eram visivelmente alinhados ao Programa apresentado por Brizola quanto ao desenvolvimento econômico (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 43, 50, 56, 63, 65, 70, 81 e 88, p. 4)

repercussão negativa no comércio local desde 1956¹⁷. As Figuras 1 e 2 exemplificam esse tipo de publicação.

Figura 1: A Pedido, com frase de Egon Renner I



Fonte: *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1958, ed. 142, p. 2.

Figura 2: A Pedido, com frase de Egon Renner II



Fonte: *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1958, ed. 150, p. 15.

Em síntese, pode-se perceber que o projeto apresentado por Leonel Brizola era enfático na questão da intervenção na economia, através do planejamento técnico e centralizado. Transportes, energia, comunicação e crédito foram diagnosticados como pontos de estrangulamento da economia rio-grandense, pontos que demandavam maiores atenções de seu governo. Assim, foram convidados indivíduos ligados à produção para apoiar e fazer parte desse planejamento, o que foi bem recepcionado por parcela dos membros do comércio, da indústria e da agropecuária. Enquanto isso, outros permaneceram alinhados às propostas da FD, menos intervencionistas e certamente menos voltadas a políticas de cunho social, como a educação, um dos grandes pilares do Programa da Coligação Populista, embora pouco abordado nesta seção.

¹⁷ Naquele ano, o primeiro de Brizola como Prefeito de Porto Alegre, sob o título de “Brizola rompe com a Federação das Associações Comerciais”, o *Jornal do Dia* já demonstrava os atritos existentes entre o Prefeito e o Presidente da Federação, o que resultou no não comparecimento de Brizola ou qualquer outro representante do Governo Municipal na XI Mesa Redonda das Associações Comerciais, evento que contou, inclusive, com a presença do presidente Juscelino Kubitschek (*JORNAL DO DIA*, ed. 2744, p. 8).

3 OCUPANDO CARGOS: DIRETORIA E CONSELHOS DURANTE OS GOVERNO MENEGHETTI E BRIZOLA (1955-1963)

Parte importante deste trabalho foi aprofundar o conhecimento a respeito do perfil dos diretores, conselheiros e acionistas do BANRISUL, o que permitiu compreender melhor as diferenças e semelhanças entre os dois governos estudados. Como se verá ao longo destas páginas, esses indivíduos possuíam certos perfis que, em muitos casos, os aproximava ou distanciava de certas políticas e ações. Ainda que não se pretenda enrijecer a atuação desses, limitando-os a características mais estruturais, não se pode negar que algumas questões são importantes para compreender, dentre outras coisas, a autonomia relativa que possuíam, conforme aponta Bourdieu (2011).

No entanto, antes é necessário analisar algumas questões através de uma perspectiva histórica da Instituição, anterior, portanto, ao recorte do trabalho. Essas permitirão compreender melhor diversos elementos em torno da prática bancária, em diversos aspectos, que aconteciam durante o período em que o trabalho se situa.

3.1 HISTÓRICO

A aprovação do Estatuto e a formação da Primeira Diretoria ocorreram na primeira Assembleia Geral do Banco do Rio Grande do Sul, realizada na Biblioteca Pública do Estado, localizada na Rua Riachuelo, centro de Porto Alegre, em 28 de julho de 1928.

Dentre os diversos elementos constitutivos do Banco, definidos pelo Estatuto aprovado, cabe destacar alguns pontos relacionados à Diretoria, começando pelo Artigo 12º, o qual estabeleceu que a Diretoria seria composta por um presidente e mais quatro diretores, necessitando esses últimos serem acionistas e todos eleitos em assembleia geral.

Como detentor de 80.600 ações – das quais, 70.000 ações eram inalienáveis e que, no valor de 500\$000 cada, correspondiam aos 35.000:000\$000 investidos inicialmente –, o Estado do Rio Grande do Sul assumiu o posto de acionista majoritário, capaz de movimentar nas assembleias gerais, por meio de seu representante legal, o número de votos correspondentes ao número de ações possuídas, de um total máximo de 100.000 ações/votos possíveis. Isso dava ao Estado a capacidade decisória necessária para definir quem seriam os diretores, os membros

do conselho fiscal e os suplentes, bem como para demais assuntos votados; no entanto, o Estado reservou aos acionistas particulares o direito de escolher um membro de cada um desses órgãos, conforme previsto no Artigo 2º do Decreto Estadual Nº 4.102, de 26 de junho de 1928.

Dadas essas condições, na votação realizada na Assembleia Geral, Firmiano Paim Filho foi eleito como diretor-presidente, com 92.564 votos, João Vieira de Macedo e o coronel Agnelo Corrêa da Silva foram eleitos como diretores, cada um com 92.564 votos, Renato Costa obteve 92.561 votos e o coronel João Luiz Gomes recebeu 12.428 votos¹⁸; para o Conselho Fiscal, Banco Pelotense e Banco Francês e Italiano para a América do Sul obtiveram 88.564 votos cada um, enquanto Joaquim Mauricio Cardoso recebeu 12.558 votos¹⁹ (*A FEDERAÇÃO*, 1928, ed. 183, p. 8).

Os resultados que ultrapassaram os noventa mil votos indicam que a minoria, em grande parte, acompanhou o voto do Governo do Rio Grande do Sul. Já o diretor e o membro do conselho fiscal com menos de vinte mil votos foram eleitos exclusivamente pela minoria, após a abstenção do governo. O mesmo ocorreu com os suplentes do conselho fiscal: coronel Antônio Chaves de Barcellos Filho recebeu 92.564 votos, Ângelo Flores da Cunha obteve 91.884 votos e Domingos Santayana Mascarenhas recebeu 12.526 votos.

Outros aspectos importantes sobre a Diretoria, presentes no Estatuto, estavam no Artigo 56º, que definiu que 2% dos lucros, após deduzido o valor de 20% e 10% destinados para os fundos de reserva das carteiras hipotecária e econômica, respectivamente, seriam distribuídos entre os quatro diretores. Portanto, além do vencimento mensal individual de 2:000\$000 (dois contos de réis), conforme o Artigo 25º, os diretores do Banco deveriam receber porcentagem sobre os lucros auferidos e, como também eram acionistas, receberiam sobre os dividendos, limitados a 8%. Tais medidas, dentre outras, foram adotadas como estímulo para assegurar o comprometimento da Diretoria com a boa administração do novo Banco.

Os artigos 22º e 23º, como se vê abaixo, definiram as funções do diretor-presidente e dos demais diretores, sendo estes últimos incumbidos de um rol de competências bastante limitado quando comparado ao daquele.

Artigo 22º - Competirá ao presidente:

¹⁸ A Ata Nº 1 do BANRISUL, na verdade, atribui o montante de 22.428 votos ao referido diretor. No entanto, tal número é impossível, dadas as ações pertencentes ao Estado que se absteve na votação desse membro, o que leva a acreditar que foi um erro de redação, sendo, portanto, o número 12.428 provavelmente o correto.

¹⁹ Da mesma forma que no caso anterior, o referido conselheiro consta com o inviável número de 22.558 votos recebidos.

- a. Representar a sociedade em juízo, ou fora dele, podendo constituir procuradores;
- b. Dirigir os negócios e serviços, expedindo as instruções que forem precisas;
- c. Escalar os diretores que devam gerir a carteira hipotecária e a econômica, determinando a ordem em que se hajam de substituir, no impedimento ocasional;
- d. Convocar e presidir a assembleia geral e as sessões da diretoria;
- e. Organizar o relatório anual, submetendo-o ao conhecimento desta;
- f. Nomear e demitir funcionários do banco;
- g. Expedir as ordens que se tornarem necessárias para que sejam cumpridas as resoluções da diretoria
- h. Assinar escrituras em que se estipulem contratos ou se dê quitação;
- i. Assinar, com um dos diretores, os títulos que forem emitidos;
- j. Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam confiadas pelo regimento interno.

Artigo 23º - Competirá aos demais diretores:

- a. Administrar a carteira para que tenham sido designados;
- b. Cumprir e fazer cumprir as deliberações do presidente;
- c. Examinar as propostas de empréstimo, emitindo parecer e voto;
- d. Assinar ordens de pagamento, correspondência, títulos e papeis do banco, de acordo com as determinações do regimento interno;
- e. Exercer quaisquer outras atribuições que este lhes dê.

Dentre os itens acima mencionados, destacam-se as alíneas *b*, *c*, *f*, *h* e *i* do Artigo 22º, que expressavam a capacidade do diretor-presidente para definir as funções dos demais diretores, bem como nomear e demitir quaisquer outros funcionários e conduzir os negócios do Banco, seja na orientação, seja na hora de realizar as operações de crédito. Em outras palavras, o diretor-presidente possuía poderes muito mais amplos que os demais diretores e, sendo ele votado pelo Governo Rio-Grandense, nas assembleias gerais, e não pertencendo ao grupo de acionistas – não recebendo, portanto, nenhum tipo de porcentagem sobre os lucros –, é possível deduzir que possuía um vínculo muito maior com o Executivo Rio-Grandense, em detrimento dos interesses do Banco enquanto Instituição independente.

Se, de um lado, os diretores tinham seu compromisso assegurado por serem acionistas e receberem porcentagens sobre os lucros e dividendos do Banco, por outro, o diretor-presidente não possuía tais vantagens; além disso, sua permanência, pode-se concluir, dependia exclusivamente da maneira como exercia seus poderes e da relação que mantinha com o Governo, pois, ao menos em tese, o cargo deveria ser a grande ponte entre os interesses do Executivo e a prática administrativa do Banco. Se, de fato, Firmino Paim Filho atuou sempre, no que diz respeito à condução dos negócios do BANRISUL, em consonância com os desejos de Getúlio Vargas, esta pesquisa não é capaz de responder.

Apesar disso tudo, o cargo de diretor-presidente teve uma duração curta. Após Firmino Paim Filho se retirar, para assumir como senador, em 1930, Alcebíades de Oliveira, ex-diretor

do Banco Pelotense, assumiu a função. Foi durante a presidência de Alcebíades de Oliveira, e por influência de Oswaldo Aranha, presidente interino do Rio Grande do Sul, de 9 a 27 de outubro de 1930, que o BANRISUL financiou a chamada Revolução de 1930 – movimento armado que derrubou o presidente do Brasil, Washington Luís, e passou o poder para Getúlio Vargas. Segundo Núbia Silveira, a documentação do período demonstra financiamentos ao 7º Regimento de Infantaria, ao 5º Regimento de Artilharia e ao Hospital Militar de Santa Maria (2004, p. 39), prática que extrapolou, em muito, os objetivos principais do BANRISUL.

No ano seguinte, em 6 de outubro, em Assembleia Geral sem a presença de Alcebíades de Oliveira, foi apresentado um projeto de alteração estatutária proposto pela Diretoria. Nele constavam alguns pontos importantes, como, por exemplo, o Artigo 12º, que alterou a composição da Diretoria, passando a ser formada por quatro diretores e quatro suplentes eleitos pela assembleia geral; o Artigo 17º atribuiu ao Conselho Fiscal a escolha dentre os suplentes, em caso de vaga ociosa na Diretoria; o Artigo 18º deu ao Conselho Fiscal o poder de suspender a atuação dos diretores que faltarem com suas obrigações previstas; o Artigo 22º, que antes expressava as atribuições do diretor-presidente, as passou para a Diretoria em conjunto e; por fim, o Artigo 23º, antes sobre as funções dos diretores, passou a definir que os próprios diretores iriam designar suas funções "sem prejuízo da responsabilidade conjunta" e que as deliberações da Diretoria se dariam por maioria de votos entre eles, cabendo ao Conselho Fiscal o poder decisório, em caso de empate. Além dos itens supracitados, por sugestão do acionista major Júlio Bicca de Freitas, foram elevados os vencimentos dos diretores para três contos de réis. Todas as modificações foram aprovadas por unanimidade pelos cento e dezessete acionistas presentes, os quais somavam 87.211 ações (*A FEDERAÇÃO*, 1931, ed. 235, p. 6).

Com essas mudanças, a Diretoria, na forma de Colegiado, ganhou maiores poderes, ao mesmo tempo em que se tornou mais complexo o processo decisório após tal descentralização administrativa, demandando o voto da maioria e recorrendo ao Conselho Fiscal, quando necessário. O Conselho Fiscal também ganhou mais poderes, passando a avaliar não só as finanças do Banco, como a atuação geral da Diretoria. O Governo Rio-grandense, por sua vez, ainda que não tenha perdido a influência dentro do Banco, devido ao fato de continuar sendo o acionista majoritário, responsável pela indicação da maioria dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, passou a depender da adesão em conjunto do Colegiado (composto por diretores-acionistas, geralmente), a fim de aplicar qualquer medida. Sem grandes mudanças, esse cenário foi mantido até o recorte em que este trabalho se inicia. Com base nos Relatórios da Diretoria de cada ano, abaixo é apresentado o histórico de presidentes (Quadro 1), diretores

(Quadro 2) e conselheiros fiscais (Quadro 3), seguidos dos respectivos anos de atuação, que o BANRISUL possuiu até 1955.

Quadro 1 – Lista Presidentes do BANRISUL até 1955

Presidentes	Ano
Firmiano Pain Filho	1928 e 1929
Alcibíades de Oliveira	1930

Fonte: Relatórios da Diretoria, vários anos.

Quadro 2 – Lista de Diretores do BANRISUL até 1955

Diretores	Ano
Agnello Corrêa da Silva	1928 e 1929
João Vieira de Macedo	1928 a 1930
Renato Costa	1928 a 1932; 1937 a 1952
João Luiz Gomes	1928
Gaston Englert ²⁰	1929
Sylvio Ferreira	1930
Aldo Figueiras	1931 e 1932; 1937 a 1950
Constante Ballvé	1931 a 1936
João Soares	1931
Victor Kessler	1933
Francisco Berta	1933
Antônio de Moraes Fernandes	1933 a 1936
Orlof Franco	1934 a 1936
Felix Contreiras Rodrigues	1934 a 1936
Alberto S. Oliveira	1937 a 1949
José Coriolano de Almeida Filho	1937 (permaneceu)
Francisco José Borraz ²¹	1950 (permaneceu)
Mario Antunes da Cunha	1951 (permaneceu)
Firmiano Ramos Soares	1953 (permaneceu)

Fonte: Relatórios da Diretoria, vários anos.

Como mencionado, esses dados foram coletados a partir dos Relatórios da Diretoria para cada ano. Os nomes ali indicados são dos diretores que assinaram o Relatório, geralmente produzidos e apresentados aos acionistas entre fevereiro e março do ano seguinte. Isso significa que esses nomes eram dos diretores que terminaram o exercício de cada ano e, como consequência, tiveram a obrigação de produzir tal documento.

²⁰ Foi convidado para assumir, após a morte de João Luiz Gomes.

²¹ Inicialmente, era suplente da Diretoria, sendo indicado pelo Conselho Fiscal para assumir após o pedido de renúncia de Alberto S. Oliveira. No ano seguinte, foi eleito para o cargo diretor.

Com isso em mente, algumas considerações importantes podem ser feitas. A primeira é que até 1933, houve muitos diretores com passagens curtas. Isso pode ser explicado, em parte, pela má fase que o BANRISUL atravessou no início da década de 1930, resultante, em grande medida, da crise mundial iniciada em 1929 e da forma como os recursos iniciais do BANRISUL foram aplicados a longo prazo, o que, em um contexto de dificuldade para obter novas fontes de recursos, representava estagnação financeira.

A segunda observação é a de que, a partir de 1934, houve uma permanência maior dos diretores no cargo, em um momento que o BANRISUL começava a elevar seus depósitos e aplicações. No entanto, todos os diretores foram removidos, durante o ano de 1937, sendo substituídos por outros que encerraram o Exercício. O motivo disso foi a renúncia de Flores da Cunha, pelo Partido Republicano Liberal (PRL), após intenso conflito político com Getúlio Vargas²², e a nomeação do interventor federal, Manuel de Cerqueira Daltro Filho, em outubro de 1937. Apesar do discurso de isenção, imparcialidade e tecnicidade nos assuntos do Banco, outras fontes demonstram que Flores da Cunha interferia junto à Diretoria em seu favor e em favor sua família e correligionários (BATISTA DA SILVA, 2023). Os diretores em cargo - Constante Ballvé, Antônio de Moraes Fernandes, Orlof Franco e Felix Contreiras Rodrigues – muito provavelmente estavam alinhados politicamente ao Governador, o que gerava atritos, inclusive, entre o quadro de funcionários do Banco²³.

Após esse episódio, Renato Costa e Aldo Figueiras foram reconduzidos à Direção, em 1937, enquanto Alberto S. Oliveira e José Coriolano de Almeida Filho foram indicados ao cargo nesse ano pela primeira vez. Por doze anos, a Diretoria permaneceu sem alterações, atravessando a troca de interventores e, posteriormente, governadores do Rio Grande do Sul. Desses, Alberto S. Oliveira renunciou ao cargo, em 1950, por motivos de saúde, quanto Aldo Figueiras encerrou seu mandato, em 1951, e Renato Costa, em 1953. Os dois últimos encerraram seus mandatos e foram extremamente elogiados nos relatórios posteriores a saída, no entanto, sem informar o motivo de não terem sido reeleitos (EXERCÍCIOS de 1951 e 1953). Por fim, José Coriolano de Almeida Filho permaneceu até o momento em que o recorte

²² Para aprofundar a questão, ver mais em Elfbio Junior (2006).

²³ Em 1937, o jornal *A Federação* relatou, sem maiores detalhes, que os diretores do BANRISUL haviam afastado José Coriolano de Almeida Filho da gerência da agência do BANRISUL, em Porto Alegre, além de outros funcionários. Os funcionários então teriam contactado o novo interventor, que invalidou a decisão da Diretoria e os reconduziu aos postos. O fato é no mínimo curioso, pois após isso os diretores foram afastados e um dos novos diretores escolhidos pelo interventor foi precisamente José Coriolano de Almeida Filho (*A FEDERAÇÃO*, ed. 239, p. 6).

da pesquisa começa. Em relação aos conselheiros fiscais, vê-se um quadro muito semelhante ao dos diretores, incluindo suas mudanças e permanências.

Quadro 3 – Lista de Conselheiros Fiscais do BANRISUL até 1955

Conselheiros Fiscais	Ano
Joaquin Mauricio Cardoso	1928 a 1930
Banco Francez e Italiano para a América do Sul	1928
Banco Pelotense	1928 e 1929
Antônio Chaves Barcellos Filho	1929
Eduardo Secco	1930 e 1931
José Bertaso	1930 a 1937
Carlos Lubisco	1931 a 1934
Edmundo Dreher e Companhia	1932 e 1933
Agnello Corrêa da Silva	1934 a 1937
Ângelo Flores da Cunha	1935 e 1936
João Leite Filho	1937 ²⁴
Firmino da Silva Torelly	1939 a 1945; e 1947
Fabio Netto	1939 a 1950
Manlio Pratti Agrifoglio	1939 a 1950
Arthur Coelho Borges	1946 e 1950
João Ataliba Wolf	1948
Jahyr Braga Sgrillo	1951 (permaneceu)
Oscar Daudt Filho	1951 (permaneceu)
Ney Neves de Oliveira Marques	1951 (permaneceu)

Fonte: Relatórios da Diretoria, vários anos

Os diretores Francisco José Borraz, Mário Antunes da Cunha e Firmiano Ramos Soares, bem como os conselheiros fiscais Jahyr Braga Sgrillo, Oscar Daudt Filho e Ney Neves de Oliveira Marques, foram conduzidos aos cargos sob o Governo de Ernesto Dornelles que, quando foi interventor no Rio Grande do Sul, entre 11 de setembro de 1943 e 31 de outubro de 1945, não havia indicado ninguém aos cargos de Direção e Conselho Fiscal do BANRISUL, mantendo os que estavam ali atuando. Junto com José Coriolano de Almeida Filho, esses indivíduos ocuparam os respectivos cargos até o momento em que Ildo Meneghetti assumiu o Governo.

3.2 OS ACIONISTAS

²⁴ Não foi possível consultar o Relatório da Diretoria de 1938, não sendo possível informar quem foram os conselheiros fiscais nesse ano.

O BANRISUL foi fundado com um capital de 50.000:000\$000 (cinquenta mil contos de réis), divididos em 100.000 (cem mil) ações, com valor nominal de 500\$000 (quinhentos mil-réis). A Figura 3 ilustra os papéis do BANRISUL, em 1929, ainda assinados pelo presidente Firmiano Paim Filho.

Figura 2: Ação do BANRISUL, em 1929



Fonte: Arquivo Histórico do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre

Apesar da hegemonia do Estado do Rio Grande do Sul na composição acionária do BANRISUL, desde a sua fundação, o restante das ações estavam pulverizadas entre milhares de acionistas particulares, firmas e algumas prefeituras. Em 31 de dezembro de 1928, os vinte e três maiores acionistas, excetuado o Estado do Rio Grande do Sul, são listados na Tabela 2.

Tabela 2 – Maiores acionistas do BANRISUL, em 31 de dezembro de 1928

Acionista	Localidade	Nº de ações
-----------	------------	-------------

Banco Francez e Italiano	Porto Alegre	4.000
Banco Pelotense	Porto Alegre ²⁵	4.000
Cunha Leite e Companhia	Porto Alegre	400
Tertuliano Machado e Filhos	Bagé	210
Intendência Municipal de Uruguaiana	Uruguaiana	200
Banco Popular do R. G. do Sul	Porto Alegre	200
Antônio Flores da Cunha	Porto Alegre	140
Ângelo Flores da Cunha	Porto Alegre	100
Aristides Almeida	Rio Grande	100
Carlos Lubisco	Porto Alegre	100
Hermano Barcellos e Companhia	Rio de Janeiro	100
Nicolino Lubisco	Porto Alegre	100
Sylvio Cocio Barcellos	Porto Alegre	100
Alejandro Aruguette	Sant'Ana do Livramento	85
Eduardo Sazborn	Sant'Ana do Livramento	85
Agnello Corrêa da Silva	Porto Alegre	80
Gaston Englert	Porto Alegre	80
João L. de Borba	Porto Alegre	80
João Luiz Gomes	Porto Alegre	80
João Vieira de Macedo	Porto Alegre	80
Renato Costa	Porto Alegre	80
Caixa Coop. St. Cruzense Ltda.	Santa Cruz	75
Segismundo Kramer e Filhos	Uruguaiana	63

Fonte: EXERCÍCIO de 1928, 1929.

A primeira observação que pode ser feita, a partir da tabela acima, é sobre a presença de vários dos diretores e conselheiros, vistos anteriormente, entre os maiores acionistas, em 1928. Renato Costa, Gaston Englert, Agnello Corrêa da Silva, João Vieira de Macedo e João Luiz Gomes, dentre os diretores, e Banco Pelotense, Banco Francez e Italiano, Carlos Lubisco e Ângelo Flores da Cunha, dentre os conselheiros fiscais. Isso demonstra que a relação desses indivíduos com o Banco se dava em diferentes níveis.

Sobre os diretores, como mencionado anteriormente, possuir ações era requisito obrigatório ao cargo, pelo menos nos primeiros anos. No entanto, figurarem entre os maiores acionistas demonstra que o interesse em adquirir ações não se dava apenas para preencher os requisitos exigidos pelo cargo. Se essa exigência foi feita, buscando garantir o compromisso dos diretores com o Banco, por outro lado, não se pode ignorar que isso era estranho ao discurso

²⁵ O Banco Pelotense foi registrado como de Porto Alegre, no Relatório correspondente a 1928, o que foi mantido na tabela. No entanto, sua sede era em Pelotas.

de que o Banco não possuía interesses na obtenção de grandes lucros mas sim, na assistência agropastoril, fornecendo empréstimos de longo prazo a juros módicos – novamente, menos rentáveis do que aplicações financeiras de outras naturezas.

Outra questão interessante e possível de observar na tabela acima é sobre a localização dos acionistas, em que a maioria residia em Porto Alegre. Porto Alegre era o maior centro econômico do Rio Grande do Sul e o centro político também, o que atraía indivíduos e empresas do interior. Isso vai refletir no fato de que muitos, ali registrados, provinham de outras partes do estado, mantendo – ou não – suas atividades econômicas nessas regiões. Esse é o caso de alguns nomes que aparecem na tabela acima, como o do futuro interventor, Antônio Flores da Cunha, e de seu irmão, Ângelo Flores da Cunha, cuja família possuía grandes porções de terra no Sul do Estado, especialmente em Sant’Ana do Livramento.

De toda forma, Porto Alegre já se destacava como residência da maioria dos maiores acionistas em 1928. Até o início do recorte deste trabalho, a concentração de ações, em Porto Alegre, havia se acentuado. As tabelas a seguir demonstram, dentre outras coisas, a disposição espacial das ações do BANRISUL, em 31 de dezembro de 1954.

Tabela 3: Acionistas do BANRISUL, em 31 de dezembro de 1954.

Acionistas	Ações
Estado do Rio Grande do Sul	84.686
Particulares (1.570)	15.262
Prefeituras (4)	52
Total de acionistas (1.575)	100.000

Fonte: EXERCÍCIO de 1954, 1955

A tabela acima demonstra a participação do Estado do Rio Grande do Sul, com 84.686 ações. Dessas, 70.000 eram inalienáveis, enquanto as 14.686 restantes poderiam ser negociadas (EXERCÍCIO de 1954, p. 56, 1955). Somadas às 52 ações pertencentes a prefeituras gaúchas, totalizavam 100.000 ações que, em 1954, correspondia ao capital de Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros).

A inalienabilidade de 70.000 ações, expressa nos estatutos, garantia ao Estado não só posição de acionista majoritário, como também a capacidade de movimentar os dois terços necessários para realização de assembleias gerais, não dependendo, portanto, da presença de

acionistas particulares – embora houvesse a obrigação de publicar convocações às assembleias na imprensa local, conforme previsto no Artigo 88º da Lei Nº 2.627 de 1940.

Tabela 4: Disposição dos acionistas particulares, por cidade, em 31 de dezembro de 1954

Município	Acionistas	Nº de ações	Média de ações por acionista
Porto Alegre	477	9.564	20,05
Outros Municípios	693	2.823	4,07
Pelotas	65	454	6,98
Niterói	1	400	400
São Borja	84	350	4,17
Rio de Janeiro	26	280	10,77
Rio Grande	46	271	5,89
Uruguaiana	51	231	4,53
Santa Maria	56	211	3,77
São Leopoldo	6	207	34,5
São Francisco de Paula	4	206	51,5
Livramento	36	170	4,72
Caxias do Sul	25	95	3,80
Total	1.570	15.262	9,72

Fonte: EXERCÍCIO de 1954, 1955

Como se vê na Tabela 4, Porto Alegre concentrava um elevado número de acionistas (477) e, mais ainda, de ações (9.564), fazendo com que a média de ações por acionista ultrapassasse as vinte. Média superior a essa somente foi registrada nos municípios de Niterói (Rio de Janeiro), São Leopoldo e São Francisco de Paula que, conforme é possível visualizar na Tabela 5, explica-se pela existência de poucos indivíduos portadores de ações, mas que, pelo menos um figurava entre os maiores acionistas do Banco, no final de 1954 (Tabela 5).

A média de ações dos residentes em Porto Alegre era mais que o dobro da média geral, entre os acionistas particulares, que ficou em 9,72. Superior a isso ficou também a média do Rio de Janeiro, capital brasileira e onde se localizava a única filial do BANRISUL fora do Rio Grande do Sul, até aquele momento. Dentre os municípios rio-grandenses, São Borja era o segundo com mais residentes acionistas, com oitenta e quatro, mas média de apenas 4,17 ações por indivíduo. Na sequência, Pelotas possuía sessenta e cinco acionistas e uma média de 6,98 ações. Rio Grande possuía quarenta e seis acionistas e uma média de 5,89. Caxias do Sul, um

dos maiores centros comerciais e industriais do Estado, possuía apenas vinte e cinco acionistas e uma média de 3,8 ações por indivíduo.

Tabela 5: 25 maiores acionistas particulares do BANRISUL, em 31 de dezembro de 1954.

Município	Acionista	Nº de ações	Posição entre os acionistas
Porto Alegre	Ida Menegassi	510	1º
Niterói	Gertrud Welke	400	2º
Porto Alegre	Angelo Flores da Cunha	318	3º
Porto Alegre	Carlos Frederico Walther	308	4º
Porto Alegre	Auto Paiva Guimarães	304	5º
Porto Alegre	Oswaldo Henrique Guthell	300	6º
Porto Alegre	João Wesp	247	7º
Porto Alegre	Claudio Menegassi	245	8º
Porto Alegre	Leda Vicentina Menegassi Fernandes	245	9º
Porto Alegre	Companhia Aliança Rio Grandense de Seguros Gerais	238	10º
Porto Alegre	Amadeu L. Maisonnave	231	11º
São Francisco de Paula	Napoleão Emydio de Moura	203	12º
Porto Alegre	Aldo Figueiras	200	13º
Porto Alegre	Cynara Lameiro Cavalcanti	200	14º
Porto Alegre	Otto Bélgica Trindade	200	15º
Porto Alegre	Renato Costa	200	16º
Porto Alegre	Companhia de Seguros Porto Alegrense	198	17º
Porto Alegre	Guido Corrêa do Nascimento	183	18º
São Leopoldo	Guido Wolffenbüttel	180	19º
Porto Alegre	Jose Coriolano de Almeida Filho	170	20º
Porto Alegre	Arthur Coelho Borges	153	21º
Porto Alegre	Silvio José Camino	141	22º
Porto Alegre	Elly Lang Ebling	132	23º
Porto Alegre	Mario Antunes da Cunha	107	24º
Porto Alegre	Manlio Prati Agrifolio	104	25º

Fonte: EXERCÍCIO de 1954, 1955

Comparando a Tabela 5 com a Tabela 2, é possível perceber que se acentuou a concentração de Porto Alegre, dentre os maiores acionistas. Outra coisa que é possível inferir é que somente Renato Costa e Angelo Flores da Cunha estavam presentes nas duas tabelas. No entanto, em 1928, Guido Corrêa Nascimento e Manlio Prati Agrifolio possuíam vinte ações cada, enquanto Napoleão Emydio de Moura possuía três. Por óbvio, os cinco indivíduos

adquiriram novas ações com o passar do tempo e todos os demais, que aparecem na Tabela 4, se tornaram acionistas nos anos seguintes.

Anualmente, muitas ações eram transferidas por valores médios que ultrapassavam o valor nominal das ações, baseado no capital do Banco. No Relatório de 1958, conforme apresentado na Tabela 6, é possível analisar como o valor médio da ação, entre 1956 e 1957 e, especialmente, 1958, teve um crescimento bastante superior ao registrado em 1953, 1954 e 1955.

Tabela 6: Valor médio das ações

Preço anual\Ano	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Mínimo (em Cr\$)	650	700	750	780	1.000	1.000
Médio (em Cr\$)	897,40	913,00	952,90	1017,10	1048,50	1.467,90

Fonte: EXERCÍCIO de 1958, 1959

Em 02 de dezembro de 1957, como se verá melhor no subcapítulo sobre o capital, o BANRISUL dobrou esse, saindo de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros). Com isso, foram criadas cem mil novas ações, totalizando 200.000 (duzentas mil) ações que formariam o capital social do Banco.

No final de 1958, quase metade dos cem milhões de cruzeiros em que o capital foi elevado já havia sido recolhido, ficando o restante a ser recolhido em 1959, conforme previsão da Diretoria (EXERCÍCIO de 1958, p. 13, 1959). A Tabela 7, a seguir, mostra a proporção dos acionistas, em 31 de dezembro de 1958, último ano que foi possível obter informações sobre os acionistas do BANRISUL.

Tabela 7: proporção dos acionistas do BANRISUL, em 31 de dezembro de 1958

Acionistas	Ações
Estado do Rio Grande do Sul	169.371
Acionistas particulares (2.661 aprox.)	30.565
Prefeituras (4)	64
Total	200.000

Fonte: EXERCÍCIO de 1954, 1955

O Estado do Rio Grande do Sul ainda constava como acionista hegemônico, responsável por mais de 84% das ações, no entanto, houve uma mudança substancial: das 169.371 ações pertencentes ao estado, apenas 87.500 eram inalienáveis, enquanto o restante, 81.871 ações, foram registradas como alienáveis (EXERCÍCIO de 1958, p. 38, 1959).

O montante de 87.500 era o resultado das 70.000 antigas ações inalienáveis somadas à quarta parte disso, obtidas através do aumento de capital oriundo das reservas. Da mesma forma, as 14.686 ações alienáveis que o Banco possuía, resultaram da obtenção de aproximadamente outras 3.670 ações. Diante desses números, é possível observar que o Estado do Rio Grande do Sul, caso não adquirisse nenhuma nova ação, conforme pleiteou o Governo Meneghetti, teria ficado com 105.856 ações, aproximadamente. Esse número ainda garantiria ao Estado a posição de acionista majoritário, no entanto, não seria mais possível, sozinho, alcançar o quórum mínimo de 2/3 necessários nas Assembleias. Teria sido uma perda de poder bastante clara dentro do BANRISUL e, possivelmente, com grandes impactos para os futuros governos e administrações.

Também é importante registrar que as novas ações, obtidas pelo Estado do Rio Grande do Sul, ao longo de 1958, foram registradas como alienáveis, ou seja, possíveis de negociar. No fim das contas, isso foi uma brecha criada para que o Estado perdesse espaço dentro do Banco, o que acabou não acontecendo, efetivamente.

Em 1959, o jornal *O Pioneiro*, de Caxias do Sul, registrou que, durante o Congresso das Associações Comerciais do Nordeste – que reuniu associações de Caxias do Sul, Vacaria, Bento Gonçalves, Nova Prata, Bom Jesus e Antônio Prado –,

uma das mais brilhantes teses apresentadas [...] foi a do Sr. Arthur Rossarolla que recomenda a elevação do capital do Banco do Rio Grande do Sul para um 910 bilhão de cruzeiros, com o que o nosso prestigioso estabelecimento de crédito ficaria melhor aparelhado para bem cumprir suas elevadas finalidades. **Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul detém 84% do capital, tendo sido sugerido no referido trabalho que esta porcentagem fosse reduzida para 51%**, o que daria ao Estado o controle do Banco, facilitando, deste modo, a integralização da parte que, no referido aumento, tocar ao Governo. (*O PIONEIRO*, 1959, ed. 11, grifo do autor).

Com isso, fica claro que a diminuição do poder do Estado, dentro do BANRISUL, era defendida por grupos econômicos no Rio Grande do Sul e que a obtenção de novas ações por parte do Estado conflitava com isso.

Voltando a questão dos acionistas do BANRISUL, a relação desses, após o aumento do número de ações, em 1957, merece algumas considerações. A Tabela 8, a seguir, demonstra que, com uma média de 41,83 ações por acionista, em 1958, Porto Alegre havia mais do que

duplicado sua média de ações, em relação a 1954, que era de 20,05 (ver Tabela 4). O Relatório de 1958 também passou a registrar a existência de ações em condomínios, isto é, ações que pertenciam a dois ou mais acionistas. Esse grupo possuía 516 ações e era composto por algo em torno de 1.070 acionistas, dos quais, aproximadamente, 30% residiam em Porto Alegre.

Tabela 8: Disposição dos acionistas particulares, por cidade, em 31 de dezembro de 1958

Municípios	Acionistas	Ações	Média de ações por acionista
Porto Alegre	529	22.128	41,83
Outros municípios	1.062	7.921	7,46
Ações em condomínios	1.070 (aprox.)	516	0,58
Total	2.661 (aprox.)	30.565	11,48

Fonte: EXERCÍCIO de 1958, 1959

Certamente contribuiu para essa concentração o fato de que as subscrições, ao menos nos primeiros momentos, deveriam ser realizadas presencialmente na sede do BANRISUL, em Porto Alegre. Isso facilitava para que os interessados das regiões mais próximas pudessem adquirir novas ações, ao mesmo tempo em que era um empecilho para os acionistas e pretendentes mais distantes. Além da maior concentração em Porto Alegre, também houve grandes mudanças no que diz respeito aos maiores acionistas, conforme pode ser visto na Tabela 9.

Tabela 9: 25 maiores acionistas particulares do BANRISUL, em 31 de dezembro de 1958

Município	Acionista	Nº de ações	Acionista em 1954?	Quantidade em 1954	Crescimento (em %)
Porto Alegre	João Leite Filho	1500	Sim	71	2013%
Porto Alegre	Ida Menegassi	1016	Sim	510	99%
Porto Alegre	Auto Paiva Guimarães	906	Sim	304	198%
Porto Alegre	Gertrud Welcke	651	Sim	400	63%
Porto Alegre	Ângelo Flores da Cunha	634	Sim	318	99%
Porto Alegre	Oswaldo Henrique Guthell	600	Sim	300	100%
Porto Alegre	Companhia Aliança Rio Grandense de Seguros Gerais	500	Sim	238	110%
Porto Alegre	Leonorino Souza	498	Sim	36	1283%
Porto Alegre	Cláudio Menegassi	496	Sim	245	102%
Porto Alegre	Artur Coelho Borges	480	Sim	153	214%
Porto Alegre	Amadeu L. Maisonnave	459	Sim	231	99%

São Francisco de Paula	Napoleão Emydio de Moura	403	Sim	203	99%
Porto Alegre	João Ataliba Wolf	400	Sim	10	3900%
Porto Alegre	Otto Bélgica Trindade	400	Sim	200	100%
Porto Alegre	Renato Costa	400	Sim	200	100%
Porto Alegre	José Coriolano de Almeida Filho	352	Sim	170	107%
Porto Alegre	João Wesp	341	Sim	247	38%
Porto Alegre	Leda Vicentina Menegassi Fernandes	305	Sim	245	24%
Porto Alegre	José Cuervo Arango	300	Sim	40	650%
Porto Alegre	Frederico Julio Carlos Hildebrand	283	Sim	50	466%
Porto Alegre	Aldo Figueras	250	Sim	200	25%
Porto Alegre	Cynira Lameiro Cavalcanti	250	Sim	200	25%
Porto Alegre	Herbert Muller	250	Sim	100	150%
Porto Alegre	Carlos Frederico Walter	241	Sim	308	-22%

Fonte: EXERCÍCIO de 1958, 1959

A Tabela 9 demonstra alterações em relação a Tabela 5, no que diz respeito às posições ocupadas entre os vinte e cinco maiores acionistas. Sete nomes, dentre eles o do diretor Mario Antunes de Cunha, deixaram de ocupar as vinte e cinco primeiras posições. Além disso, percebe-se como o crescimento da concentração de acionistas porto-alegrenses, entre 1954 e 1958, também ficou evidente na lista dos maiores acionistas: em 1958, apenas um nome, o de Napoleão Emydio de Moura, figurou entre os vinte e cinco maiores acionistas e que não era residente de Porto Alegre. Guido Wolffbüttel, que apareceu como 19º maior acionista particular em 1954 e que era de São Leopoldo, apesar de ter ampliado suas ações para 225 em 1958, não ficou entre os vinte e cinco maiores acionistas, ficando algumas posições abaixo disso; e Gertrud Welcke, a qual, em 1954, foi registrada como residente de Niterói, foi registrada como residente de Porto Alegre em 1958.

Outro dado importante que a Tabela 9 traz é que todos os vinte e cinco listados já eram acionistas, em 1954. A grande maioria apresentou crescimento no número de ações, partindo de 24% até 3.900%. Os que apresentaram taxa de crescimento superior aos 25% - ou seja, a maioria listada -, haviam comprado novas ações, pois o crescimento foi superior aquele derivado do aumento de capital oriundo das reservas. Na lista, apenas Carlos Frederico Walter apresentou uma redução no volume de ações, passando de 308, em 1954, quando ocupou a quarta posição, para 241 ações, em 1958, o que o levou para a 25ª posição.

A partir do que foi exposto neste subcapítulo, é possível concluir que os acionistas do BANRISUL se constituíam como um grupo fortemente marcado pela crescente concentração em Porto Alegre. Esses indivíduos, da mesma forma como aqueles que eram diretores e conselheiros, como se verá melhor mais adiante, costumavam investir em diversas outras empresas, especialmente naquelas sediadas em Porto Alegre. Isso é importante para compreender o perfil desses agentes e os interesses mais gerais que possuíam, isto é, permitindo os identificar como um poderoso grupo de pressão em torno das decisões do BANRISUL, mesmo que dentro da Instituição fossem acionistas minoritários.

3.3 DIRETORIA E CONSELHOS NO GOVERNO MENEGHETTI (1955-1959)

A primeira Assembleia Geral ordinária do BANRISUL, durante o governo de Ildo Meneghetti, ocorreu em 31 de março de 1955, seis dias após assumir o cargo. Na ocasião, estavam presentes sessenta e nove acionistas, responsáveis por 93.389 ações, sendo reeleitos dois diretores, Mario Antunes da Cunha, com 93.279 votos, e Francisco José Borraz, com 93.384 votos. Ainda foram eleitos Manlio Prati Agrifóglgio, Fábio Neto, Artur Coelho Borges (ambos com 93.384 votos) e reeleito Juracy de Souza Cardoso (8.698 votos), para a suplência da Diretoria; Jahyr Braga Sgrillo (93.380 votos), Oscar Daudt Filho (93.279 votos) e Nery Neves de Oliveira Marques (8.350 voto) foram reeleitos para o Conselho Fiscal e; para finalizar, Luiz Fontoura Junior (93.383 votos), Antônio Moraes Fernandes (93.384 votos) e João Leite Filho (8.593 votos) foram eleitos para suplência do Conselho Fiscal (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1955, ed. 42, p. 10).

Os dois diretores que foram reeleitos, juntamente com três suplentes da Diretoria, dois membros do Conselho Fiscal e dois conselheiros fiscais suplentes, tiveram os seus votos provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, sendo expressos através de seu representante, Omar de Araújo Jacques. Este último, diretor da Procuradoria Fiscal, foi escolhido por Ildo Meneghetti para representar os 84.686 votos do Estado, correspondentes às suas ações. Quanto aos demais eleitos, o Estado do Rio Grande do Sul se absteve da votação, permitindo que fossem votados apenas pelos demais acionistas, o que fica evidente na discrepância de votos obtidos por cada um dos indivíduos

Ao noticiar a Assembleia, o *Jornal do Dia* e o *Diário de Notícias* ressaltaram a proposta do acionista Marcínio Jardim da Silva, unanimemente aprovada entre os acionistas, para que

fosse registrado em ata congratulações pelo “gesto de alta sabedoria do Sr. Governador Ildo Meneghetti” ao reeleger os diretores, reconhecendo, assim como a maioria dos acionistas reconhecia, “a eficiência, operosidade e alto discernimento na administração do BANRISUL” (*JORNAL DO DIA*, ed. 2246, p. 7; *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, ed. 42, 1955, p. 10). Como representante do governo, Omar de Araujo agradeceu a homenagem dos acionistas e afirmou que

o estado seguia a acertada tradição dos governos anteriores, qual a de **não permitir qualquer injunção político-partidária nos negócios do Banco do Rio Grande do Sul**, de modo alheiar sua administração de influências outras suscetíveis de perturbar o desenvolvimento econômico e financeiro da instituição. (*Ibid.*, grifo do autor).

Com seis dias de Governo, o discurso oficial mantinha sua postura de não interferência nos assuntos administrativos – tal qual o discurso de Campanha –, o que era posto como algo não político-partidário. Fato importante é que, para os membros do Conselho Fiscal e os respectivos suplentes, foram registrados votos, ainda que pouco expressivos, em outros indivíduos que não os, de fato, eleitos; isso não ocorreu com os diretores e os seus suplentes, indicativo de que havia absoluto alinhamento entre o Estado do Rio Grande do Sul, como acionista, e os demais acionistas particulares, no que dizia respeito a composição da Diretoria (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1955, ed. 42, p. 10).

No ano seguinte, em 02 de abril de 1956, seguindo o Estatuto Social do Banco, ocorreram novas eleições para suplentes da Diretoria, membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes. Na Assembleia estiveram presentes trinta e três acionistas, correspondendo à 91.620 ações, sendo novamente eleitos Manlio Prati Agrifoglio, Fabio Neto e Arthur Coelho Borges, com 91.587 votos cada, indicando a comunhão entre Estado e demais acionistas na escolha dos suplentes da Diretoria, e Juracy de Souza Cardoso, com 6.901 votos, representando a escolha exclusiva dos acionistas particulares. Para o Conselho Fiscal e seus suplentes, ocorreu o mesmo: reeleitos Jahir Braga Sgrillo e Oscar Daudt Filho, com 91.587 votos, e Nery Neves de Oliveira Marques, com 6.901 votos, para Conselho Fiscal; e Luiz Fontoura Junior e Antônio Moraes Fernandes, com 91.576 votos, e João Leite Filho, com 6.901, formando a suplência do Conselho Fiscal. Dessa vez, o *Jornal do Dia* não informou se houve votos em outros candidatos (*JORNAL DO DIA*, ed. 2774, p. 16).

Na mesma Assembleia, foi sugerido o reajuste dos honorários dos diretores, passando a ser de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para cada diretor, proposta que foi apresentada por um grupo de acionistas – dentre os quais estavam os conselheiros fiscais Jahir Braga Sgrillo e

Nery Neves de Oliveira Marques, o ex-diretor Renato Costa e João Ataliba Wolf. O grupo alegou que o volume de negócios do Banco havia crescido, deixando o anterior vencimento de ser compatível com as atividades desempenhadas. O acionista Oswaldo Leindecker sugeriu também o aumento do vencimento mensal dos membros Conselho Fiscal, passando para Cr\$ 2.000,000 (dois mil cruzeiros), por cada membro, quando em exercício, e para o suplente, quando convocado a substituí-lo. As duas propostas foram unanimemente aceitas (*Ibid.*).

Para 06 de agosto de 1956 foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária, a fim de que fossem votadas alterações nos artigos 9º, 11º e 26º do Estatuto Social do Banco. Uma das principais mudanças propostas partiu diretamente do Estado do Rio Grande do Sul, representado por Alcides Flores Soares Junior, Secretário da Fazenda. A proposta, justificada pelo aumento das atividades do Banco, consistiu na ampliação da Diretoria, passando de quatro para cinco membros, o mesmo acontecendo com seus suplentes. Todas as propostas, segundo o *Diário de Notícias*, foram unanimemente aprovadas (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1956, ed. 144, p. 12).

Na mesma ocasião, ocorreu a votação para o cargo de diretor e suplente da Diretoria, em que foram eleitos, respectivamente, Willy Carlos Frohlich e Cândido Machado Carrion, com 85.120 votos cada. O resultado dessa votação trouxe um elemento divergente, em relação às anteriores: os 85.120 votos recebidos por Willy e Cândido representavam os 84.686 votos do Estado do Rio Grande do Sul, somados a 434 votos de outros acionistas; no entanto, Juracy de Souza Cardoso (que era suplente, eleito diversas vezes pelos acionistas particulares) e Benedito Antunes Sampaio receberam, cada um, 804 votos para ocupar os cargos de diretor e suplente respectivamente (*Ibid.*). Esses números demonstram que, se dependesse dos acionistas particulares, o resultado seria outro, diferentemente do que estava ocorrendo durante o Governo de Meneghetti até então. Pela primeira vez, durante o Governo Meneghetti, houve um descompasso entre o Executivo e demais acionistas, quanto aos assuntos do BANRISUL.

Na Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 25 de março de 1957, Firmino Ramos Soares foi reeleito para Diretoria, recebendo cem por cento dos votos presentes na ocasião. Oswaldo Vergara (ex-deputado federal pelo PSD), que presidia a Assembleia – assim como todas as outras durante esse governo –, louvou a escolha de Meneghetti por manter o diretor no cargo, o que foi seguido de aplausos pelos demais acionistas, segundo o *Jornal do Dia* (*JORNAL DO DIA*, ed. 3076, p. 11). Os suplentes da Diretoria, o Conselho Fiscal e os seus suplentes do exercício anterior foram todos reeleitos, recebendo igualmente cem por cento dos votos presentes, naqueles em que o Estado do Rio Grande do Sul participou da votação,

inclusive quanto ao suplente da Diretoria, Cândido Machado Carrion, que havia sido motivo de desavença entre o Estado e os acionistas particulares, anteriormente.

Em 31 de março de 1958, foi realizada a última Assembleia Geral Ordinária do BANRISUL durante o Governo Meneghetti. Nela, José Coriolano de Almeida Filho foi reeleito para a Diretoria pelos acionistas particulares, após abstenção do Estado do Rio Grande do Sul em consonância com o Artigo 2º do Decreto Estadual Nº 4.102, de 26 de junho de 1928.

Com isso, todos os diretores do BANRISUL, anteriores a Ildo Meneghetti, foram reconduzidos durante seu Governo. O resultado das eleições para os cargos anuais se assemelhou às anteriores, com a diferença de que, no lugar de Cândido Machado Carrion, foi eleito Oscar Freitas e Castro para a suplência da Diretoria, e no lugar de Luiz Fontoura Junior, falecido no ano anterior, foi eleito Oscar Carneiro da Fontoura, para a suplência do Conselho Fiscal (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1958, ed. 28, p. 3).

Por fim, em 10 de setembro de 1958, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, afim de que, entre outras coisas, eleger aqueles que formariam o novo órgão administrativo: o Conselho Consultivo, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, de 2 de dezembro de 1957. O referido órgão seria composto por cinco membros efetivos e seus respectivos suplentes, cujo objetivo principal seria assessorar a Diretoria em suas funções. Renato Costa, João Ataliba Wolf, José Morais Velinho, Diego Blanco e Oscar Carneiro da Fontoura compuseram o Conselho; já para a suplência foram eleitos Alberto da Silva Oliveira, José Bertaso Filho, Nestor Moura Jardim, Gaston Englert e João Dico de Barros. Todos receberam 85.796 votos, dos 85.868 votos presentes de vinte e quatro acionistas, não havendo, portanto, abstenção do Estado do Rio Grande do Sul para nenhuma das vagas. A remuneração foi fixada em Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) por cada ocasião que comparecessem, limitado à Cr\$ 12.000,00 (dose mil cruzeiros) por semestre (*JORNAL DO DIA*, ed. 3527, p. 25).

O Quadro 4 apresenta, portanto, todos aqueles que ocuparam cargos eletivos no BANRISUL durante o governo Meneghetti, incluindo os suplentes, e as respectivas ações que possuíam em 1958 registradas em seu nome.

Quadro 4 – Lista de Diretores, Conselheiros e os respectivos suplentes durante o Governo Meneghetti, seguido de suas ações em 1958

Diretores	Ações em 1958	Suplentes da Diretoria	Ações em 1958
José Coriolano de Almeida Filho	352	Manlio Prati Agrifóglio	208
Mario Antunes da Cunha	210	Artur Coelho Borges	480
Francisco José Borraz	43	Juracy de Souza Cardoso	164

Firmiano Ramos Soares	80	Fábio Netto	26
Willy Carlos Frohlich	0	Cândido Machado Carrion	0
		Oscar Freitas e Castro	0
Conselheiros Fiscais		Suplentes do Conselho Fiscal	
Jahir Braga Sgrillo	8	Luiz Fontoura Junior	0
Oscar Daudt Filho	10	Antônio Moraes Fernandes	0
Nery Neves de Oliveira	12	João Leite Filho	1500
		Oscar Carneiro da Fontoura	3
Conselheiros Consultivos		Suplentes do Conselho Consultivo	
Renato Costa	400	Alberto da Silva Oliveira	0
João Ataliba Wolf	400	José Bertaso Filho	0
José Moraes Velinho	0	Nestor Moura Jardim	0
Diego Blanco	0	Gaston Englert	18
Oscar Carneiro da Fontoura	3	João Dico de Barros	12

Fonte: EXERCÍCIO de diversos anos

Como se observa no quadro acima, muitos desses indivíduos não possuíam qualquer ação registrada em seu nome em 1958. No entanto, a maioria possuía, especialmente em relação aos diretores e seus suplentes. Dentre os diretores, somente Willy Carlos Frohlich não apresentava ações registradas em seu nome²⁶ e dentre os suplentes da diretoria, apenas Cândido Machado Carrion e Oscar Freitas e Castro não possuíam ações. Essa é uma primeira distinção que se nota entre esses três nomes e os demais ocupantes dos cargos de diretoria e suplência.

Quanto ao movimento crescente de ações abordado na seção anterior, o mesmo pode ser observado entre quatro dos cinco diretores, conforme a Tabela 10, além de muitos dos conselheiros e suplentes.

Tabela 10: Ações dos Diretores do Banrisul durante o Governo Meneghetti

Diretores	Ações em 1954	Ações em 1958	Crescimento (em %)
José Coriolano de Almeida Filho	170	352	107%
Mario Antunes da Cunha	107	210	96%
Firmino Ramos Soares	40	80	100%
Francisco José Borraz	23	43	87%

Fonte: EXERCÍCIO de diversos anos

A análise das atas das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias do BANRISUL revelam que os acionistas particulares votaram em consonância com o Estado do Rio Grande do Sul em quase todas as eleições. O único momento em que isso não ocorreu foi na eleição de

²⁶ Embora não tenha sido encontrada alterações estatutárias ao longo do tempo quanto a exigência dos diretores possuírem ações, isso parece ter se tornado legalizado, o que melhor poderá ser observado nas próximas páginas.

Willy Carlos Frohlich e Cândido Machado Carrion, para os novos cargos de diretor e suplente. Nesse caso, se dependesse apenas dos acionistas particulares, o resultado da eleição teria sido outro.

Para compreender melhor a assimetria entre a maioria dos acionistas particulares e o Estado do Rio Grande do Sul em apenas uma das eleições, foi necessário examinar mais a fundo o perfil e a atuação econômica e social desses indivíduos eleitos. A partir do levantamento de milhares de convocações e atas de assembleia e de relatórios de diretoria de empresas gaúchas, sob o formato de sociedades anônimas, entre 1955 e 1963, foi possível identificar alguns aspectos importantes em relação a quem eram os diretores e os conselheiros do BANRISUL durante o recorte deste trabalho. Os Quadros 5, 6 e 7 apresentam, entre 1955 e 1963, em quais outras firmas os diretores do BANRISUL possuíam algum tipo de vínculo que poderia ser de diretor/presidente, conselheiro fiscal ou consultivo e acionista, bem como onde estavam sediadas essas firmas.

Quadro 5 – Diretores do BANRISUL durante Governo Meneghetti e outras firmas

Diretores	Vínculo, firma e sede:
José Coriolano de Almeida Filho	DIRETOR. COMATA – Companhia de Mecanização e Assistência Técnica Agropecuária (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Meridional Hotéis e Turismo S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Luiz Moschetti S.A. - Indústria e Comércio de Papel (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. M. A. Costa S.A. - Importação e Comércio (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Lima e Silva S.A. – EXPORTADORA AGROPECUÁRIA (Porto Alegre);
Mario Antunes da Cunha ²⁷	DIRETOR. Edifícios Itapuam S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. Arrozaria Brasileira S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. Companhia Sul Brasil de Seguros Terrestres e Marítimos (Porto Alegre); DIRETOR. Consórcio Financeiro Rio-grandense S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Torres S.A. - Indústria e Comércio (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Companhia Materiais Pró Casa Popular (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Eletro Galeria S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Minuano S.A. - Importadora de Máquinas e Motores. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Restaurantes Unidos S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Panambra Sul Riograndense S S.A. - Importadora, Exportadora e Industrial (Porto Alegre); ACIONISTA. Consórcio Riograndense de Investimentos S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Lavanderias Unidas S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Banco Agrícola Mercantil S.A. (Porto Alegre);

²⁷ Mario Antunes da Cunha também aparece representando as ações de sua mulher, Zita Kessler Antunes da Cunha, em diversas firmas, como a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A e a Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.

Francisco Borraz	José	DIRETOR. C. Torres S.A. - Indústria e Comércio (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Editora Globo S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Satélite - Companhia de Seguros Gerais (Porto Alegre);
Firmiano Soares	Ramos	CONSELHO FISCAL. Mello Pedreira S.A. - Engenharia e Construções (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Martel S.A. - Laboratório Industrial Farmacêutico (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Pedra Britada e Construtora de Obras Sul S.A. – PEDRASUL (Porto Alegre); ACIONISTA. COMATA – Companhia de Mecanização e Assistência Técnica Agropecuária (Porto Alegre);
Willy Frohlich	Carlos	DIRETOR. Gazeta do Sul S.A. (Santa Cruz do Sul); ACIONISTA. Companhia Municipalista de Incremento Econômico (Porto Alegre).

Fonte: *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, diversas edições

Quadro 6 – Conselheiros fiscais do BANRISUL durante o Governo Meneghetti e outras firmas

Conselheiros Fiscais	Vínculo, firma e sede:
Jahir Braga Sgrillo	DIRETOR. Consórcio Riograndense de Investimentos S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. Consórcio Financeiro Rio Grandense S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Mercabras SA - Mercantil Brasileira de Couros S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Produtos Alimentícios ADRIA S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Riolans S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Brasil Mercantil SA Comércio e Indústria (Porto Alegre); ACIONISTA. COMATA – Companhia de Mecanização e Assistência Técnica Agropecuária (Porto Alegre);
Oscar Daudt Filho	DIRETOR. Viação Férrea do Rio Grande do Sul CONSELHO FISCAL. COMATA – Companhia de Mecanização e Assistência Técnica Agropecuária (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. P. Alles S.A. - Fábrica de Molduras (Porto Alegre); ACIONISTA. Consórcio Riograndense de Investimentos SA. (Porto Alegre); ACIONISTA. Companhia Riograndense de expansão econômica (Porto Alegre); ACIONISTA. C. Torres S.A. - Indústria e Comércio (Porto Alegre);
Nery Neves de Oliveira	DIRETOR. Vacchi S.A. - Indústria e Comércio (Porto Alegre); ACIONISTA. Banco Agrícola Mercantil S.A. (Porto Alegre);

Fonte: *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, diversas edições

Quadro 7 – Conselheiros consultivos do BANRISUL durante o Governo Meneghetti e outras firmas

Conselheiros consultivos	Vínculo, firma e sede:
Diego Blanco	DIRETOR. Consórcio Riograndense de Investimentos S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. INDUBRAS – Companhia de Indústrias Gerais, Obras e Terras (Porto Alegre); DIRETOR. Consórcio financeiro Rio Grandense S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. Industrial e Comercial Brasileira S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. Imobiliária Olimpo S.A. (Porto Alegre);

	<p>CONSELHO FISCAL. Ecisa S.A. Engenharia Sanitária - Comércio e Importação (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. COMATA – Companhia de Mecanização e Assistência Técnica Agropecuária (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Hospital Regina Mater S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Aços Finos Piratini S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Banco Agrícola Mercantil S.A. (Porto Alegre);</p>
Renato Costa	<p>DIRETOR. Armazéns Gerais Sul-Riograndenses S.A. (Porto Alegre);</p> <p>CONSELHO FISCAL. Carlos Lubisco SA - Territorial, Industria e Comércio (Porto Alegre);</p> <p>CONSELHO FISCAL. Minuano S.A. - Veículos e Máquinas Agrícolas (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Mauá Companhia de seguros gerais (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. INDUBRAS – Companhia de Indústrias Gerais, Obras e Terras (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Consórcio Riograndense de Investimentos SA. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Companhia Riograndense de expansão econômica (Porto Alegre);</p>
Oscar Carneiro da Fontoura	<p>DIRETOR. INDUBRAS – Companhia de Indústrias Gerais, Obras e Terras (Porto Alegre);</p> <p>DIRETOR. Companhia Intersul de Investimentos (Porto Alegre);</p> <p>DIRETOR. M. C. Fontoura - Comércio e Representações (Porto Alegre);</p> <p>DIRETOR. Moinhos de Vento - Teatros e Cinemas S.A. (Porto Alegre);</p> <p>DIRETOR. Rádio Televisão Piratini S.A. (Porto Alegre);</p> <p>CONSELHO FISCAL. Cia de Investimentos Agroindustrial e Comercial – CODACO S.A. (Porto Alegre);</p>
João Ataliba Wolf	<p>DIRETOR. Mercantirroz S.A. (Porto Alegre);</p> <p>DIRETOR. Floresta S.A (Porto Alegre);</p> <p>DIRETOR. Companhia Industrial Brasileira Extratos Acácia (Sapucaia);</p> <p>LIQUIDANTE. Mercantilimport S.A. - Importadora e exportadora (Porto Alegre);</p> <p>CONSELHO FISCAL. Moinhos de Vento - Teatros e Cinemas S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. CAIRU Companhia de Seguros Gerais S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Mauá Companhia de Seguros Gerais S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Consórcio Riograndense de Investimentos S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Companhia Sul Brasileira de Expansão Publicitária S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Hospital Regina Mater S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Banco Agrícola Mercantil S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Banco Nacional do Comércio S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Banco Industrial e Comercial do Sul S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Banco Rio-grandense de Expansão Econômica S.A. (Porto Alegre);</p> <p>ACIONISTA. Banco Portoalegrense S.A. (Porto Alegre);</p>
José Morais Vellinho	<p>CONSELHO FISCAL. Hércules S.A. - Fábrica de Talheres (Porto Alegre);</p> <p>CONSELHO FISCAL. Contaregis - Equipamentos de Controle S.A. (Porto Alegre);</p> <p>CONSELHO FISCAL. Zivi S.A. Cutelaria (Porto Alegre);</p>

Fonte: *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, diversas edições

Antes de prosseguir, é necessário fazer algumas observações quanto a metodologia empregada. A primeira delas é a de que as fontes são incompletas. Diferentemente das fontes utilizadas para listar os acionistas do BANRISUL, que eram listagens do próprio Banco, as fontes utilizadas nesta etapa não informam a totalidade dos acionistas de uma firma, mas apenas

aqueles que estavam presentes nas assembleias, no melhor dos cenários. A segunda observação é de que foram utilizados três tipos de fontes: atas de assembleias, relatórios e convocações para assembleias. Somente na primeira é possível identificar diretores, conselheiros e acionistas; na segunda, são apontados apenas diretores e conselheiros e; na terceira apenas os diretores. Além disso, quando aparecem como diretores ou conselheiros, quase não aparecem como acionistas também, embora o sejam muitas vezes. A terceira observação é de que foi utilizado, para esta etapa, apenas o *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, não sendo possível utilizá-lo de forma integral: geralmente publicado de segunda a sábado, o referido jornal continha uma média de quase vinte páginas, podendo ser muito superior a isso, especialmente nas edições consultadas. Diante disso, o volume de páginas para os oito anos pretendidos se tornou muito extenso e foi necessário limitar: portanto, a pesquisa centrou-se nos meses de fevereiro a maio de cada um dos anos, quando era mais intenso o volume de publicações daquilo que interessava ao trabalho. Em quarto, a participação em uma empresa poderia se encerrar: um indivíduo poderia ser diretor ou conselheiro durante uma gestão e depois não; um acionista poderia vender suas ações. Logo, os indivíduos acima listados, não necessariamente ocuparam as posições apontadas durante todo o recorte do trabalho. Por fim, a quinta observação é de que, certamente, muitos nomes que interessavam ao estudo passaram despercebidos, dado o grande volume de informações contidas em cada página.

A partir dessas observações, fica evidente que os resultados apresentados têm muitas lacunas. Apesar disso, a metodologia apresentada ainda é bastante válida, pois levantou dados a partir de uma amostra significativa e aleatorizada. Ou seja, os resultados apresentados a partir dos vínculos estabelecidos expressam o mínimo que foi encontrado. Certamente, os indivíduos pesquisados possuíam ligações com muitas outras empresas. Todas as conclusões tiradas daqui devem então ser pensadas como potencialmente maiores.

A primeira observação que se faz é em torno da multiplicidade de empresas que possuíam ligação com o BANRISUL, por meio de diretores e conselheiros compartilhados durante o Governo Meneghetti, constituindo o que se chama de *board interlocking* (ARANHA; ROSSONI; MENDES-DA-SILVA, 2016, p. 17), e por meio da composição acionária. Algumas dessas empresas apresentavam esse tipo de ligação mais de uma vez, por meio de mais de um indivíduo, como é o caso da INDUBRAS – Cia de Indústrias Gerais, Obras e Terras S.A., do Consórcio Financeiro Rio Grandense S.A., do Consórcio Riograndense de Investimentos S.A., da Companhia de Mecanização e Assistência Técnica Agropecuária S.A. (COMATA), dentre outras.

O *board interlocking* é abordado pela literatura através de prós e contras. Sérgio Lazzarini aponta que, entre atores privados, há quem argumente que, ao invés da negativa formação de cartéis, com objetivo de reduzir a produção e aumentar os preços, essa seria uma prática que beneficiaria a troca de conhecimentos, a harmonização de operações produtivas e o aprendizado em conjunto; por outro lado, quando envolve atores públicos e privados, há o argumento de que essas relações podem facilitar ao governo sua compreensão sobre as reais dificuldades do setor privado, assim, permitindo o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas. Além disso, do ponto de vista dos agentes privados, há o argumento de que o alinhamento com o governo seria uma forma legítima de se defender quanto a um cenário político instável e pouco previsível. Todavia, como ponto negativo é apontado a facilidade com que essas relações entre governo e agentes privados podem rapidamente se tornar veículos de favoritismo, conluio e proteção injustificada (LAZZARINI, 2011).

Este trabalho não possui a pretensão de afirmar que esse tipo de relação, em torno do BANRISUL e para o recorte da pesquisa, foi positivo ou negativo, pois isso demandaria métodos e fontes diversas daquelas que estavam disponíveis à consulta. O objetivo desta seção é aprofundar a compreensão em relação ao perfil socioeconômico dos agentes envolvidos, em torno do BANRISUL, durante certo período.

Nesse sentido, uma outra observação gira em torno da localização das empresas: quase todos os diretores e conselheiros possuíam vínculos com empresas sediadas em Porto Alegre. A exceção foi Willy Carlos Frohlich, diretor da Gazeta do Sul S.A, sediada em Santa Cruz do Sul, e acionista da Companhia Municipalista de Incremento Econômico, de Porto Alegre, a partir de julho de 1957 – ou seja, posteriormente ao seu ingresso na direção do BANRISUL.

Frohlich apresentava um perfil diferente dos demais diretores. Nascido em 11 de agosto de 1913, em Santa Cruz do Sul, no interior do Rio Grande do Sul, formou-se no curso técnico em contabilidade do Colégio Marista de Santa Cruz do Sul, em 1933, e na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre, em 1937. Pelo PSD, de 1945 até 1947, foi Prefeito de Santa Cruz do Sul e, em 1947, o vereador mais votado do Município (WARKEN, 2013, p. 12; 2022, p. 7). Também foi deputado federal, elegendo-se no pleito de 1950, com 10.758 votos; nas eleições subsequentes, de 1954 e 1958, obteve respectivamente 10.418 e 15.687 votos, números insuficientes para elegibilidade, mas suficientes para que, como suplente, fosse efetivado em diversos momentos e; por fim, no pleito de 1962 obteve 8.691 votos, votação insuficiente inclusive para exercer o cargo como suplente, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Com essa trajetória, distancia-se dos demais diretores em dois sentidos: era político e sua atuação até 1956 havia se concentrado no interior do estado. Isso fornece grandes indícios em relação ao fato de Frohlich ter sido o único escolhido pelo Governo que não contou com o apoio da maioria dos acionistas particulares, rapidamente sendo encarado como parte de uma intervenção política nos assuntos do Banco. Quando se pensa no perfil dos acionistas do BANRISUL, visto anteriormente, profundamente concentrados em Porto Alegre, e sabendo que eram indivíduos ligados a muitas outras firmas, seja como acionista, seja como diretores ou conselheiros, percebe-se que há a construção de um perfil bastante claro e que vê nos espaços socioeconômicos de Porto Alegre o lócus de sua identidade.

É bastante possível que esse grande grupo de acionistas/diretores/conselheiros preferissem que indivíduos com laços mais próximos a eles ocupassem importantes postos do Governo, como o BANRISUL, profundamente ligado aos seus interesses econômicos. Para além da preocupação com a intervenção política do Governo ou com as qualidades dos diretores frente aos negócios, é possível que as preferências desse grande grupo tendessem para indivíduos vinculados de alguma forma ao capital social em que estavam inseridos. Pierre Bourdieu afirma que o capital social é o “agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e de reconhecimento” (1986, p. 8). Diante disso, se pode considerar que é melhor e mais vantajoso conhecer e manter algum vínculo com os diretores do Banco do que desconhecer.

Sobre os demais diretores, três deles ocuparam posições na Associação Comercial de Porto Alegre: em 1952, Francisco Jose Borraz foi eleito para o Conselho Deliberativo; em 1955, 1956 e 1957, Firmiano Ramos Soares foi eleito para o Conselho Fiscal e; em 1956, Mario Antunes da Cunha foi eleito vice-presidente. Todos eleitos para os cargos após serem eleitos e reeleitos diretores no BANRISUL, com apoio dos acionistas particulares. Isso demonstra, mais uma vez, as relações que esses indivíduos mantinham com os agentes econômicos da capital.

Com isso, não se pretende afirmar que Porto Alegre se configurava como um espaço fechado, cujos habitantes mantinham relações econômicas exclusivamente entre si, em oposição aos demais grupos econômicos do estado. No entanto, não se pode negar que a proximidade geográfica, proporcionada por residir em um mesmo município, seja relevante.

Como aponta Sérgio Lazzarini, as negociações geralmente surgem de conversas informais entre investidores, executivos e/ou autoridades políticas (2011, p. 30). Disso decorre que pertencer aos mesmos espaços de sociabilidade, ou ter a chance de contato, resulta em

maiores chances de firmar acordos. Indivíduos localizados na capital se relacionavam livremente com indivíduos do interior, mas se relacionavam muito mais com outros indivíduos da capital: em cerimônias, confraternizações, clubes recreativos, eventos esportivos, cultos, reuniões fraternais, firmas diversas e associações de classe, dentre tantos outros espaços de sociabilidade que permitiam a esses indivíduos se conhecer e reconhecer, debater e estreitar laços. Os nomes pretendidos para compor os cargos de diretoria e conselhos das firmas, incluindo o BANRISUL, provavelmente eram objeto de debate nesses encontros.

3.4 DIRETORIA E CONSELHOS NO GOVERNO BRIZOLA (1959-1963)

O cargo de diretor era válido por quatro anos e, como observado anteriormente, não ocorria votação para o preenchimento de todos os cargos no mesmo ano. Isso significava que o governador eleito só poderia substituir os diretores por outros, no decorrer de todo o seu mandato, não podendo fazer isso de uma única vez. Esse não foi o caso do Governo de Leonel Brizola.

A Assembleia de 31 de março de 1959, a primeira sob o Governo Brizola, merece uma atenção especial. Nela, deveriam ser eleitos dois diretores para ocuparem as vagas de Francisco José Borraz e Mario Antunes da Cunha²⁸, cujos mandatos naturalmente estavam se encerrando. Além dessas duas vagas, os diretores José Coriolano de Almeida Filho e Firmino Ramos Soares apresentaram sua renúncia “por motivos de ordem particular”, segundo a leitura.

Após a renúncia dos diretores, se deu grande debate. Dentre os vários acionistas que registraram seus protestos, destacam-se como os mais enérgicos alguns deputados estaduais de oposição, como Cândido Norberto dos Santos (PL), o qual alegou que a renúncia dos diretores ocorreu após ameaça de que o Estado do Rio Grande do Sul, na figura de maior acionista, não aprovaria as contas apresentadas pela Diretoria, caso não renunciassem. Os deputados Manoel Braga Gastal e Paulo Brossard de Souza Pinto, ambos pelo PL, também se somaram aos protestos.

Após o debate, o Estado do Rio Grande do Sul, através do seu representante Siegfried Emanuel Heuser, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, aprovou o Relatório da Diretoria, seus balanços, contas de lucros e perdas e o parecer do Conselho Fiscal. No entanto,

²⁸ Pouco tempo antes de encerrar seu mandato, Mario Antunes da Cunha havia renunciado. Para seu lugar foi escolhido o suplente Artur Coelho Borges.

em relação a este último documento, fez uma restrição “quanto ao louvor [à Diretoria] contido no parecer do Conselho Fiscal”. Cabe mencionar, mais uma vez que, como acionista majoritário, o Estado do Rio Grande do Sul não dependia dos demais acionistas para votações e o desejo, expresso através do representante, foi realizado. Os deputados oposicionistas, sem muitas possibilidades, solicitaram deixar registrado em ata sua abstenção, como forma de protesto, e voto contrário a aprovação, no caso Cândido Norberto dos Santos.

Na sequência, foi realizada a votação para diretores e demais cargos. Conforme outros momentos, dos quatro cargos de diretoria, em três o Estado do Rio Grande do Sul poderia votar e em um deveria se abster, deixando aos acionistas particulares realizarem sua escolha. Nessa assembleia estavam presentes 181.150 ações, das quais 169.371 eram do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, 11.779 era o número de ações de particulares presentes. Como escrutinadores da votação, foram escolhidos dois indivíduos ligados ao PSD, Oscar Carneiro da Fontoura, ex-deputado estadual e ex-suplente do Conselho Fiscal, e Mario Antunes da Cunha, ex-diretor que havia sido cotado para assumir a Secretaria da Fazenda de Meneghetti (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1958, ed. 117, p. 16), em um gesto que pode ser interpretado como uma forma de se defender das acusações da oposição, de que havia manipulação por parte do Estado do Rio Grande do Sul, já que o Presidente da Assembleia era Francisco Brochado da Rocha (PTB)²⁹.

Foram então eleitos Ruben Bento Alves (175.086 votos), Juracy de Assis Machado (175.086 votos) e Alceu Pereira Marques (175.101), nenhum deles aparecendo como acionista do Banco, em 31 de dezembro de 1958. Esses números demonstram que, menos da metade dos acionistas particulares presentes estavam de acordo com o Estado no Rio Grande do Sul quanto aos nomes.

Quanto aos demais cargos, o número de acionistas particulares que não votaram junto ao governo tendeu a se elevar: para suplentes da Diretoria, foram escolhidos Alter Cintra de Oliveira (175.133 votos), Fernando Kroeff (175.042 votos) e Carlos Damasceno Ferreira (175.147 votos); para Conselho Fiscal foram eleitos João Ataliba Wolf (174.315 votos) e Danilo Zaffari (174.115 votos); para suplentes do Conselho Fiscal foram eleitos Darcy Siqueira da Silva (174.315 votos) e Isaac Iochpe (174.315 votos); para o conselho consultivo foram eleitos Rubem Berta (173.412 votos), Luiz Siegmann (173.411 votos), Diego Blanco (173.412 votos), Odonne Marsiaj (173.412 votos) e Francisco Brochado da Rocha (173.411 votos); e, por fim,

²⁹ Tal qual durante o governo Meneghetti, que o presidente das Assembleias foi um indivíduo ligado ao PSD, durante o governo Brizola a maior parte das assembleias foi presidida por um petebista.

como suplentes do conselho consultivo, foram eleitos Jose Bertaso Filho, Oscar Carneiro da Fontoura, Silvio Toigo Filho, Carlos Staiger e Guido Albertini (todos com 173.412 votos).

Sem informar a quantia, a ata da seção ainda registrou votos para diretor recebidos pelos ex-diretores José Coriolano de Almeida Filho, Francisco José Borraz e Firmiano Tamos Soares, além do ex-suplente, Juracy de Souza Cardoso, bem como para Willy Carlos Frohlich que, até o momento em que aconteceu a eleição, ainda era diretor do Banco.

Na sequência, o assunto passou a ser a votação daqueles que competiam aos acionistas particulares. Os já citados deputados do PL e outros acionistas novamente pediram a palavra para acusar o Estado do Rio Grande do Sul de intervir nessa votação. Siegfried Heuser respondeu que o Governo se absteria, no entanto, que não havia nada impedindo manifestar apoio ou simpatia por algum indivíduo, que no caso era Walter Werner Hack, vice-presidente da Federação das Associações Comerciais. A eleição de Hack se confirmou (5.112 votos) e para suplente Herbert Bier (6.473 votos), para o Conselho Fiscal, João Leite Filho – que era o maior acionista do BANRISUL em 31 de dezembro de 1958 – (3.197 votos) e suplente Roberto Chaves Fleck (4.375 votos).

Por fim, o assunto mais polêmico da Assembleia foi a destituição do diretor Willy Carlos Frohlich. Para isso, Siegfried Heuser fez a leitura da seguinte proposta:

O Governo do Estado, na oportunidade em que se processa a renovação de mandato de Diretores do Banco do Rio Grande do Sul, quer manifestar seu propósito de exercer, nesta nova fase da administração estadual, **uma política bancária que melhor corresponda aos postulados programáticos do ideário populista**. O Término do mandado dos ilustres diretores Srs. Mário Antunes da Cunha e Francisco José Borraz, bem como a renúncia dos ilustres Srs. José Coriolano de Almeida Filho e Firmiano Ramos Soares, abre o ensejo a que, desde logo, se propicie este propósito, fundamental para os objetivos econômico-financeiros que serão levados à realização governamental. Para que o atual Governo possa cumprir os compromissos programáticos assumidos durante a campanha eleitoral que merecer a consagração das urnas em 3 de outubro de 1958, vem propor, como propõe, a esta Colenda Assembleia Geral **a destituição do Diretor Sr. Willy Carlos Frohlich**, por uma questão de conveniência e oportunidade que devem encontrar solução na deliberação dos senhores acionistas. (*DIÁRIO OFICIAL*, 30/04/1959, p. 10, grifo do autor).

Na proposta, foi informado com clareza que o BANRISUL fazia parte do programa populista e que a substituição dos antigos diretores era uma etapa importante para isso. Ainda que não precise com maiores detalhes o que significava isso, já era mais informativo, em relação ao BANRISUL, do que o divulgado no material de Campanha analisado neste trabalho. Os deputados opositores novamente usaram a palavra, alegando que a proposta era inválida, pois não havia sido divulgada. O presidente da seção, Francisco Brochado da Rocha, autorizou, sob

alegação de que poderiam os acionistas sugerirem novas propostas à apreciação da Assembleia que fossem do interesse e da alçada da mesma.

Apesar do debate acalorado, incluindo o próprio Frohlich, o qual alegava estar sendo alvo de um ataque político, a proposta foi aceita e votada favoravelmente³⁰. Após isso, uma nova vaga para diretor precisou ser preenchida, momento que, em nova votação, foi eleito para diretor Elmo Diaz (171.102 votos), enquanto para suplente foi escolhido Leonorino Souza (170.603). Comparando esses dois resultados com os anteriores, vê-se um claro indício de que a maior parte dos acionistas presentes, incluindo parcela significativa daqueles que votaram ao lado do Governo anteriormente, não estavam de acordo ou com a destituição de Frohlich ou com o eleito em seu lugar.

Quanto ao perfil dos escolhidos, é digno de nota a escolha de Oscar Carneiro da Fontoura, ex-deputado pelo PSD, para suplente do Conselho Consultivo. Através das fontes consultadas, é difícil compreender o motivo da escolha, no entanto, como suplente desse Conselho, sua atuação foi mínima ou nula, saindo do cargo no ano seguinte. Já em relação aos demais escolhidos, algumas considerações podem ser realizadas, especialmente em relação às firmas que estavam ligados.

Quadro 8 – Diretores do BANRISUL durante Governo Brizola e outras firmas

Diretores	Vínculo, firma e sede:
Alceu Pereira Marques	CONSELHO FISCAL. Companhia Rio Grandense de Telecomunicações (Porto Alegre). CONSELHO FISCAL. (suplente). Aços Finos Piratini S.A. (Porto Alegre).
Rubem Bento Alves	ACIONISTA. Rádio Emissoras do Nordeste LTDA. (Caxias do Sul); ACIONISTA. Editora Clarin S.A. ³¹ (Porto Alegre);
Juracy de Assis Machado	Nada encontrado.
Walter Werner Hack	CONSELHO FISCAL. Reguly Selk - Comercial S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Banco Riograndense de Expansão Econômica S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Torres S.A. - Indústria e Comércio (Porto Alegre); ACIONISTA. Aços Finos Piratini S.A. (Porto Alegre);

³⁰ O tema foi assunto na Assembleia Legislativa e ganhou algum destaque na mídia. A edição 3638 do *Jornal do Dia* publicou diversas reportagens sobre o assunto, intituladas: “Longo debate sobre a política do Governo para o Banco do Rio Grande”; “Willy Frohlich: governo exigiu minha renúncia para aprovar contas do Banco”; “Brossard acusa o governo de fazer chantagem com diretores do Banco” e; “Procurador de Frohlich espera publicação da ata para recorrer”.

³¹ Fundada em 1955, dentre os acionistas da Editora Clarin estava Leonel Brizola, cujos estatutos afirmavam que o periódico *Clarin* seria um jornal “a serviço do povo, defendendo os ideais do grande brasileiro Getúlio Vargas, expressos no Programa e na ação do Partido Trabalhista Brasileiro” (*Diário Oficial do Estado*, 29/03/1955, p. 2-3).

	ACIONISTA. Companhia Riograndense de Expansão Econômica (Porto Alegre);
Elmo Diaz	CONSELHO CONSULTIVO. Companhia Rio Grandense de Telecomunicações (Porto Alegre). CONSELHO FISCAL. Aços Finos Piratini S.A. (Porto Alegre);

Fonte: *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, diversas edições

Quadro 9 – Conselheiros Fiscais do BANRISUL durante o Governo Brizola e outras firmas

Conselheiros Fiscais	Vínculo, firma e sede:
Danilo Zaffari	CONSELHO FISCAL. Expresso Frederes S.A. (Porto Alegre);
João Ataliba Wolf	DIRETOR. Mercantiroz S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. Floresta S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. Companhia Industrial Brasileira Extratos Acácia (Sapucaia); LIQUIDANTE. Mercantilimport S.A. - Importadora e exportadora (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Moinhos de Vento - Teatros e Cinemas S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. CAIRU Companhia de Seguros Gerais S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Mauá Companhia de Seguros Gerais S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Consórcio Riograndense de Investimentos S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Companhia Sul Brasileira de Expansão Publicitária S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Hospital Regina Mater S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Banco Agrícola Mercantil S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Banco Nacional do Comércio S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Banco Industrial e Comercial do Sul S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Banco Rio-grandense de Expansão Econômica S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Banco Portoalegrense S.A. (Porto Alegre);
João Leite Filho	ACIONISTA. Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. (Porto Alegre);

Fonte: *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, diversas edições

Quadro 10 – Conselheiros Fiscais do BANRISUL durante o Governo Brizola e outras firmas

Conselheiros consultivos	Vínculo, firma e sede:
Luiz Siegmann	DIRETOR. Bronberg S.A. - Importadora, Comercial e Técnica (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Aços Finos Piratini S.A. (Porto Alegre). CONSELHO CONSULTIVO. AÇOSUL – Cia Anglo-Luso-Brasileira do Aço.
Odonne Marsiaj	ACIONISTA. Hospital Regina Mater S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Hospital Femina. (Porto Alegre); ACIONISTA. Aços Finos Piratini S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Banco Portoalegrense S.A. (Porto Alegre).
Ruben Berta	DIRETOR. VARIG – Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense (Porto Alegre)
Francisco Brochado da Rocha	CONSELHO FISCAL COMATA – Companhia de Mecanização e Assistência Técnica Agropecuária (Porto Alegre); ACIONISTA. Consórcio Riograndense de Investimentos SA. (Porto Alegre);

Diego Blanco	<p>PRESIDENTE. Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. DIRETOR. Consórcio Riograndense de Investimentos S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. INDUBRAS – Companhia de Indústrias Gerais, Obras e Terras (Porto Alegre); DIRETOR. Consórcio Financeiro Rio-Grandense S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. Industrial e Comercial Brasileira S.A. (Porto Alegre); DIRETOR. Imobiliária Olimpo S.A. (Porto Alegre); CONSELHO FISCAL. Ecisa S.A. Engenharia Sanitária - Comércio e Importação (Porto Alegre); ACIONISTA. COMATA – Companhia de Mecanização e Assistência Técnica Agropecuária (Porto Alegre); ACIONISTA. Hospital Regina Mater S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Aços Finos Piratini S.A. (Porto Alegre); ACIONISTA. Banco Agrícola Mercantil S.A. (Porto Alegre);</p>
---------------------	---

Fonte: *DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, diversas edições

Comparando a atuação dos indivíduos acima listados, com aqueles que atuaram no BANRISUL durante o Governo Meneghetti, a primeira observação que pode ser feita é sobre a redução numérica de firmas com que tinham ligação, seja como acionista, conselheiro ou diretor. Isso não é irrelevante, Brizola tendeu a colocar indivíduos bem menos vinculados à produção, indústria e comércio – as autoproclamadas classes conservadoras, como aparecem em muitos textos da época – e em seu lugar aumentou o número de indivíduos com grande atuação no meio político.

Dos quatro indicados pelo governo à Diretoria, Elmo Diaz foi assessor técnico de Brizola quando Prefeito, atuou na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e foi chefe da Casa Civil enquanto governador; Rubem Bento Alves, pelo PTB, foi vereador de Caxias do Sul, deputado estadual e Prefeito de Caxias do Sul, antes de assumir a Diretoria do Banco; Juracy de Assis Machado era dirigente do PRP, participando da distribuição de cargos acertados entre a Coligação Populista³² e; quanto a Alceu Pereira Marques, era bancário, mas não foi possível levantar outras informações.

Nota-se também algumas diferenças em relação às firmas em que esses sujeitos atuavam: no Governo Meneghetti, havia participação em grande número de firmas de comércio e importação, especialmente destinados ao mundo rural, além de seguradoras; já com o Governo Brizola, se nota que havia uma participação maior em metalúrgicas, transportes e, posteriormente, em empresas que foram criadas pelo Governo, como a Aços Finos Piratini S.A. e a Companhia Rio Grandense de Telecomunicações. É possível que essas escolhas tenham se

³² Quando o PRP rompeu com o Governo Brizola ao longo do ano de 1961, Juracy não seguiu a linha de seu Partido, permanecendo no cargo (CARDOSO, 2009, p. 259).

dado com o objetivo de facilitar a conexão e o trabalho entre diversos setores do Governo e os pontos de estrangulamento da economia rio-grandense de que falava em campanha.

Membros ligados à indústria e comércio foram representados, principalmente, por indivíduos com forte inserção no meio econômico rio-grandense, como Walter Werner Hack, João Ataliba Wolf e Diego Blanco. Com isso, a atuação do Governo Brizola, quanto ao preenchimento dos cargos do BANRISUL, em 31 de março de 1959, foi bastante alinhada às propostas de sua campanha.

Quanto as ações desses indivíduos, chama atenção que em 1958 – lembrando que esse foi o último ano possível de obter a lista de acionistas do BANRISUL – nenhum dos diretores eleitos durante o Governo Brizola possuíam qualquer ação, incluindo Walter Werner Hack, escolhido pelos acionistas particulares. E entre os suplentes da diretoria, apenas Leonorino Souza possuía, portando 498 ações.

Em 31 de março, foram eleitos suplentes da Diretoria, conselheiros fiscais e consultivos e respectivos suplentes. Com exceção de Oscar Carneiro da Fontoura, substituído por Werner Hunsche como suplente do Conselho Consultivo, todos os demais foram reconduzidos aos cargos. Os votos atribuídos a cada um ultrapassaram os 184.000 – e os 14.500 no caso daqueles escolhidos exclusivamente pelos acionistas particulares –, de um total de 185.518 votos, dos quais 169.371 eram do Estado do Rio Grande do Sul. Diferentemente da primeira Assembleia, esses números indicam que agora havia um grande alinhamento entre Governo e acionistas particulares presentes.

Além disso, Siegfried Emanuel Heuser, o qual, novamente, foi o representante do Estado do Rio Grande do Sul, manifestou louvor à Diretoria, pela forma como havia conduzido os trabalhos no último ano. Se estendendo mais um pouco, afirmou também:

Referência particular mercê do Governo do Estado a atuação do banco no exercício recém findo no tocante ao seu entrosamento na política econômica e financeira do Estado, justamente neste momento excepcional da vida do Rio Grande, sacudido de um impulso de progresso e realizações graças ao dinamismo e tino político do Eng^o Leonel Brizola, plecaro governador do Estado. **Nesta fase de projetos, empreendimentos e obras de consequências as mais auspiciosas para o futuro do nosso Estado, cumpre assinalar como vem agora o estabelecimento de maneira real e efetiva, desempenhando pela vez primeira seu papel de Banco oficial do Estado,** veículo adequado para este desdobrar, com firmeza e dentro das mais sadias normas, todo o setor financeiro dos objetivos e realizações em mira. Tudo, porém, sem o desvio sequer mínimo por parte do Banco da mais criteriosa e da melhor técnica de garantias e segurança para a instituição que tem sido e continua sendo padrão das melhores normas do comércio bancário, em posição de destaque no elenco dos estabelecimentos congêneres rio-grandenses tradicionais pelo alto critério que

adotam, conceito e apanágio que podem se orgulhar. (*DIÁRIO OFICIAL*, 19/05/1960, p. 12, grifo do autor).

Ao louvor feito por Heuser, o acionista e conselheiro fiscal, João Ataliba Wolf, afirmou que essas também representavam as palavras dos demais acionistas, o que foi registrado na ata como seguido de “aplausos unânimes dos presentes”. De forma bastante semelhante, com os mesmos resultados e muitos louvores, foi a Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 1961 (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1961, ed. 29, p. 8). Já sobre a última Assembleia Ordinária, durante o Governo Brizola, realizada em 1962, não foi possível obter sua ata.

4 O BANRISUL E SUA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS RIO-GRANDENSES

Ao longo do recorte temporal deste trabalho, o BANRISUL realizou diversas atividades e passou por algumas mudanças. A seguir, alguns elementos relevantes para o trabalho serão abordados.

4.1 REDE BANCÁRIA

Após sua fundação, o BANRISUL iniciou uma rápida expansão pelos principais municípios do Estado, com o objetivo de dar “execução ao programa de serem atendidas pelo Banco as zonas produtoras do Estado” (EXERCÍCIO de 1929, p. 6, 1930). Até o final de 1929, o Banco já possuía filiais em dezessete cidades do interior rio-grandense: Pelotas, Rio Grande, Bagé, Caxias do Sul, Uruguaiana, Itaqui, Alegrete, Cachoeira do Sul, São Borja, Cruz Alta, São Gabriel, Santiago, Tupanciretã, Sant’Ana do Livramento, Júlio de Castilhos, Santa Maria, Passo Fundo e Estrela. No ano seguinte foram inauguradas as filiais de Santa Cruz do Sul, Alfredo Chaves, Bento Gonçalves, Montenegro, Novo Hamburgo e Piratini, além de serem nomeados correspondentes em dezenas de outros municípios. Ao longo das décadas seguintes, o Banco foi, aos poucos, instalando novas agências e escritórios pelo interior do Estado.

Em 1955, o Banco fechou o ano totalizando oitenta e nove casas em funcionamento, incluindo a agência central e outras duas agências em Porto Alegre, trinta e oito agências e quarenta e sete escritórios no interior do Rio Grande do Sul, além de uma agência no Rio de Janeiro, fundada em 1953 (EXERCÍCIO de 1955, p. 24, 1956). Nesse mesmo ano foram solicitadas mais cinco agências em Porto Alegre, duas agências no Rio de Janeiro e um escritório em Nova Palma, no Rio Grande do Sul, dos quais, apenas uma das agências de Porto Alegre e outra do Rio de Janeiro não foram criadas no próximo exercício. O alto número de agências solicitadas, em grandes centros comerciais e industriais, demonstra o interesse da Direção em ampliar o volume de seus negócios em tais áreas. No final do Exercício de 1956, o número de agências em Porto Alegre chegou a sete – contando a matriz e as seis agências –, duas no Rio de Janeiro e quarenta e sete no interior do Rio Grande do Sul, além de quarenta escritórios pelo estado, totalizando noventa e seis casas (EXERCÍCIO de 1956, p. 18, 1957).

No Exercício de 1957, o número de agências e escritórios no interior permaneceu inalterado, com quarenta e sete e quarenta, respectivamente. Entretanto, a expansão pelos grandes centros comerciais continuou: em Porto Alegre, o número de agências subiu para onze, no Rio de Janeiro foi mantido o número de duas agências, enquanto em São Paulo foi fundada uma nova agência. Com isso, número total de casas ultrapassou uma centena, chegando a cento e uma (EXERCÍCIO de 1957, p. 10, 1958). No mesmo sentido, mas em ritmo menor, foi o exercício de 1958, registrando a promoção de um escritório no interior para agência e a criação de mais duas agências em Porto Alegre, chegando a treze agências em Porto Alegre e centro e três casas no total (EXERCÍCIO de 1958, p. 13-14, 1959).

No Exercício de 1959, o primeiro sob o Governo de Leonel Brizola (PTB), com uma Diretoria completamente modificada, a tendência observada acima foi mantida. Nesse Exercício, foram inauguradas dez agências, o máximo permitido pelas instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). As novas agências foram assim dispostas: quatro em Porto Alegre, uma em Canoas, uma em Esteio, uma em Caxias do Sul, duas em Pelotas e uma em São Paulo. Fica claro a preferência por grandes centros comerciais e industriais. Sobre isso, a Diretoria informava que,

visando o desafogo do intenso movimento de certas agências e a dinamização dos nossos trabalhos na Capital e nos centros maiores do Estado, decidimos dar continuidade ao sistema de agências urbanas, que tem provado a sua grande utilidade no descongestionamento dos serviços e leva maior comodidade à clientela.
[...] Essas agências têm por finalidade atender zonas de densa população e intenso movimento comercial e industrial, em suas respectivas localizações. No curto período de sua existência mostraram já o acerto de tais instalações, animando-nos, pois, a prosseguir no programa traçado. (EXERCÍCIO de 1959, p. 50-51, 1960).

O trecho acima deixa clara qual é a tendência econômica que foi adotada pelo Banco, com a Diretoria indicada pelo governo de Leonel Brizola. O que chama a atenção é que, no que diz respeito a expansão da rede bancária, os resultados dessa tendência foram uma continuação daqueles obtidos durante o Governo de Ildo Meneghetti, com a diferença de que os relatórios, publicados durante esse Governo, jamais explicitaram tal tendência, muito menos a definiram como uma meta.

O número de agências em grandes centros econômicos – incluindo Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo –, durante o governo de Meneghetti, quadruplicou, saindo de quatro, em 1955, para dezesseis, no final de 1958. Enquanto isso, a rede espalhada pelo interior do Rio Grande do Sul passou de oitenta e cinco casas, em 1955, das quais trinta e oito eram agências e quarenta e sete eram escritórios, para apenas oitenta e sete casas, no final do Exercício de

1958, das quais quarenta e oito eram agências e trinta e nove eram escritórios. Esses números também demonstram a participação do BANRISUL em um movimento mais amplo de concentração bancária, o que, por vezes, foi encarado como um problema e combatido pelas autoridades monetárias da SUMOC.

Por outro lado, a partir de 1960, o Banco demonstrou mais interesse em expandir sua rede de agências pelo interior do estado, especialmente para os vários municípios que foram criados entre 1954 e 1959, e para outras unidades federativas. Nesse ano foram autorizadas a criação de seis novas agências: uma em Brasília, uma em Porto Alegre, uma em Frederico Westphalen, uma em Ibirubá, uma em Santo Cristo e uma em Tenente Portela – dos quatro últimos, dois criados em 1954 e os demais em 1955 (EXERCÍCIO de 1960, p. 47, 1961). Nos dois anos seguintes, o objetivo permaneceu, sendo instaladas novas agências em municípios rio-grandenses recém-criados e com a obtenção de autorização para ampliar o número de agências nos estados da Guanabara e São Paulo, além de expandir a rede para os estados de Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais (EXERCÍCIOS de 1961 e 1962).

A preocupação em estar presente nos grandes centros fez parte dos objetivos do Banco, durante todo o período analisado, com a diferença de que, durante o Governo Meneghetti, essa se deteve mais aos grandes centros rio-grandenses, enquanto que, durante o Governo Brizola, a prioridade da expansão foi para fora do estado, embora buscando contemplar os municípios rio-grandenses recém-criados, buscando diminuir a distância espacial entre as agências do interior – questão que de fato se distingue em relação à diretoria anterior.

Quanto ao movimento de expansão para os grandes centros, essa não foi uma tendência única do BANRISUL. Darcy Garcia demonstra isso, através de diversos bancos sediados no Rio Grande do Sul: O AGRIMER, somente em São Paulo instalou três agências, entre 1961 e 1963, chegou a sua segunda agência, em Belo Horizonte, e quarta, no Rio de Janeiro, além de se fazer presente no Distrito Federal e em cidades do Nordeste; o Banco da Província, fundado em 1858, assumiu o controle acionário do Banco de Curitiba S.A, com dezessete filiais no Paraná, em 1960, e chegou a sua décima agência em São Paulo, em 1962, sendo que, no mesmo ano, adquiriu o controle acionário do Banco Magalhães Franco S.A, sediado em Recife; o Banco Industrial e Comercial³³, em 1963, chegou a três agências no Rio de Janeiro e uma em São Paulo, enquanto, no ano seguinte, instalou duas agências, no interior de Santa Catarina; o Banco do Comércio, em 1959, possuía uma agência no Rio de Janeiro e uma em São Paulo,

³³ Até 1942 chamado Banco Pfeiffer S.A, substituto, a partir de 1929, do nome inicial Casa Bancária Jorge Pfeiffer.

mas era o Banco com maior projeção dos demais estados do Sul, com vinte agências em Santa Catarina e onze no Paraná. Ao lado do BANRISUL, esses bancos eram os cinco maiores sediados no Rio Grande do Sul, no final dos anos 1950 e início da década de 1960 em questão de patrimônio líquido, aplicações e depósitos e, com exceção do Banco Industrial e Comercial, todos possuíam mais de cem agências e escritórios em suas redes (GARCIA, 1990, p. 47-66).

4.2 O CAPITAL

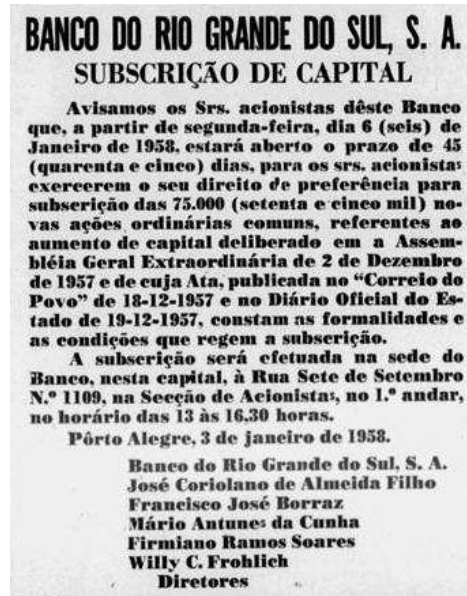
Na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de agosto de 1956, durante o Governo Meneghetti, foi aprovado o aumento do capital social do Banco, de Cr\$ 75.000.000,00, para Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), elevando também o valor nominal de cada ação, de Cr\$ 750,00, para Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1956, ed. 144, p. 12).

A justificativa oficial da Diretoria foi de que o imposto de renda tributaria em 30% os lucros em suspensos e qualquer valor adicionado ao fundo de reserva que fosse excedente ao valor do capital. O Conselho Fiscal deu parecer favorável para a mudança, alegando ser “inteiramente favorável aos interesses societários e em inteira harmonia com as prescrições legais” (*Ibid.*). Com isso, percebe-se uma estratégia adotada pela Direção do Banco, a fim de manter recursos na Instituição, em detrimento do recolhimento fiscal; mais, é importante destacar que o aumento do valor mínimo da ação, de 33%, foi de grande vantagem, especialmente para os acionistas particulares, uma vez que os Cr\$ 25 milhões de cruzeiros adicionais partiram da rubrica “Lucros Diferidos” em direção à conta “Capital”.

Em 02 de dezembro de 1957, outra Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para votar nova elevação do capital social. Dessa vez, o aumento dobrou o capital para Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) e criou cem mil novas ações, totalizando agora 200.000 (duzentas mil) ações que formariam o capital social do Banco. O plano proposto pela Diretoria, e aceito por Ildo Meneghetti e Leovigildo Paiva, Secretário da Fazenda que assumiu após a saída de Alcides Flores Soares Junior, consistia na incorporação de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) provenientes das reservas do Banco e os outros Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros) por meio da emissão de novas ações que deveriam ser subscritas posteriormente (*EXERCÍCIO* de 1957, p. 8, 1958).

As chamadas de capital priorizavam os acionistas, dando-os a preferência para adquirir as novas ações criadas, com prazo de quarenta e cinco dias, conforme os anúncios publicados nos jornais (Figura 4). Somente ao final desse período, caso o número de ações disponibilizado não fosse subscrito, seriam liberadas para qualquer pessoa adquirir.

Figura 4 – Anúncio publicado na imprensa informando sobre o aumento de capital



Fonte: *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1958, ed. 267, p.12

O Estado do Rio Grande do Sul, como acionista, também possuía a preferência para aquisição de novas ações na proporção das que possuía. No entanto, Ildo Meneghetti solicitou à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul autorização para renunciar ao direito de preferência sobre novas ações, alegando ser inviável levantar o capital necessário de Cr\$ 65.514.500,00. Os parlamentares desautorizaram o Governo que precisou encontrar formas de negociar o capital necessário para subscrever as novas ações (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1958, ed. 16, p. 12). Em 19 de fevereiro de 1958, próximo ao final do prazo de preferência, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, a fim de votar a proposta do Estado do Rio Grande do Sul de ampliação do prazo por mais três meses. Na Assembleia, poucos acionistas compareceram, totalizando apenas 85.523 ações e, independente disso, a proposta foi aprovada, sendo fixado para 21 de maio de 1958 o novo prazo.

Os Cr\$ 25.000.000,00, provenientes das reservas do Banco, se transformaram em 25.000 novas ações, agora distribuídas entre os acionistas na proporção de uma para quatro

ações possuídas (*DIÁRIO OFICIAL*, p. 24, 18/12/1957). Ou seja, todos os acionistas ganharam novas ações na mesma proporção em que já possuíam.

Tanto o aumento de capital, aprovado em 06 de agosto de 1956, quanto o aprovado em 02 de dezembro de 1957, ao incorporar parte das reservas do Banco, foram muito vantajosos, especialmente para os acionistas particulares: as ações foram valorizadas, além de novas ações terem sido ganhas. O Estado do Rio Grande do Sul também se beneficiou com tais práticas, no entanto, como não vendia suas ações, o retorno se dava apenas em um possível aumento dos dividendos a serem recebidos.

Em 25 de agosto de 1960 foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, com o objetivo de elevar o capital novamente. A Diretoria, com o parecer do Conselho Fiscal, justificou da seguinte maneira:

No interesse de impulsionar cada vez mais o ritmo crescente de desenvolvimento do Banco do Rio Grande do Sul S. A. bem como visando definir a sua posição de estabelecimento bancário oficial do Estado. [...] Momento esse que se tornar inadiável não só em decorrência do vulto atingido por nossas reservas, como ainda para fazer face às exigências da época atual de expansão de negócios com grande movimentação de recursos. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1960, ed. 168, p. 6).

Assim justificada a proposta apresentada pela Diretoria, ela consistia na elevação do capital social de Cr\$ 200.000.000,00 para Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros).

A elevação do capital, semelhante àquela efetuada em 1957, se daria pela transferência da quantia de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) oriunda das reservas disponíveis tributadas para a conta de capital, resultando na emissão de novas 100.000 ações, com valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros). Essas cem mil novas ações seriam distribuídas entre os acionistas na proporção de uma para cada duas ações possuídas, ou seja, todos os acionistas teriam o volume de suas ações elevado em 50%. Já o restante da elevação de capital se daria pela criação de novas 200.000 ações, de igual valor, a serem subscritas – com preferência para os detentores das ações já existentes, na proporção de uma por uma em relação ao que possuíam. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos cinquenta e três acionistas presentes, responsáveis por 178.574 (*Ibid.*).

Também na mesma Assembleia foi aprovado a alteração do nome social da Instituição, passando a ser Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BERGS), um movimento que teve por objetivo estreitar o vínculo entre o Banco e o seu maior acionista, o Estado do Rio Grande do

Sul. A proposta foi igualmente aprovada por unanimidade e com isso o Banco finalmente perdeu a alcunha “Crédito Rural e Hipotecário”.

Na terceira parte da Assembleia, foi votada a proposta da Diretoria de criar os abonos escolares e o abono familiar, um benefício próprio para o financiamento da casa própria dos funcionários do Banco e estipular que, pelo menos, um dos cargos de Diretoria, junto ao respectivo suplente, deveria ser ocupado exclusivamente por alguém que pertencesse ao funcionalismo do BANRISUL – medida justificada como algo que, na prática, já vinha ocorrendo no Banco, mas que não estava expresso no estatuto. Segundo a Diretoria, esses benefícios eram necessários aos funcionários e haviam sido elaborados a partir de "estudos econômico-administrativos mandados proceder pela Diretoria”, contando “com beneplácito do Governo do Estado”. A efetivação dessa medida se daria partir da criação de dois fundos especiais, com recursos de no máximo 3%, provindos dos lucros da Instituição. Essa foi uma forma criada para compartilhar parcela dos rendimentos da Instituição com seus funcionários, apresentado como ato de “justiça social cristã”³⁴. A criação dos fundos foi aprovada por unanimidade, no entanto, no que diz respeito ao preenchimento de uma vaga de diretor por um funcionário gerou contrapropostas.

Passados pouco mais de um ano, em 21 de outubro de 1961, ocorreu uma nova Assembleia Extraordinária. Nesse encontro, trinta e nove acionistas, representando um total de 444.949 ações, reuniram-se para deliberar outro aumento de capital, dessa vez para Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros). A proposta foi de novamente utilizar o valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), oriundo das reservas para emitir 100.000 novas ações com valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), que seriam distribuídas entre os acionistas na proporção de uma para cada cinco ações possuídas. Além disso, outras quatrocentas mil novas ações seriam emitidas, de valor igual às anteriores, com preferência de subscrição para os acionistas, igualmente na proporção que já possuíam.

Com a aprovação, o BANRISUL passou a ocupar a quarta posição dentre os bancos brasileiros quanto ao capital, atrás apenas do Banco do Brasil, do BANESPA e do Banco da Lavoura de Minas Gerais (GARCIA, 1990, p. 59). Quanto a justificativa apresentada pela Diretoria, desta vez não foi mencionada a necessidade de elevar o capital como estratégia em relação ao imposto de renda:

³⁴ No ofício, enviado ao governador Brizola e lido na Assembleia, que informava sobre o estudo e os planos da Diretoria quanto aos benefícios pretendidos e outras reformas favoráveis aos funcionários do Banco, havia a assinatura de todos os diretores, exceto Walter Werner Hack (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1960, ed. 168, p. 6).

A expansão que se regista em todos os setores de atividade do nosso banco é deveras notável. Em índices os mais expressivos, esse desenvolvimento se vem acentuando mês após mês e, em cada balanço, o aumento das cifras demonstra, em manifestação certa, que o Banco do Estado alcançou situação excepcional no crescimento de seus negócios e colocou-se em posição de destaque no elenco dos grandes estabelecimentos bancários do país. Todavia, esse desenvolvimento, para poder permanecer nesse crescendo tão desvarecedor para aqueles que labutam no Banco do Estado, está a reclamar o alargamento de nossas possibilidades, para o que, ao lado do contingente dos nossos depósitos, se faz indispensável, a elevação de nosso capital social, cujo quantum precisa, no mínimo, ser duplicado. [...] que nos colocaria na posição que nos corresponde entre os grandes estabelecimentos de crédito nacionais e que permitiria não sofresse o ritmo de nossa expansão qualquer solução de continuidade. [...] possível se tornaria perseverar no desdobramento de nossas atividades para cobrir com a substancial ajuda do crédito não só outras áreas de produção como intensificar nosso auxílio financeiro aos inúmeros setores em que se distribui a economia do Rio Grande, vivamente impulsionada pelo dinâmico programa de Governo em que está empenhado o Exmo Sr. Governador Leonel Brizola. Como órgão auxiliar da política financeira da Administração Estadual importante papel que decorre da nossa posição de Banco Oficial, precisamos estar aparelhados, com recursos sólidos, para em expandindo nossa já vasta rede, com a instalação de novas dependências, principalmente em localidades ainda não atendidas por nós ou não servidas por bancos, assumir, cada vez mais, posição de influência no desenvolvimento da economia do nosso Estado. (*DIÁRIO OFICIAL*, 25/10/1961, P. 11-12).

A justificativa apresentada ressaltava aquilo que vinha sendo empregado em outros discursos durante o Governo Brizola: o BANRISUL era um Banco Oficial, e como tal, instrumento da política financeira estadual, em favor de seus projetos. Para tal, como se vê, consideravam necessário aportar novos recursos, permitindo expandir as já crescentes atividades do Banco e a participação no processo de desenvolvimento do estado, planejado pelo Governo. Após aprovação por unanimidade, na ata ainda foi registrado que, por proposta de Luiz Siegmann, “foi saudada uma vibrante salva de palmas”³⁵ (*Ibid.*).

A prática de aumento de capitais, através da incorporação das reservas da Instituição e posterior distribuição entre os acionistas, não era exclusiva do Banco e seguia a legislação em vigor³⁶. Todavia, o aumento das reservas, que permitia tal prática, originava-se dos lucros líquidos do Banco. O aumento da lucratividade, portanto, permitia o aumento das reservas que originavam novas ações aos já acionistas. A título de ilustração, João Leite Filho, maior

³⁵ Nessa mesma Assembleia ainda foi aprovado, por unanimidade, a criação de uma verba de representação, paga mensalmente a cada um dos diretores para além de seus vencimentos, no valor de Cr\$30.000,00. A proposta se originou de um grupo de acionistas, composto pelos conselheiros fiscais, João Leite Filho e João Ataliba Wolf, pelos conselheiros consultivos, Odonne Marsiaj e Luiz Siegmann, e por Osmar José Martins, Oswaldo Guthel e José Bertaso, pai do suplente do conselho consultivo, José Bertaso Filho. Como em outros momentos, se vê que o aumento dos valores a serem recebidos pelos diretores derivava de propostas apresentadas por muitos indivíduos que integravam os conselhos do Banco.

³⁶ O Artigo 113, da Lei Nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, sobre as sociedades por ações, previa que “o aumento de capital pela incorporação de reservas facultativas ou de fundos disponíveis da sociedade, ou pela valorização ou por outra avaliação do seu ativo móvel ou imóvel, determinará a distribuição das ações novas, correspondentes ao aumento, entre os acionistas, em proporção do número de ações que possuírem.”

acionista particular do BANRISUL, em 31 de dezembro de 1958, com 1.500 ações e membro do Conselho Fiscal, durante o Governo Brizola, caso não tivesse vendido ou comprado nenhuma nova ação, somente através do aumento de capital, oriundo das reservas, teria chegado ao montante de 2.700 ações, em 1961.

Para finalizar, cabe registrar que no final de 1962, já se falava em uma nova proposta de aumento de capital, dessa vez para Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1962, ed. 185, p. 8). Nesse sentido, o BANRISUL vivenciou um crescimento até então nunca visto pela Instituição, especialmente durante o Governo Brizola, representando altos lucros para seus acionistas. Isso, por si só, é um elemento explicativo do crescente alinhamento entre os acionistas e o Governo do Rio Grande do Sul, quanto aos assuntos do BANRISUL.

4.3 DEPÓSITOS E APLICAÇÕES

Diante da impossibilidade de se consultar informações mais detalhadas, os balanços contábeis do BANRISUL são as principais fontes que permitem acompanhar o crescimento da Instituição e o volume de seus negócios, ao longo do tempo.

Como visto em outras partes deste trabalho, os aumentos de capital foram importantes na ampliação dos investimentos do Banco, no entanto, outra fonte de novos investimentos se dava através dos depósitos obtidos junto à população, objeto de grande concorrência entre todos os estabelecimentos bancários. A Tabela 11 demonstra a evolução da captação de depósitos pelo BANRISUL, durante o recorte desta pesquisa.

Tabela 11: Evolução dos depósitos do BANRISUL

Ano	Depósitos (em Cr\$)	Comparação com 31 de dezembro de 1954 (100%)
1954	1.300.527.580,00	100%
1955	1.115.891.959,80	85,8%
1956	1.828.375.891,90	140,6%
1957	2.255.435.669,90	173,4%
1958	2.490.296.654,40	191,5%
1959	3.483.240.750,80	267,8%
1960	4.998.596.286,70	384,4%
1961	9.896.208.759,10	760,9%

1962	16.719.771.052,00	1.285,6%
------	-------------------	----------

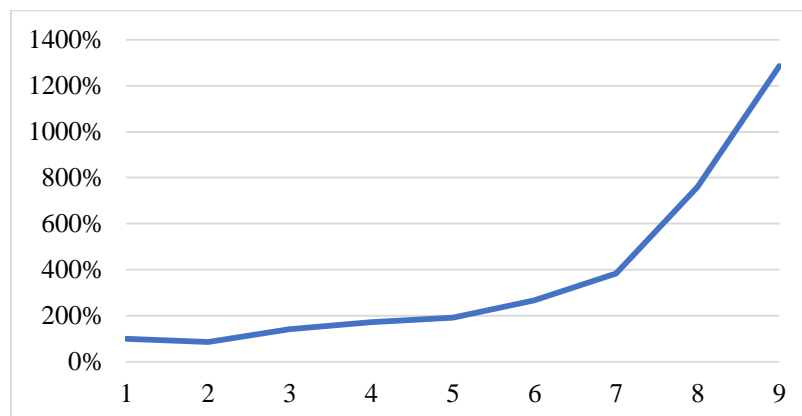
Fonte: Balanços do BANRISUL, em 31 de dezembro, diversos anos.

Percebe-se que, com exceção do Exercício de 1955, o primeiro durante o Governo Meneghetti, o Banco trilhou um caminho de elevação na captação de depósitos. Durante 1956, o BANRISUL realizou uma forte campanha para a captação de novos recursos. Em um dos momentos, Ernesto Chiesa, gerente da agência de Caxias do Sul, falou no Centro da Indústria Fabril do Município sobre a necessidade de incentivar a poupança entre os trabalhadores:

Eis o apelo que vos é dirigido, senhores industriais, de construídes para educar os que vos estão subordinados, no sentido de moderarem as suas paixões, e um dos meios para consegui-lo, será o de despertar-lhes o gosto pela poupança, do que dependerá a felicidade dos mesmos e a vossa segurança. (*O PIONEIRO*, 1956, ed. 52, p. 5).

No ano seguinte, 1957, a administração do BANRISUL – representada, na ocasião, pelo gerente local, Ernesto Chiesa, e pelos diretores, Mario Antunes da Cunha, Francisco José Borraz e José Coriolano de Almeida Filho – já era parabenizada pelo presidente da Associação Comercial de Caxias devido aos resultados que havia apresentado quanto à captação de depósitos bancários (*O PIONEIRO*, 1957, ed. 36, p. 7). No entanto, como se pode observar melhor no Gráfico 1, o crescimento no volume de depósitos alcançou um crescimento anual muito maior, durante o Governo Brizola.

Gráfico 1: Crescimento dos depósitos do BANRISUL a partir de 1954



Fonte: Balanços do BANRISUL, em 31 de dezembro, diversos anos.

Darcy Garcia faz uma comparação dos depósitos dos bancos sediados no Rio Grande do Sul, entre o período de 1959 e 1964 (Figura 7). Nos dados compilados pelo autor, é possível

constatar que o crescimento, acima observado, levou o BANRISUL, quanto aos depósitos, para a primeira posição em 1961.

Tabela 12 – Depósitos totais dos cinco maiores bancos com sede no Rio Grande do Sul (em US\$ Mil).

Bancos	1959	1960	1961	1962
Província	85.906	80.840	83.988	94.240
Banrisul	55.573	58.386	84.040	95.910
Banmércio	53.795	57.697	66.127	67.076
Sulbanco	37.129	37.521	45.473	56.275
Agrimer	31.495	29.997	37.392	45.669

Fonte: Adaptado de GARCIA, 1990, p. 344

Dentre os cinco maiores bancos, todos apresentaram crescimento no volume de seus depósitos, entre 1959 e 1962 – com exceção do Banco da Província, que apresentou uma queda, em 1960. No entanto, como se pode observar, o crescimento do volume de depósitos do BANRISUL foi o mais expressivo durante o período. A obtenção de novos depósitos permitia ampliar o volume de aplicações, das quais o desconto de títulos, como duplicatas, promissórias e letras de câmbio, representavam a principal aplicação. Facilitando as transações econômicas, esses títulos eram utilizados especialmente pela indústria e pelo comércio. Na Tabela 13, é possível acompanhar o crescimento das aplicações do BANRISUL, nos anos deste trabalho.

Tabela 13 – Principais aplicações do BANRISUL (em Cr\$)

Ano	Empréstimos em Conta Corrente	Empréstimos Hipotecários	Títulos Descontados	Total de Aplicações
1955	530.721.960,40	5.318.759,30	981.085.642,70	1.517.126.362,40
1956	475.044.459,80	5.491.459,00	1.509.117.842,00	1.989.653.760,80
1957	445.108.330,60	7.892.639,10	1.956.814.319,50	2.409.815.289,20
1958	513.642.489,40	15.198.659,50	2.117.036.287,40	2.645.877.436,30
1959	639.332.909,20	24.793.881,30	2.966.511.537,30	3.630.638.327,80
1960	865.551.775,10	20.346.498,60	4.596.608.920,00	5.482.507.193,70
1961	1.339.365.815,70	13.980.122,40	8.163.347.220,80	9.516.693.158,90
1962	2.909.797.434,90	110.295.156,30	13.039.805.264,00	16.059.897.855,20

Fonte: Balanços do BANRISUL, em 31 de dezembro, diversos anos.

A partir da Tabela 13, é possível fazer algumas considerações. A primeira é de que os empréstimos hipotecários, a grande aspiração dos produtores rurais rio-grandenses em 1928,

continuava sendo extremamente pouco expressivo, diante das demais aplicações do Banco, não alcançando 1% das aplicações totais, durante a maior parte do tempo, e não superando isso em nenhum momento. Apesar disso, durante os anos de Governo Meneghetti, é possível ver os empréstimos hipotecários apresentaram um bom crescimento: em 1958, o valor foi quase triplicado, em relação a 1955. Em 1959, primeiro do Governo Brizola, houve um novo crescimento, mas nos dois anos seguintes, ocorreu uma queda de mais de 40%. Por outro lado, em 1962, esse valor foi elevado em quase 800%.

Os empréstimos em conta corrente também apresentaram oscilações, com queda durante todo o Governo Meneghetti e crescimento durante o Governo Brizola. A queda verificada durante o Governo Meneghetti pode ser explicada através das prioridades de seu Governo: de um lado; havia sido firmado o compromisso em Campanha com os produtores rurais de fazer com que o BANRISUL retornasse aos seus princípios; por outro lado, isso esbarrava no interesse daqueles que eram acionistas, interessados em um Banco que fosse o mais lucrativo possível, e daqueles que descontavam títulos. Dadas as complexidades econômicas, é certo que um mesmo indivíduo poderia se beneficiar de qualquer uma dessas práticas, no entanto isso dependia dos tipos de atividades desempenhadas. No entanto, o fato é que, quem se interessava em crédito hipotecário, notou um sensível crescimento nessa cifra, durante o Governo Meneghetti. Esse aumento, observado em grande medida, pode ser atribuído à diminuição dos empréstimos em conta corrente.

O desconto de títulos foi o que mais aumentou durante todo o período, não apresentando oscilações quanto aos valores absolutos, como se pode observar na tabela acima. No entanto, apresentaram algumas oscilações quanto aos valores relativos. Em 1955, eles eram 65% das aplicações totais, enquanto que em 1961, chegaram a ser 86% delas e, em 1962, foram reduzidos a 81%.

Em relação às aplicações totais, Garcia também apresenta um comparativo que permite identificar o tamanho do crescimento do BANRISUL, durante o período analisado (Tabela 14). Nele é possível perceber que em 1961 o BANRISUL assumiu a primeira colocação, de onde saiu em 1963 para retornar em 1964.

Tabela 14 - Operações de crédito dos bancos com sede no Rio Grande do Sul (em US\$ Mil).

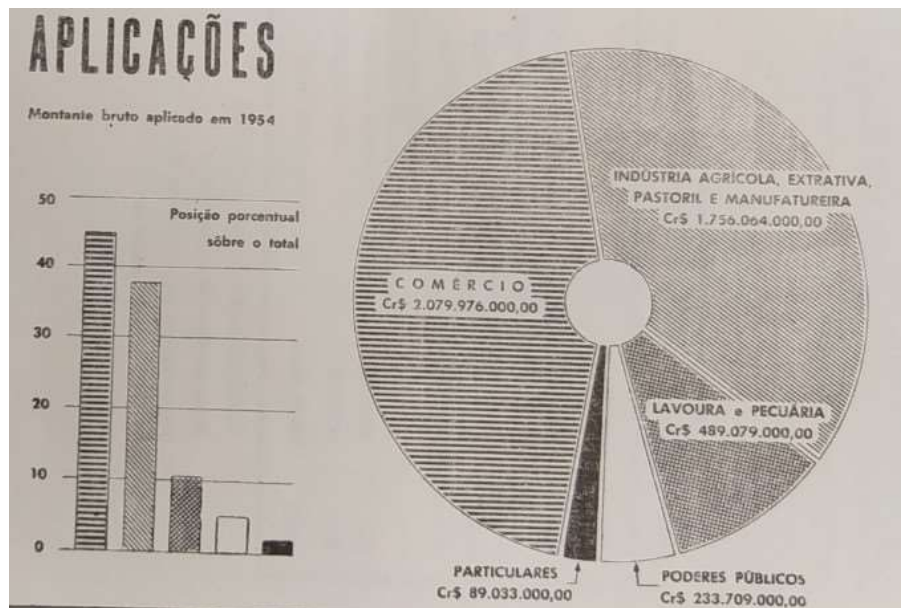
Bancos	1959	1960	1961	1962
Província	87.406	79.373	82.921	87.858
Banrisul	58.859	64.883	90.944	93.673
Banmércio	45.797	49.831	51.816	47.357
Sulbanco	37.183	39.694	42.061	45.318
Agrimer	33.751	31.048	32.648	15.060

Fonte: Adaptado de Garcia, 1990, p. 343.

Quanto ao ramo de atividade econômica destino dessas aplicações, esses dados foram oferecidos pelos próprios relatórios do BANRISUL. Ou seja, as divisões entre indústria, comércio, atividades rurais e outras, aqui apresentadas, são baseadas na distinção que a própria Diretoria realizava, sem ser possível problematizar e questionar esse tipo de informação.

Apesar disso, algumas observações importantes podem ser feitas. Até o relatório de 1954 (Figura 5) foi apresentada uma divisão entre cinco destinos para as aplicações do Banco: comércio, indústria (agrícola, extrativa, pastoril e manufatureira), lavoura e pecuária, poderes públicos e particulares. Nesse Exercício, o comércio representou mais de 40% das aplicações, as indústrias quase chegaram aos 40%, a lavoura e a pecuária pouco passaram dos 10% e o restante foi destinado aos poderes públicos e aos particulares.

Figura 5: Aplicações do BANRISUL em 1954



Fonte: EXERCÍCIO em 1954, p. 21, 1955.

No entanto, no ano seguinte, apesar da permanência de todos os diretores, houve uma mudança na forma de apresentar esses dados. Lavoura e pecuária foram contabilizados junto às indústrias, somando 49,67% das aplicações. Com isso, ultrapassou o comércio como destino da maior parte dos recursos, destino de 45,44% das aplicações. Sobre isso, a diretoria afirmou que

atestam os números acima o nosso empenho em atender a produtividade, disciplinando as concessões de crédito com o objetivo de condicioná-las a uma hierarquização que vá ao encontro dos interesses da economia do Estado e do País. (EXERCÍCIO de 1956, p. 19, 1957).

A diretoria passou a demonstrar uma maior preocupação com o destino das aplicações efetuadas pelo Banco, buscando afirmar que setores ligados à produção tinham prioridade junto ao Banco. De fato isso pode ser observado na Tabela 15 a seguir, em que é possível acompanhar a evolução do valor bruto das aplicações do BANRISUL durante o recorte do trabalho e a disposição dessas aplicações entre os diferentes setores.

Tabela 15 – Destino das principais aplicações do BANRISUL

Ano	Movimento Bruto Registrado	Comércio	Indústrias	Lavoura e pecuária	Poderes públicos	Particulares
1955	Cr\$ 4.550.330.000,00	45,44%	49,67%	N/I ³⁷	2,63%	2,26%
1956	Cr\$ 6.172.625.000,00	44,58%	51,26%	N/I	2,03%	2,13%
1957	Cr\$ 7.389.624.000,00	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
1958	Cr\$ 8.866.008.000,00	41,34%	43,16%	10,23%	1,90%	3,37%
1959	Cr\$ 11.078.673.000,00	41,23%	42,04%	10,36%	2,34%	4,03%
1960	Cr\$ 16.522.089.000,00	38,41%	42,10%	11,91%	2,74%	4,84%
1961	Cr\$ 23.538.900.000,00	35,67%	44,28%	12,66%	3,16%	4,23%
1962	Cr\$ 42.889.487.000,00	33,26%	43,81%	14,72%	3,16%	5,05%

Fonte: Balanços do BANRISUL, em 31 de dezembro, diversos anos.

Quanto ao comércio como destino, é possível observar que existiu uma tendência de diminuição nos valores relativos, saindo de 45,44% em 1955 para 33,26% em 1962. Apesar disso ser observado durante todo o período, essa tendência foi acelerada durante os quatro anos do governo Brizola. Em relação as indústrias, se percebe que houve um claro crescimento, especialmente a partir do terceiro ano do governo Meneghetti, sendo seguido de oscilações nos anos subsequentes.

Os poderes públicos apresentaram uma oscilação pouco expressiva. No entanto é possível observar uma tendência decrescente durante o governo Meneghetti e crescente durante o governo Brizola. Já os particulares, com exceção do segundo ano do governo Meneghetti, apresentou crescimento durante os demais anos.

³⁷ Os valores destinados à lavoura e à pecuária foram contabilizados junto aqueles destinados às indústrias durante os anos de 1955 e 1956

Por fim, é importante destacar a lavoura e a pecuária como destino das aplicações, já que essa foi a grande proposta de Meneghetti durante o pleito de 1954. Como não são apresentados números para esse destino nos três primeiros exercícios do governo Meneghetti, se faz necessário tomar como base o gráfico apresentado em 1954, último exercício do Governo de Ernesto Dornelles. Nele é possível verificar que à lavoura e à pecuária foram destinados o valor de Cr\$ 489.079.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, setenta e nove mil cruzeiros), que correspondia à 10,52% do valor bruto aplicado, de Cr\$ 4.647.861.000,00 (quatro bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e um mil cruzeiros).

Usando esse valor como base, é possível perceber que houve, inclusive, uma pequena diminuição no valor destinado à produção rural durante o governo Meneghetti, que fechou 1958 com uma aplicação de 10,23%. Disso decorre que, apesar do aumento dos empréstimos hipotecários durante o governo Meneghetti, houve uma diminuição dos recursos aplicados no setor rural, em plena discordância com o defendido em campanha. Por outro lado, durante o governo Brizola, o Banco fechou 1962 com um grande crescimento nos empréstimos hipotecários e um acréscimo significativo de aplicações gerais destinadas à produção rural, fechando em 14,72% do valor total.

No geral, além de tendências e oscilações, o que se observou neste subcapítulo foi um grande crescimento das aplicações e movimentações do BANRISUL durante o período analisado. Isso por sua vez, impactava diretamente nos lucros obtidos e nos dividendos distribuídos semestralmente aos acionistas, conforme a Tabela 16.

Tabela 16 – Distribuição de dividendos do BANRISUL

Nº do dividendo, ano e semestre	Valores distribuídos (em Cr\$)
54, 1955.1	4.500.000,00
55, 1955.2	4.500.000,00
56, 1956.1	4.500.000,00
57, 1956.2	4.500.000,00
58, 1957.1	6.000.000,00
59, 1957.2	6.000.000,00
60, 1958.1	6.000.000,00
61, 1958.2	7.500.000,00
62, 1959.1	9.850.645,50
63, 1959.2	9.971.829,90
64, 1960.1	11.985.731,00
65, 1960.2	18.310.142,30

66, 1961.1	29.759.162,40
67, 1961.2	30.392.854,70
68, 1962.1	59.731.013,00
69, 1962.2	59.989.017,20

Fonte: Balanços do BANRISUL

Como se observa, o BANRISUL apresentou um enorme crescimento de suas operações, gerando enormes lucros distribuídos aos seus acionistas na forma de dividendos semestrais com valor próximo de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) por ação possuída. Contudo, a inflação registrada no Brasil, durante o recorte deste trabalho, com mínima de 7% ao ano, em 1957, e máxima de 51,6% ao ano, em 1962 (MUNHOZ, 1997, p. 61), certamente impedia a elevação de ganhos reais através dos dividendos.

4.4 O BANRISUL E AS ATIVIDADES RURAIS

Como já mencionado, a produção rio-grandense sempre foi voltada, majoritariamente, para o abastecimento do mercado interno brasileiro, destino de elevada participação daquilo que saía do Estado. A Tabela 17, utilizando o ano de 1955 como exemplo, ilustra bem quais eram os principais produtos que saíram do Estado.

Tabela 17 – Principais produtos comercializados e exportados pelo Rio Grande do Sul em 1955

Produtos	Toneladas	Cr\$ 1000
Arroz	328.723	2.725.676
Lã	26.889	1.956.174
Banha	48.494	1.634.511
Charque	37.160	1.177.012
Carnes	45.626	1.049.777
Madeiras	296.806	976.274
Fumos	41.975	822.167
Vinho	67.375	693.442
Trigo em grão	99.360	585.289
Couros	11.474	569.546
Cebolas	50.315	376.270
Farinhas de trigo	40.629	273.658
Peixes	13.288	264.866
Óleo de linhaça	6.509	238.695

Soja (feijão)	50.852	233.130
Feijão	22.058	233.008
Sebo ou graxa comum	8.025	143.018
Toucinho	3.769	98.481
Farinha de mandioca	19.407	49.860
SOMAS	1.218.734	14.100.854
<i>OUTROS PRODUTOS</i>	262.336	6.078.735
TOTAL GERAL	1.481.070	20.179.589

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1976b, p. 32

Com esse cenário, é possível compreender a importância que setor primário tinha para às atividades econômicas do Estado, seja na produção de matérias-primas ou na comercialização/exportação. Apesar disso, como observado, já durante a década de 1930, esse setor diretamente responsável pela produção primária perdeu espaço no Banco que havia criado, em 1928, para auxiliar seu desenvolvimento. No relatório de 1939, com Diretoria que permaneceu sem alterações por doze anos, o trecho intitulado *As Finalidades Econômicas do Banco no Ambiente Rural* apresentava a visão do Banco quanto ao setor rural rio-grandense:

O primitivismo indisfarçável da nossa organização rural [apontado como rudimentar e carente de informações], a dispersão dos produtores em zonas de acesso difícil e custoso, a complexidade do próprio problema do crédito, em si, que convém moderado e cauteloso para não criar dificuldades irremovíveis e mais graves, aconselham a utilização do auxílio financeiro por etapas sucessivas, de maneira a não se agravar, por uma distribuição de crédito inconsiderada, a situação do produtor rural. O crédito é uma necessidade evidente; mas, pode ser um mal de consequências funestas si não se atenderem às condições tão pessoais do produtor, as características tão sensíveis e várias do ambiente rural. (EXERCÍCIO de 1939, p. 24, 1940).

As dificuldades vivenciadas pelos produtores, segundo a Diretoria, eram males que o crédito poderia agravar, em uma tentativa de amenizar e justificar a mudança da política de investimentos que foi adotada. O que se percebe acima também é o problema do alto risco, do ponto de vista do Banco, para com o financiamento da produção rural. Os problemas comuns do setor poderiam levar o Banco a imobilizar por tempo muito elevado seus recursos, um grande entrave para os negócios financeiros.

Como observado no Capítulo 1, essa mudança não foi livre de contestações e a postura adotada por Ildo Meneghetti demonstra o interesse que esses grupos tinham em que o Banrisul retornasse ao financiamento de suas atividades de forma mais objetiva. Isso criava uma tensão natural entre a Diretoria do Banco e esses setores, o que pode ser observado no relatório do Exercício de 1956:

Perduram as causas determinantes da cessação de aplicações neste setor, pois é obvio que, sem uma massa substancial de recursos específicos e estáveis não é possível qualquer cogitação em torno de transações desta natureza. Advém daí a crítica de que o Banco do Rio Grande do Sul não está cumprindo a finalidade para que foi criado. Qualquer estudante de economia poderá contestar, diante da conjuntura, que isso não é possível. Já basta a experiência que passou o estabelecimento quando, empiricamente, após a sua instalação, aplicou a totalidade do seu capital e empréstimos hipotecários e a municípios, sem capacidade econômica, por prazos dilatados. A derivação, iniciada em 1932, para o desenvolvimento da Carteira Econômica foi, precisamente, a maneira acertada para recuperação do terreno perdido e colocação do estabelecimento no ponto alto em que se encontra. Estendemo-nos, um pouco, nessas considerações, para vos dizer, mais uma vez, que se deve a essa orientação a pujança e a solidez do vosso Banco, e que a pecuária e a agricultura, assim como a industrialização e a circulação de seus produtos, vêm recebendo, através da Carteira Econômica, nas diversas modalidades do crédito, uma assistência financeira continuada e efetiva. (EXERCÍCIO de 1956, p. 14, 1957).

Com certo exaspero, o trecho acima elucidado, de forma clara, aquela que foi a postura adotada em todos os exercícios, durante o governo Meneghetti, quanto às funcionalidades da carteira hipotecária: não havia recursos de longo prazo disponíveis e, portanto, empréstimos de longo prazo e juros módicos não eram viáveis, pelo menos não escala demandada.

Esse problema buscava ser contornado, alegando que a carteira econômica prestava seus serviços à produção rural de outras formas, e que o Banco, de modo geral, prestava seu auxílio à produção rural em outras frentes. Uma dessas formas, era através de empréstimos destinados ao aperfeiçoamento dos rebanhos através da aquisição de reprodutores.

Tabela 18 – Valores emprestados para aprimoramento dos rebanhos (em Cr\$)

Ano	Valores	Ano	Valores
1955	5.124.034,20	1959	8.834.000,00
1956	9.442.789,40	1960	N/I
1957	5.759.363,70	1961	N/I
1958	2.662.477,20	1962	N/I

Fonte: Balanços do BANRISUL, em 31 de dezembro, diversos anos

Como se observa, o valor oscilou bastante ao longo do período analisado, e teve seu maior registro em 1956. Em 1959 o Relatório registra que foram destinados Cr\$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de cruzeiros), dos quais utilizados somente os 30,4% que aparecem na Tabela acima (EXERCÍCIO de 1959, p. 31, 1960). Para a exposição realizada em Uruguaiana naquele ano, por exemplo, foram destinados dois milhões de cruzeiros, dos quais apenas vinte mil cruzeiros foram utilizados, ou seja, apenas um por cento do valor. A Diretoria afirmou que o motivo disso foram os

curtos prazos e juros normais que fomos forçados a condicionar tais empréstimos, justamente porque o numerário para aplicação nesse sentido provém de nossos depósitos também a curto prazo e até à vista [...] motivo pelo qual desejamos deixar aqui consignada nossa intenção de porfiar na consecução de recursos específicos para a imprescindível colaboração que devemos proporcionar, em matéria de crédito, no favorecimento da melhoria dos rebanhos sul-riograndenses, fator dos mais importantes no progresso econômico do Estado. (*Ibid.*).

Nos Relatórios seguintes não são registrados valores, sendo apenas informado a participação do Banco em feiras, exposições e remates e registrado a importância de se obter recursos adequados que favoreçam melhores condições de empréstimo (prazos maiores à juros menores).

Uma das principais atitudes adotadas pelo Governo Meneghetti, em relação ao BANRISUL, foi o convênio estabelecido com esse para a criação da Carteira de Crédito Agrícola, instituída através da Lei 2.910, de 20 de agosto de 1956. O Decreto definia em seu Artigo 2º que a concessão de crédito pela Carteira de Crédito Agrícola se destinaria exclusivamente ao pequeno produtor que receberia financiamentos de até Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) com prazo máximo de três anos e juros máximos de oito por cento ao ano.

Os recursos iniciais da nova Carteira foram obtidos através de um empréstimo junto ao Banco do Brasil, no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), conforme o Artigo 10º. Quanto a novos recursos, esses partiriam, além da movimentação de suas aplicações, de outras duas fontes principais: do produto líquido obtido com a venda da gleba Ivaí, de 22.400 hectares, pertencente ao Estado e localizada em Peabiru, no Paraná – obtida a partir da liquidação do Banco Pelotense; e de 80% dos dividendos que o Estado do Rio Grande do Sul obtinha como acionista do Banrisul, conforme o Artigo 6º (*O PIONEIRO*, 1956, ed. 45, p.3).

O BANRISUL se tornava, portanto, um operacionalizador dos lucros obtidos pelo Estado do Rio Grande do Sul como acionista do próprio Banco, agora reinvestidos para financiar o pequeno produtor. Essa prática não teve relação direta com a proposta do governo de reorientar os negócios do Banco em favor da produção pois, na verdade, foi uma medida adotada para tentar amenizar um outro problema muito combatido por certos setores da sociedade: o êxodo rural. Pesavento aponta que

a posição do PSD era a de "conter a massa no campo". A permanência do trabalhador no campo era, segundo a perspectiva do PSD, tanto um fator de progresso para o setor primário e, por extensão, para o secundário, quanto era um fator de estabilidade social. Em contrapartida, a evasão para as cidades era conhecida como um elemento que contribuía para a perturbação da ordem (2014, p. 124).

A Diretoria do BANRISUL parecia compartilhar da visão acima. No Relatório de 1958, ao criticar a política econômica nacional, é afirmado o seguinte:

E, se não houver uma melhor compreensão desse problema, com um melhor amparo à produção da lavoura e pecuária, o desestímulo, gerado pela insuficiência de remuneração do capital e do trabalho nesse setor, poderá ter as mais graves consequências. Não só teremos o aumento do êxodo rural, mas, principalmente, estaremos criando um problema social dos mais sérios, qual seja a decadência econômica do homem do interior, que, forçosamente, importará também em sua completa decadência moral. Urge que, ao lado de uma melhor política de preços, se proporcione ao homem do interior não só os meios de sua completa alfabetização, como é indispensável que crie o Poder Público maior número de pequenas escolas de ensino e treinamento agrícola e ampare, também, poderosamente, as iniciativas privadas nesse sentido. [...] Proporcionem-se ao nosso homem do interior maiores facilidades de financiamento e uma boa instrução e ele realizará o milagre da multiplicação dos bens de consumo. (EXERCÍCIO de 1958, p. 5-6, 1959).

Nesse sentido, a criação da Carteira de Crédito Agrícola não pode ser interpretada como uma reorientação da política de financiamentos do Banco, já que destinava apenas aos pequenos produtores e fazia uso de recursos externo ao Banco em sua maior parte. A Tabela 19, a seguir, demonstra os valores aplicados pela Carteira ao longo do período analisado.

Tabela 19 – Valores aplicados pela Carteira do Crédito Agrícola (em Cr\$)

Ano	Valores
1958	51.916.770,90
1959	58.513.696,20
1960	72.323.447,30
1961	192.589.297,10
1962	269.859.985,50

Fonte: Balanços do BANRISUL, em 31 de dezembro, diversos anos

Como se observa, o valor movimentado em 1962 é mais de cinco vezes maior que aquele registrado em 1958. A longo do Governo Brizola, a Carteira Econômica distribuiu valores obtidos através convênios com o Poder Público e o Banco do Brasil³⁸, ressaltando a importância que o Banrisul tinha para operacionalização de políticas públicas.

³⁸ Somente em 1961, foram aplicados novos Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) através convênio com o Banco do Brasil (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1961, ed. 111, p. 10)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferenciando-se dos trabalhos apresentados na Introdução, a presente pesquisa buscou compreender, por meio da comparação histórica entre dois governos distintos ocorridos entre 1955 e 1963, alguns dos potenciais conflitos em torno da história do BANRISUL, considerando sua relevância econômica e social.

O estudo dos projetos de governo apresentados durante o período das campanhas eleitorais de 1954 e 1958 permitiu identificar diferenças substanciais em relação ao BANRISUL. Conforme também mencionado por outros autores, a Frente Democrática apresentou seu projeto de desenvolvimento fortemente atrelado ao fortalecimento da produção rural. O Estado brasileiro, nesse projeto, foi apresentado como grande, oneroso e ineficiente, muitas vezes funcionando mais como um entrave às forças de produção.

O BANRISUL teve grande destaque nessa proposta, sendo defendida a reorganização de suas funções com o objetivo de promover as atividades rurais. A presença desse tipo de proposta no projeto já evidencia a existência de um conflito de interesses entre setores econômicos no Rio Grande do Sul. No entanto, ao assumir o governo, Ildo Meneghetti adotou uma postura de não intervenção em relação ao BANRISUL, mantendo todos os diretores e conselheiros fiscais que já estavam no cargo desde o mandato de Ernesto Dornelles. Isso concordava e conflitava com seu programa ao mesmo tempo: se, por um lado, manter os diretores e conselheiros fiscais pode ser visto como uma medida liberal de não interferência nos assuntos do Banco, por outro, isso implicava que o Banco estava autorizado a manter a forma de operar que vinha sendo empregada até aquele momento.

Os acionistas do Banco concordavam com a medida, votando ao lado do governo. Eles tinham um perfil bastante semelhante: concentravam-se em Porto Alegre e geralmente eram acionistas ou proprietários de diversas outras empresas na capital. Os interesses desses indivíduos eram duplos: por um lado, optavam por um Banco que os auxiliasse nas atividades desempenhadas, descontando seus títulos comerciais e favorecendo/viabilizando suas operações; ao mesmo tempo, esse tipo de transação caracterizava-se pelo curto prazo, ampliando as margens de lucro do Banco, o que era de interesse deles como acionistas, de modo geral. Embora fosse um grupo minoritário dentro do Banco em termos de representatividade, eram indivíduos de grande influência nas atividades econômicas do Rio Grande do Sul.

Durante o governo Meneghetti, apenas para a votação de Willy Carlos Frohlich e Cândido Machado Carrion, diretor e suplente, respectivamente, os acionistas particulares se posicionaram em dissonância com o Governo. Enquanto os demais diretores estavam envolvidos nas atividades econômicas de Porto Alegre por meio de diversas outras empresas e da Associação Comercial, Frohlich possuía um perfil bastante diferente: era um político, cuja base se localizava no interior do estado. A recusa dos acionistas pode ser entendida, por um lado, como a objeção a um indivíduo estranho a eles ocupando um cargo importante e, por outro lado, como uma resistência a uma maior interferência nos assuntos do Banco. Esse grupo não era favorável a mudanças que pudessem alterar a dinâmica em torno do Banco, encarando-as como intervencionismo político.

O projeto apresentado pela Coligação Populista em 1958 era bastante diferente: a intervenção do Estado na economia era considerada imprescindível para o desenvolvimento, sendo necessário atuar em diferentes setores apontados como pontos estrangulamento para o desenvolvimento sul-rio-grandense. Embora não tenha feito apontamentos diretos sobre o BANRISUL – ao menos nas fontes analisadas para este trabalho –, o crédito era mencionado como um desses pontos.

Ao assumir o governo, diante de um cenário de retração do crescimento no Rio Grande do Sul, Brizola contou com o apoio de uma parcela importante do empresariado rio-grandense. Ainda assim, é possível perceber, através da ata da primeira assembleia realizada durante seu governo, que não contava com o apoio da maioria dos acionistas privados para as mudanças nos cargos que estava aplicando. Brizola encontrou maneiras de indicar nomes de sua preferência para todos os cargos eletivos do BANRISUL, contando com o apoio de parte dos acionistas em alguns assuntos, mas em outros, como na eleição de Elmo Diaz e Leonorino Souza, claramente quase sem apoio algum por parte dos acionistas privados.

O perfil dos indivíduos que ocuparam esses cargos, especialmente os diretores e seus respectivos suplentes, tendeu a ser diferente durante o governo de Leonel Brizola. Foram designados indivíduos com baixa inserção nos meios econômicos privados e com capital social mais voltado à política partidária e administrativa. Além disso, não eram detentores de ações em 1958, ao contrário da maioria dos diretores durante o governo Meneghetti.

Apesar disso, à medida que o tempo passou, foi possível observar como o alinhamento entre os acionistas privados e o governo cresceu em ambos os casos: seja na reeleição de Cândido Machado Carrion para a suplência da diretoria, seja na reeleição dos conselheiros e suplentes durante o governo Brizola. Embora não seja possível generalizar a atuação desse

grande grupo de acionistas, que, como observado, era composto por indivíduos ligados a várias correntes partidárias, a pesquisa sugere que eles se configuravam como um grupo com tendências conservadoras em relação aos assuntos do Banco, receosos quanto às possíveis mudanças em curso. O apoio tardio deles – pelo menos daqueles presentes nas assembleias – indica que seus temores não foram justificados.

Os sucessivos aumentos de capital, com recursos provenientes das reservas, foram uma prática muito lucrativa para todos os acionistas, mas principalmente para os particulares, que podiam negociar livremente suas novas ações. O valor bruto dos dividendos acompanhou o crescimento geral do BANRISUL, embora os valores fossem corroídos pelo cenário de alta inflação, já que o valor pago por ação pouco se alterou.

Ao longo de todo o período estudado, a falta de recursos mais adequados para o financiamento de longo prazo foi uma reclamação da Diretoria. Justificava-se assim a ausência desse tipo de operação tão demandada, especialmente pelos produtores rurais. No entanto, mesmo ocupando uma participação ínfima nas aplicações totais – nunca superior a 1% das aplicações totais –, os empréstimos hipotecários continuaram sendo efetuados: durante o governo Meneghetti, seguiram um caminho de crescimento que se manteve até o primeiro ano do governo Brizola, nos dois anos seguintes apresentaram queda e, por fim, apresentaram um alto crescimento no último ano.

Durante o governo Meneghetti, isso foi o mais próximo da proposta de reorientação do BANRISUL, defendida pela Campanha da FD em 1954. Isso porque, quando se pensa na participação da agricultura e da pecuária como destino das aplicações do BANRISUL, essa saiu de 10,52%, em 1954, para 10,23%, em 1958. Ou seja, as atividades agropastoris tiveram uma queda na participação durante o governo Meneghetti, contrariando totalmente as propostas de 1954 quanto ao assunto. Ao observar a expansão da rede de agências durante esse governo, nota-se que os centros urbanos eram o alvo principal, o que favorecia os clientes dessas regiões em detrimento dos produtores rurais, geralmente espalhados territorialmente pelo estado.

Em contraposição, o governo Brizola, além do aumento geral das aplicações, também apresentou um crescimento na participação da agricultura e da pecuária, que encerraram o ano de 1962 como destino de 14,72% dos recursos aplicados. Da mesma forma, quanto à expansão das agências, percebe-se a preocupação em se fazer presente em muitos dos novos municípios criados ao longo da década de 1950, cujas atividades rurais eram, geralmente, a principal atividade econômica. Apesar da expansão observada também para grandes centros fora do

estado, durante o governo Brizola, assistiu-se a uma tentativa de encurtar distâncias geográficas entre os produtores rurais do interior e o Banco.

Em suma, apesar do amplo destaque dado ao BANRISUL durante a Campanha Eleitoral de 1954, o Governo Meneghetti optou por não intervir nos assuntos do Banco. Ao manter a mesma diretoria, já alinhada às atividades econômicas da capital, ele preservava a posição de banco comercial que vinha sendo adotada pelo BANRISUL, beneficiando principalmente os acionistas e aqueles que faziam maior uso do desconto de títulos comerciais. Além disso, não apenas não interveio, conforme prometido, como buscou diminuir o poder decisório do governo dentro do Banco, ao solicitar autorização para não adquirir as ações a que tinha direito durante o aumento de capital de 1957, o que foi reprovado pela Assembleia Legislativa, de maioria petebista na ocasião.

Por outro lado, a Coligação Populista não falou explicitamente do BANRISUL em sua campanha, apenas da necessidade de elevar o crédito de modo geral. Para isso, além de criar outras instituições de crédito, como a Caixa Econômica Estadual e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, em 1960 e 1962, respectivamente, no BANRISUL foram adotadas diversas medidas, começando pela nomeação de novos diretores e conselheiros mais alinhados às propostas do governo. Ao longo do mandato, o BANRISUL teve seus laços estreitados com o governo, ganhando ares de Banco Oficial do Estado por meio da alteração de seu nome, que passou a ser Banco do Estado do Rio Grande do Sul, além de perder a alcunha "Crédito Rural e Hipotecário". Apesar disso, foi justamente nesse governo que o setor agropastoril observou um aumento de sua participação como destino das aplicações gerais do Banco, e em algumas regiões, a distância física foi encurtada com o estabelecimento de novas filiais. Apesar de a literatura tender a apontar o PTB, de forma geral, como defensor do primado urbano/industrial, é necessário ter em mente que isso não era proposto em detrimento do desenvolvimento rural, que também recebeu muita atenção.

A pesquisa reforçou a necessidade de comparar tanto os discursos quanto as práticas de determinado governo por meio do entrecruzamento de fontes distintas, além da comparação entre governos distintos como forma de aprofundar o entendimento sobre a história das empresas públicas brasileiras e de economia mista. Longe de esgotar o tema, a pesquisa sugere que existam ainda muitas lacunas importantes a serem trabalhadas pela historiografia, que nem de perto puderam ser contempladas com o tempo e as fontes disponíveis até o finalizar deste trabalho. Destaca-se, por exemplo, a necessidade de pesquisas em torno da escolha dos gerentes das agências do BANRISUL e da relação que o Banco mantinha com outros bancos, privados

e/ou estatais, além de um aprofundamento maior em torno da relação que Banco mantinha com certas empresas e os potenciais conflitos em torno disso. Todos aspectos que auxiliam na compreensão histórica e presente da sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

FONTES CONSULTADAS

A FEDERAÇÃO: ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO (RS) – 1884 A 1937. Rio de Janeiro: **Biblioteca Nacional Digital**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CORREIO DO POVO. Santa Maria: **Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria**.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: **Biblioteca Nacional Digital**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Porto Alegre: **Diário Oficial**. Disponível em: <<https://www.diariooficial.rs.gov.br>>. Acesso em 27 jan. 2024.

JORNAL DO DIA. Rio de Janeiro: **Biblioteca Nacional Digital**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

O PIONEIRO. Rio de Janeiro: **Biblioteca Nacional Digital**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

RELATÓRIOS DA DIRETORIA DO BANRISUL, EXERCÍCIOS de 1928 a 1962. Porto Alegre: **Museu Banrisul**.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AFONSO, Wilson. **Ildo Meneghetti**. Porto Alegre: Tchê!, 1984.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha - 1870-1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 12, 546-577, 1992. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1507>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. Exportações e Indústria no Rio Grande do Sul: 1930-74. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, 349-382, 1991. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1453>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ALVES, Samuel da Silva. “**Ideias novas para problemas velhos**”: a candidatura e Campanha Eleitoral de Leonel Brizola ao Governo do Rio Grande do Sul em 1958. 2020. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ANGELI, Douglas Souza. **O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)**. 2020. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ARANHA, C. E.; ROSSONI, L.; MENDES-DA-SILVA, W. CAPITAL SOCIAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DESEMPENHO DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 15–39, fev. 2016.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO BANRISUL (coord.). **Banrisul: 90 anos de uma grande história**. Porto Alegre: Critério, 2018.

ASTURIAM, Marcos Jovino. **O Rio Grande do Sul dividido: conflitos políticoeleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1946-1954)**. 2019. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

AXT, Gunter. A gênese de um grande banco público. In: ASSESSORIA DE IMPRENSA DO BANRISUL (coord.). **Banrisul: 90 anos de uma grande história**. Porto Alegre: Critério, 2018.

AXT, Gunter. O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, p 119-139, 2002.

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.8, p. 255-278, 1960.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Informativo Banrisul**. 1978.

BANDEIRA, Moniz. **Cartéis e desnacionalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BATISTA DA SILVA, Yuri. **O BANRISUL nas páginas do jornal A Federação (1928-1937)**. 2021. 61 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

BATISTA DA SILVA, Yuri. Os usos políticos do BANRISUL: discursos e representações no jornal A Federação (1928-1937). **Horizontes Históricos**, São Cristovão, v. 7, n. 1, p. 315-335, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/HORIZONTES/article/view/19323>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BENEVIDES, Maria Victória. União Democrático Nacional (UDN). In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s.d. Disponível em: Acesso em: 15 dez. 2022.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. **A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao “trabalhismo renovador” (1945-1960)**. 2016. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BOURDIEU, Pierre. As formas de capital. In: RICHARDSON, J. (ed.) **Manual de Teoria e Investigação em Sociologia da Educação**. New York: Greenwood, 1986, 241-258.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-2016, jan-jul, 2011.

CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE. **Memorial**. Disponível em: <<https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/ia-legislatura/>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

CÂNEPA, M. M. L. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul, 1945-1965**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1970**. 459f. 1981. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1981.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirina. **O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945/1965)**. 292f. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Algés: DIFEL, 2002.

CORAZZA, Gentil. Sistema Financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. mimeo, n.especial, p. 491-516, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB, do getulismo ao reformismo**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manuel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha: Governo, História e Política (1930-1937)**. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2006.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. **A emergência de um líder nacionalista: A atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. Na década de 20, um Banco para defender a economia gaúcha. In: VIEIRA, Ivan (coord.) **Banrisul 80 anos um grande banco aberto para o mundo**. 17 Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 Anos de Economia Gaúcha**. Análise da indústria de transformação do Rio Grande do Sul, v.4, 2 ed. Porto Alegre: FEE, 1976b.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 Anos de Economia Gaúcha**. Uma visão global da economia do Estado, v.1, 2 ed. Porto Alegre: FEE, 1976a.

GARCIA, Darcy. **O sistema financeiro do Rio Grande do Sul**: da criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos bancos múltiplos. 1990. 386 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

HARRES, Marluza. O governo Brizola (1959-1962) e o problema rural no Rio Grande do Sul: leituras e interpretações. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. (Org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS/Ed. Oikos, 2017, v. 1, p. 149-174.

HERRLEIN JR., Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 14, p. 103–118, jun. 2000.

KOCKA, Jürgen. Para além da comparação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286, ago. 2014.

LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense e o Sistema Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LAGEMANN, Eugenio. O Banrisul como instrumento de desenvolvimento. In: VIEIRA, Ivan (Coord.) **Banrisul 80 anos um grande banco aberto para o mundo**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

LAZZARINI, S. G. **Capitalismo de laços**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

MIRANDA, Samir Perrone de. **Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do Governo Leonel Brizola**: Rio Grande do Sul (1959-1963). 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155 a 194.

MÜLLER, Carlos Alves. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.

MUNHOZ, Décio Garcia. Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 1, 1997.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul**: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias. 2008. 280 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. 9º ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

PESAVENTO, Sandra. **Pecuária e Indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX**. Porto Alegre: Movimento, 1986.

REMOND, René. As eleições. In: REMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Camila de almeida. **O jornal Correio do Povo, ação política e intelectual** – uma análise do ano de 1964. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SILVA, Marco Antonio Medeiros da. **A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963**. 2015. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Rodrigo Bitencourt. O PTB (1945-1964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório sul-riograndense. **Perseu**: São Paulo, n. 7, ano 5, p. 175-198, 2011. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revistaperseu/article/view/39>>. Acesso em: 09 jan. 2023.

SILVEIRA, Núbia (Org.). **Banrisul, o nosso banco**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Banco do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

VIEIRA, Ivan (coord.) **Banrisul 80 anos um grande banco aberto para o mundo**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

WARKEN, Guido. **Governos Municipais** – Prefeitos de Santa Cruz do Sul. [s.n.], 2013.

WARKEN, Guido. **História e composição da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul**. [s.n.], 2022.